MENSAGEM

APRESENTADA A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DO

ESTADO DA PARAÍBA

EM 1.º DE JUNHO DE 1955

PELO

GOVERNADOR JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA

DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL

DO ESTADO DA PARAÍBA

MENSAGEM

APRESENTADA Á

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DO

ESTADO DA PARAÍBA

EM 1.º DE JUNHO DE 1955

PELO

GOVERNADOR JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA

DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL

DO ESTADO DA PARAÍBA

500 16963

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência, atendendo à exigência do artigo 52, alinea 9a. da Constituição do Estado, a Mensagem do Poder Executivo relativo ao exercicio de 1954.

Tendo reassumido o Govêrno a 26 de setembro do ano passado, procurei seguir o ritmo da administração do meu substituto, que ocupou êste pôsto de 16 de junho de 1953 a 26 de setembro de 1954, reativando alguns setores que se vinculavam mais diretamente aos seus planos anteriores. Assim, tenho, de onde em onde, de projetar os informes além do âmbito do exercicio, como continuidade lógica dessa ação. Procedo dessa forma, sobretudo, por ser êste o último documento desta natureza que dirijo ao Poder Legislativo, embora tenha o propósito de, ao deixar o Poder, apresentar um relatório do conjunto do que me coube realizar, durante o quinquênio, com interrupção do periodo em que estive licenciado exercendo o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas.

Só então se logrará obter uma noção exata do sentido de certas iniciativas, cuja compreensão ficará, de certo modo, dependendo do seu desenvolvimento e de sua etapa final.

Aproximando-se o fim do mandato, cumpre-me desdobrar as atenções por todos os ângulos, numa completa revisão do estado das obras e dos serviços públicos, para não legar ao meu sucessor êsses ônus, facilitando-lhe, ao contrário, um novo campo de ação que lhe permita servir à Paraiba com as possibilidades com que não contei, porque mais de dois anos de sêca e de penúria restringiram e dificultaram, naquele espaço de tempo, tôdas as minhas tentativas de bem servir. De fato, durante tôda a crise, tive de dividir minhas responsabilidades acudindo aos deveres de governante e, simultâneamente, às solicitações da assistência que constituiu a tarefa mais absorvente e mais penosa.

Para o programa de novas realizações que pretendo empreender nesta última fase e de remates que julgo imprescindíveis, conto, tranquilamente, com a necessária cooperação financeira da Assembléia que Vossa Excelência dignamente preside, podendo assegurar que nada de suntuário ou adiável será feito, porque, se alguma providência parece menos instante, está, de ordinário, destinada a cooperar em outras soluções ainda mais legitimas.

CAPÍTULO PRIMERO

FINANÇAS

FINANÇAS PÚBLICAS

I — "SUPERAVIT" EM 1954

A Lei de Meios votada para 1954 consignou um "déficit" de Cr$ 8.552.382,00, fixando, como o fez, a despêsa em Cr$ 265.888.382,00 e estimando a receita em Cr$..... 257.336.000,00.

Os processos de arrecadação postos em prática e a disposição de manter o fisco dentro de sua finalidade e em permanente vigilância contra a fraude e a sonegação, concorreram para que o final do exercício apresentasse um resultado diferente e animador, pois denunciava um saldo positivo de Cr$ 2.162.946,70.

A seguinte discriminação revela como se processou a execução orçamentária no exercício.

II — SITUAÇÃO FINANCEIRA

Ao encerrar-se o exercício, as disponibilidades do Tesouro elevavam-se a Cr$ 24.819.272,70, segundo a demonstração abaixo:

Disponibilidades do Tesouro

Em moeda corrente ....Cr$	1.076,90
Em depósito bancários	12.022.454.10
Em depósitos especiais vinculados .	12.795.741,70

Na Caixa Econômica Federal

Conta "Auxílio para Desenvolvimento Econômico" ....Cr$	2.271,20
Conta "Crédito para Importação"	10.907,90
Conta Especial de Auxílio para equipamento de hospitais	748.438,40
Outras contas	10.944,90
Total ....Cr$	772.562,40

No Banco do Estado da Paraíba S|A

Conta Especial para sua Encampação ....Cr$	2.013.895,20

Conta Especial "Aquisição de Ações"	53.680,00
Conta "Depósito para Integralização de Ações"	1.000.000,00
Outras contas	7.326.528,60
Total	10.394.103,80
Em outros estabelecimentos de crédito....	13.651.529,60
Total geral das disponibilidades ....Cr$	24.819.272,70

III — EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei n.º 987, de 10 de dezembro de 1953, que baixou o Orçamento do Estado para o exercício financeiro de 1954, estimou a receita em Cr$ 257.336.000,00 e fixou a despêsa em Cr$ 265.888.382,00, acusando, assim, um "déficit" de .. Cr$ 8.552.382,00. A incidência de créditos adicionais e a transferência de saldo de créditos plurienais elevaram as autorizações da despêsa a Cr$ 327.053.777,30, assim especificada:

Despêsa orçamentária ....Cr$		265.888.382,00
Créditos especiais		16.513.983,00
Créditos suplementares		15.868.715,20
Saldo de créditos plurienais		28.782.697,10
	Cr$	327.053.777,30

Em consequência dessa modificação operada, o "déficit" previsto passou a ser de Cr$ 69.717.777,30, como se vê:

Despêsa autorizada	Cr$	327.053.777,30
Receita estimada		257.336.000,00
"Déficit" previsto		69.717.777,30

Entretanto, ao encerrar-se o exercício, ficou constatado que a despêsa atingiu, apenas, Cr$ 268.487.249,90, virificando-se uma redução na despêsa de Cr$ 58.566.527,40.

Como a receita arrecadada foi de Cr$ 270.650.196,60, foi possível encerrar-se o exercício com um saldo de..... Cr$ 2.162.946,70.

1 — RECEITA

A previsão orçamentária estimou a receita em ..... Cr$ 257.336.000,00, sendo Cr$ 222.900.000,00 referentes à receita ordinária e Cr$ 34.436.000,00, à extraordinária. A arrecadação, porém, alcançou a Cr$ 270.650.196,60, distribuída em Cr$ 232.944.082,70 como receita ordinária e.... Cr$ 37.706.113,90 como extraordinária.

Houve, como se vê, uma elevação de Cr$ 13.314.190,60.

O tributo que mais concorreu para o montante da re-

ceita foi o impôsto sôbre vendas e consignações, cuja arrecadação atingiu a Cr$ 177.332.263,10, seguindo-se o impôsto sôbre exportações com uma renda de Cr$ 18.083.559,60.

Considerada quanto à sua categoria, a receita arrecadada assim se apresentou:

Receita Ordinária

Tributária	203.299.651,80
Patrimonial	951.128,30
Industrial	8.693.302,60

Receita Extraordinária

Diversas	37.706.113,90
Quanto à incidência, foi o seguinte o resultado:	
Sem classificação	47.350.544,80
Sôbre a propriedade	17.073.553,80
Sôbre a circulação da riqueza	197.262.512,50
Resultante da atividade do Estado	5.359.706,50
Várias Incidências	3.603.879,00
	270.650.196,60

Com relação à receita arrecadada em 1953, a de 1954 apresentou uma elevação de Cr$ 53.351.272,10.

2 — DESPÊSAS

A despêsa do exercício alcançou a Cr$ 268.487.249,90, que apresentou uma economia de Cr$ 58.566.527,40 com relação à despêsa autorizada.

Tendo em vista a sua categoria, a despêsa realizada apresentou o seguinte resultado:

Despêsa ordinária	242.298.959,20
Despêsa extraordinária	26.188.290,70
Total ....Cr$	268.487.249,90

Com relação aos órgãos que integram a administração, a despêsa foi assim distribuída:

Poder Legislativo	7.769.797,30
Govêrno do Estado	7.769.797,30
Secretaria de Educação e Saúde ..	59.677.226,00
Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas	58.893.813,60
Secretaria das Finanças	87.849.817,70
Secretaria do Interior e Segurança Pública	32.400.724,40
Poder Judiciário	10.529.816,20
Cr$	268.487.249,90

Segundo os serviços verificados na forma do decreto-Lei 2.416, de 1940, a despêsa classifica-se como segue:

Administração Geral	Cr$	71.615.633,10
Exação e fiscalização financeira ..		19.685.606,10
Segurança Pública e Assistência Social		32.121.273,30
Educação Pública		37.140.130,70
Saúde Pública		21.601.006,80
Fomento		14.289.017,90
Serviços Industriais		38.795.659,50
Dívida Pública		12.388.645,10
Serviços de Utilidade Pública		14.478.643,40
Encargos Diversos		6.371.629,00
	Cr$	268.487.249,90

Finalmente, pelos elementos, segundo a especificação do mencionado Decreto-Lei, foi o seguinte o resultado:

Pessoal Fixo	Cr$	78.601.736,20
Pessoal Variável		49.492.544,30
Material Permanente		22.193.289,60
Material de Consumo		19.490.698,40
Despêsas Diversas		98.708.981,40
	Cr$	268.487.249,90

Foi respeitado o limite estabelecido pelo artigo 44, da Constituição do Estado, para despêsa com pessoal, que alcançou, apenas, a 47,71% da receita arrecadada.

IV — GESTÃO PATRIMONIAL

Segundo resultado apurado pela Contadoria Geral do Estado, foram as seguintes as variações da gestão patrimonial:

Conta patrimonial

Mutações ativas	Cr$	49.013.732,30
Mutações passivas		52.746.150,28
Saldo patrimonial		3.732.417,98

Saldo Econômico

Saldo financeiro	Cr$	2.169.946,70
Saldo patrimonial		3.429.758,97
"Déficit" econômico	Cr$	1.266.812,27

Patrimônio

Patrimônio líquido transferido do exercício anterior	Cr$	102.707.294,60

Saldo econômico verificado no exercício	1.266.812,27
Total .... CrS	101.440.482,33

V — DÍVIDA PÚBLICA

Promoveu-se o pagamento da dívida fundada interna, atingindo a despêsa com amortização e juros a..... CrS 11.812.299,50, segundo especificação abaixo:

Amortização de empréstimos .. CrS	7.279.658,10
Juros pagos	2.982.262,90
Pagamentos a diversos credores ...	1.550.378,50
Total	11.812.299,50

VI — RESTOS A PAGAR

No exercício de 1954 foram efetuados pagamentos de Restos a Pagar na importância de CrS 23.480.339,10, referente a vários exercícios, segundo a indicação abaixo:

De 1947 ....CrS	1.414:119,70
De 1948	351.170,10
De 1949	2.029.168,90
De 1950	33.931,20
De 1951	130.851,20
De 1952	1.472.220,80
De 1953	18.048.877,30
Total .... CrS	23.480.339,10

VII — APLICAÇÃO DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES, ESPECIAIS E EXTRAORDINA'RIOS

Segundo a sua destinação, os créditos abertos tiveram a seguinte distribuição:

Suplementação de verbas orçamentárias .... CrS	15.868.715,20
Pagamento de despêsas por créditos especiais e extraordinários	21.603.385,60
Liquidação de restos a pagar	4.584.405,10
Total .... CrS	42.056.505,90

A distribuição, por serviço, dos créditos especiais e extraordinários, foi a seguinte:

Administração geral .... CrS	123.510,00
Exação e Fiscalização financeira ..	186.000,00
Segurança Pública	2.400,00
Educação Pública	150.704,50

Saúde Pública		222.760,00
Serviços da Utilidade Pública		405.895,00
Dívida Pública		876.330,30
Serviços da Utilidade Pública .	Cr$	405.895,00
Encargos		4.750.771,10
Total	Cr$	26.187.790,70

VIII — OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Nenhuma importância foi recolhida ao Tesouro, em 1954, decorrente de operação de crédito, isto é, nenhum empréstimo foi recebido naquele período. Entretanto, de operações realizadas em exercícios anteriores, aplicou a administração a quantia de Cr$ 22.457.578,60.

As obrigações do Tesouro, motivadas por operações de créditos negociadas em exercícios anteriores, apresenta, no momento, modificações, não só em virtude de novos modos de amortização, como pelo reinício dos pagamentos.

Assim, em aditivo feito em 17-2-55, ao contrato de abertura de crédito realizado com o Banco do Brasil S|A — agência desta Cidade, de 12 de março de 1952, foram alteradas em benefício do Estado — diversas cláusulas do instrumento primitivo. Pelo mesmo foram unificados os empréstimos feitos com aquela entidade de crédito, de . Cr$ 40.000.000,00, em 1951, e de Cr$ 15.000.000,00, em ... 30-12-1953, e dilatado o prazo de amortização, que passou a ser de 14 prestações semestrais de Cr$ 3.775.435,70, a partir de outubro do exercício em curso e a terminar em 30 de abril de 1964, em vez de cinco prestações de ... . Cr$ 6.666.000,00, como anteriormente estava contratado. Ficou, ainda, reduzida de Cr$ 50.000,00 para Cr$ 25.000,00 a quantia a que diáriamente se obrigara o Estado a recolher à agência do mencionado Banco para pagamento do serviço de amortizações e juros dos mesmos empréstimos, restabelecendo-se, dessa forma, os pagamentos suspensos desde dezembro de 1953.

Por fôrça dêsse aditivo foram recolhidos ao Banco, ate 31 de maio findo, Cr$ 2.575.000,00.

Ainda ao mesmo Banco, no mês de abril próximo passado, para amortização do empréstimo de Cr$ 10.000.000,00 contraído para encampação do Banco do Estado, tiveram lugar os seguintes pagamentos:

Amortização de 1954	Cr$	1.000.000,00
Juros		505.629,00
	Cr$	1.505.629,00
1a. Amortização de 1955		500.000,00

Juros	244.233,50
	744.233,50
Total das amortizações ....CrS	2.249.862,50

Já no corrente exercício foram recolhidos ao Banco do Brasil, para amortização de empréstimos contraídos com o referido cstabelecimento, Cr$ 4.824.862,50.

Entre outros compromissos atendidos, destacam-se:

PAGAMENTOS

Em 6-1-1955 — À Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro .... CrS	377.410,70
Em 30-1-1955 — Ao Banco da Lavoura de Minas Gerais, S|A	206.888,80
CrS	584.299,50
Em 28-2-1955 — Ao Banco da Lavoura de Minas Gerais, S|A	204.832,70
Em 30-3-1955 — Ao Banco da Lavoura de Minas Gerais, S|A	203.333,30
Em 6-4-1955 — À Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro	377.410,70
Em 30-4-1955 — Ao Banco da Lavoura de Minas Gerais, S|A (liquidação)	201.722,00
	579.132,70
Total das amortizações .... CrS	1.571.498,20

Atingiu, assim, a importância de Cr$ 6.396.360,70 o que foi pago pelo Tesouro, já no corrente ano, para amortização dos empréstimos contraídos em exercícios anteriores.

IX — DÍVIDA FLUTUANTE

Da Dívida Passiva do Estado, sob a rubrica de Dívida Flutuante, efetuou o Tesouro, até 30 de abril do corrente, amortizações num total de Cr$ 6.030.415,85.

Também no ano em curso, até 30 de abril, de Restos a Pagar de 1954, foi paga a importância de Cr$ 14.219.099,90.

CAPÍTULO SEGUNDO

ORDEM PÚBLICA

Durante o ano de 1954 o Estado permaneceu tranquilo, podendo entregar-se sua população às suas atividades num clima de liberdade e acatamento ao direito de todos.

Pela Lei nº. 1.073, de 12 de novembro de 1954, foi transformada a antiga Guarda Civil em Delegacia Especial de Vigilância e Costumes, reforma que se impunha, a fim de dar maior plasticidade aos serviços de polícia preventiva e repressiva, dia a dia, mais exigentes da atenção das autoridades.

Outro fato, êste da alçada da Polícia Militar, merece destaque no exercício do ano findo: a conclusão do curso de oficiais dessa Corporação, o que resultou no preparo técnico de uma turma de nove (9) aspirantes.

Foi organizado e publicado, entrando em imediata execução, o regulamento disciplinando o serviço de fiscalização de restaurantes, hotéis e outros estabelecimentos de habitação coletiva, ordenação cuja inexistência tornava precária a execução de encargo tão significativo para os interêsses da segurança pública.

Foram criados em 1954 dois novos distritos policiais, os de São Domingos, no municipio de Cabaceiras e Vasante, no de Itaporanga, e quanto à Capital, criaram-se Comissiriados de Polícia nos bairros de Cruz das Armas e Tôrre, com o objetivo de descentralizar o trabalho de policiamento.

I— DEPARTAMENTO DE POLICIA CIVIL

Os diversos órgãos subordinados a êsse Departamento e localizados nesta Capital apresentaram o seguinte movimento:

1 — Delegacia Especial de Ordem Política, Social e Econômica

a) Serviços realizados

Estrangeiros registrados	27
Atestados de conduta fornecidos ..	6
Atestados de ideologia concedidos .	16
Prontuários abertos	5
Indivíduos fichados	14

b) Licenças para porte de armas

Concedidas pela 1a. vez	127
Renovadas	87

2 — Delegacia Especial de Investigações e Capturas

Serviços realizados

Inquéritos remetidos à Justiça	195
Queixas registradas	983
Autos de apreensão lavrados	128

3 — Delegacia Especial de Trânsito

Encontra-se ainda em execução, nessa Especializada, o plano de reforma técnica de autoria do Cel. Geraldo Côrtes, no tocante à regularização dos serviços gerais de trânsito na Capital e algumas cidades do interior.

a) Serviços realizados

A) Inspeções de sanidade

Número de inspeções	1.667
Candidatos aprovados	1.667

B) Matriculas

Averbadas	210
Novas	2.590
TOTAL	2.830

C) Multas

Multas impostas	6.221
Importância arrecadada .... .. Cr$	236.722,00
Licenças provisórias concedidas ...	7.178

D) Verificação de infrações que ocasionaram:

Multa	6.221
Apreensão de documento de habilitação	49
Retirada do veículo de circulação .	175
TOTAL	6.445

E) — Outros serviços

Prontuários abertos	1.072

Vistorias realizadas	843
Outros .:..	382

F) Exames prestados

Para carroceiros	8
(Amadores	127
Para "chauffeurs") Profissionais ..	969
(Para motociclis-	
(tas	9

G) Carteiras de habilitação expedidas

Para carroceiros	8
(Amadores	127
Para "chauffeurs") Profissionais ..	928
(Para motociclis-	
(tas	9

b) Renda proveniente dos vários serviços, inclusive multas .... Cr$ 3.700.459,00

c) Veículos licenciados em uso

Automóveis	1.543
Caminhonetes	683
Motocicletas	142
Caminhões	1.551
Outros	2.795

4— Delegacia Especial de Vigilância Geral e Costumes

Essa Delegacia, em que foi transformada a Guarda Civil, instalou-se em fins de 1954, de modo que não apresenta movimento referente ao exercício.

5 — Instituto de Polícia Técnica

Principais serviços realizados

Exames de ferimento ou ofensa física	338
Exames cadavéricos	51
Exames de defloramento	100
Carteiras de identidade expedidas .	3.110
Carteiras de estrangeiros — mod. 19	18

Inclui-se no programa a que se propôs o Govêrno e-

xecutar no corrente ano o equipamento dessa dependência da Polícia Civil, de modo venha a ocupar o lugar que lhe está destinado como elemento informativo para a Justiça repressiva. A aquisição dos aparelhos e instrumentos, utilizados mais comumente nas pesquisas da Polícia Técnica será providenciada, a fim de que venham os policiais a contar com a colaboração da ciência e da moderna técnica criminológica na sua luta contra a delinqüência.

6 — Inspetoria de Polícia Marítima e Aérea

Principais serviços realizados

Entradas de Vapôres Brasileiros ...	252
Entradas de Vapôres Estrangeiros .	94
Embarcações de pequena cabotagem	144
Passageiros desembarcados	1219
Passageiros embarcados	2220

A fim de assegurar e melhorar a eficiência do serviço policial, que muito depende da rapidez com que se movimentam os agentes da ordem, duas caminhonetes foram adquiridas para o Departamento da Polícia Civil, destinadas a seus diversos órgãos. Receberam também reparos gerais um carro transporte de prêsos e uma caminhonete do Serviço de Vigilância.

Continuou, no ano de 1954, a mesma orientação, firmada no início da administração, de austeridade no uso das cousas públicas e na defêsa dos bons costumes. Assim, não sofreu solução de continuidade a ação das autoridades na repressão do jôgo de azar, como também não se registraram abusos, ou mesmo uso impróprio, dos vinculados do Estado destinados ao Serviço Público.

II — POLÍCIA MILITAR

A Polícia Militar do Estado executou, no curso de 1954, sua missão de fator da ordem de segurança pública, de modo satisfatório. O quadro de oficiais foi aumentado com a formatura de nove aspirantes, o que ampliou as possibilidades do pessoal disponível para as delicadas tarefas de policiamento no interior.

Funcionaram com regularidade todos os serviços organizados na corporação, dando-se saliência aos da Companhia de Bombeiros, instalado agora no quartel da Praça Pedro Américo e com uma secção em Campina Grande, adequadamente aquartelada, e aos de saúde, a cargo do Hospital da Polícia Militar, serviço de clínicos de todas as especialidades.

Registrou-se nêsse estabelecimento o seguinte movimento:

SERVIÇO DE SAÚDE

Hospital Militar

Doentes internados	786
Operações realizadas	23

Ambulatório Militar

Pessoas atendidas	386
Receitas fornecidas	1.300
Curativos realizados	400
Injeções aplicadas	500
Crianças atendidas	1.360

Uma das principais tarefas da organização imprimida à nossa Polícia Militar é a desempenhada pela Secção Técnica de Fardamento e Equipamento, com oficinas fundadas em dependência do principal Quartel da Fôrça. Êsse esfôrço de artezanato militar, sem o qual seria impossível — porque barateia o custo da produção — manter a tropa bem vestida e calçada, mereceu recente elogio de altas autoridades do Exército e da Armada Nacional, que visitaram a Paraíba.

A produção de 1954 abrangeu, além de 2.850 pares de sapatos e 2.952 túnicas, 2.913 calças, 844 gorros e 258 sungas.

III — SISTEMA PENITENCIA'RIO

1 — A Penitenciária — Modêlo

O ano de 1954 terá que ficar assinalado como o da iniciativa, por parte do Govêrno, da construção de um presídio-modêlo, para substituir o velho e inadequado prédio da Casa de Detenção, que, como órgão central do sistema penitenciário no Estado, não podia mais ser tolerado pela superlotação de detentos em promíscua convivência.

Chegou, entretanto, o dia de redimir-se a Paraíba dêsse aviltante anacronismo, e havendo obtido a cooperação financeira da União Federal, através de um auxílio inicial de Cr$ 450.000,00, localizou o Govêrno a penitenciária numa área da propriedade Simões Lopes, escolhida para êsse fim pela proximidade da Capital e pela circunstância concomitante de não apresentarem obstáculos os problemas de transportes, iluminação e abastecimento d'agua.

Sob a administração do Departamento de Obras Pú-

blicas, os serviços de construção foram atacados vigorosamente, em novembro de 1954, e já se encontra terminado o primeiro pavilhão, destinado ao alojamento de 100 detentos, observando-se a obra-planta aprovada pelo Ministério da Justiça. Falta no momento adaptação provisória para a administração, guarda e cozinha, já havendo sido locado o muro circundante, que se começou a levantar em calcáreo retirado das pedreiras do Estado, situadas ao pé da obra.

Esgotados os recursos recebidos, essa obra está sendo custeada pelo Govêrno do Estado.

Deverá até o mês de setembro do corrente ano ser transferida para a nova penitenciária a primeira turma de presidiários. Serão instalados alí trabalhos de artezanato, dando ocupação remunerativa aos segregados da sociedade, além da vantagem de poderem desenvolver outras atividades ao ar livre, conforme permitem a extensão e natureza da área destinada ao prédio.

2 — Reconstrução de Cadeias Públicas

Como complemento dessa iniciativa, estão sendo construidas e reformadas várias cadeias no interior do Estado, já estando para inaugurar-se a da cidade de Patos, transformada em séde dos serviços conjugados da segurança (Comissariado de Polícia e Pôsto de Trânsito).

Uma das restaurações mais urgentes era a da cadeia de Campina Grande, cujas obras foram últimamente iniciadas com a retirada total do telhado e respectivo madeiramento, a serem substituídos por placas, devendo o prédio ficar, da mesma forma, ampliado, para abrigar outros serviços vinculados à segurança pública.

Foram escolhidos, como primeira etapa de execução do programa os municípios de Pilões, Uiraúna, Pedra de Fogo, Cuité, Solânea, Monteiro, Alagôa Grande, Itaporanga, Souza, Sumé, Malta e Antenor Navarro, onde estão em construção cadeias, em obediência às modernas conquistas da ciência penitenciária.

3 — Casa de Detenção

Funcionando, felizmente por pouco tempo, no antiquado prédio da cidade baixa, impróprio por todos os motivos à sua finalidade, a Casa de Detenção experimentou algumas melhoras materiais. No tocante à segurança, foi mudado o travejamento do tecto e substituído todo o fôrro.

Procedeu-se, simultâneamente, à caiação da fachada e restabeleceram-se as instalações de água e saneamento interno, inclusive o corpo da guarda.

Embora não tivesse sido possível racionalizar o alojamento dos prêsos, comprimidos em número superior a 350, num edifício cujas dependências não são suficientes para a metade, alvo que só será atingido com a mudança para a Penitenciária-Modêlo em construção, cuidou a administração do presídio pelo menos das condições de abastecimento e refeitório. Assim é que o fogão está sendo reforçado com plaqueamento de emergência a fim de resistir ainda o mento dos prêsos, comprimidos em número superior a tempo necessário ao uso que dele se requer. Foi recentemente adquirido equipamento de copa e cozinha, mediante a encomenda, na fábrica Ipam, de Recife, de caldeirões, caçarolas, travessas e chalciras de aluminio duplicado, material já recebido e entregue ao almoxarifado do estabelecimento, com o qual despendeu o Estado Cr$ 41.000,00. Pela primeira vez na Paraíba foi adquirido vasilhame em metal inamassável para o refeitório dos detentos, em número de 350 guarnições individuais.

4 — Colônia de Mangabeira

Na Colônia de Readaptação Agrícola de Mangabeira, foram realizados alguns melhoramentos materiais: aquisição e montagem de um motor elétrico de 7 HP para o conjunto-bomba; construção de um portão em estilo colonial e de casa anexa para o guarda-portão; construção de 10 casas para prêsos e restauração de 12; ligação por telefone, dos serviços internos; restauração do encanamento geral de água e esgôtos. Para melhorar o estábulo foram adquiridas duas vacas mestiças de raça holandesa.

Está sendo instalada uma moderna casa de farinha mecânizada, em cooperação com o Ministério da Agricultura, de modo a dar ao fabrico a capacidade de 30 sacos diários.

Foi construído na praia de Jacarapé um curral de peixe, para melhorar, com seu produto, o padrão alimentar do estabelecimento. E as plantações de mandioca nunca atingiram o vulto da produção ora fundada, num total aproximadamente de 50 hectares de área cultivada e em véspera de colheita.

IV — JUNTA COMERCIAL DO ESTADO

A Junta Comercial continua a ser repartição que passou de deficitária a produzir renda suficiente para a cobertura de seus gastos burocráticos.

No exercício de 1954 sua renda subiu a Cr$ 192.731,00, assim discriminadas as parcelas:

Selos de arquivamento .... Cr$ 173.331,00

Certidões	8.596,50
Selos de petições	10.804,50

A arrecadação decorrente das rubricas de livros comerciais, em favor dos deputados da Junta, expressou-se pela quantia de Cr$ 257.880,50.

CAPÍTULO TERCEIRO

PRODUÇÃO

A ação do Govêrno no sentido do desenvolvimento e melhoramento da produção agro-pecuária é exercida através do Departamento da Produção, órgão da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas. Tem sido o seu objetivo não sòmente a extensão da área cultivada e, consequentemente, da elevação quantitativa da produção, mas, também o selecionamento dos produtos em benefício de sua valorização. Êsses fins têm sido alcançados, por um lado, pela assistência mecânica dispensada aos agricultores, com máquinas e instrumentos emprestados ou vendidos, de modo a lhes permitir aumentar a área das culturas, sobretudo em época de conhecida escassez de braços decorrente do êxodo rural, e, noutro plano, pela importação, para revenda ou distribuição gratuita, de sementes ou reprodutores da melhor qualidade, quando não é possível a seleção nos estabelecimentos mantidos ou existentes no Estado.

A apreciação sôbre os diversos setôres que compõem o Departamento da Produção dará melhor idéia do que foi a ação dêsse serviço em 1954.

I — MELHORAMENTO ALGODOEIRO

Com o contrôle da distribuição de sementes e respectiva seleção feita nas variedades herbáceas e arbóreas, está sendo constatado considerável melhoramento no comprimento das fibras, sendo que o tipo P—46 mantém o seu alto comprimento de 36 a 38 e 38 a 40 mm.. Êste novo tipo tem grande aceitação, recebendo um ágio por parte da indústria, superior a 10%.

Com referência aos herbáceos é também significativo o melhoramento, verificando-se que o grosso da produção está com o aumento de 40%, inclusive, da fibra, no rendimento e no descaroçamento.

O rendimento e comprimento da fibra, na parte a cargo do Estado, da zona Norte, apresenta um significativo melhoramento com grandes produções de 28 a 30 mm.. Êstes resultados são o fruto das importações de sementes paulistas e dos constantes trabalhos seletivos feitos pelo Departamento da Produção.

Em cooperação com a Fazenda "Chaves", foi organizado um serviço de seleção de algodões herbáceos, traba-

lhando-se principalmente, para o melhoramento da variedade Express. Com essa variedade plantou-se 110 hectares. Ainda no referido imóvel, está se fazendo estudos de adubação fosfotada tricálcica, em cooperação com as Fazendas "Associadas", visando estudar o efeito residual dos adubos químicos na área das sêcas.

II — FAZENDA EXPERIMENTAL DE PENDÊNCIA

Nessa Fazenda foram continuados os trabalhos de genética aplicada ao algodoeiro mocó. Nove tipos de algodões foram ensaiados, visando especialmente, entre os caracteres a fixar, o de maturidade da fibra.

No Laboratório de Genética foram procedidas 3.625 análises, inclusive a determinação de pêso por centímetros-base-micronaire, em cooperação com o Laboratório de Fibras do Ministério da Agricultura. Tiveram prosseguimento os estudos experimentais com o sôrgo e com a precoce variedade de milho "pontinha". Êsses dois cereais são de grande importância para as áreas sêcas do Nordeste, em face do seu ótimo comportamento em zonas de pequenas precipitações pluviométricas.

Promoveram-se, ainda, na Fazenda, estudos e observações sobre ALGAROBA (Prosopis Juliflora) no sentido de determinar o seu desenvolvimento e comportamento em zonas de baixa coluna pluviométrica. Êsse vegetal influenciará com certeza na solução do problema de forragem para os rebanhos nordestinos, em face a sua grande produção por unidade área e seu alto valor nutritivo, acrescendo a essas a vantagem de produzir vagens justamente na época de escassez de alimentos.

Mil mudas remetidas pelo Govêrno do Estado para o Pôsto Agrícola de São Gonçalo, no município de Souza, apesar de plantadas em solo sêco e salgado, apresentam desenvolvimento animador, de modo a justificar as esperanças na contribuição dessa árvore para o problema alimentar dos rebanhos, de cuja solução pode advir o crescimento dêstes.

III — HORTO DA FAZENDA SIMÕES LOPES

No decorrer de 1954 o Horto distribuíu cêrca de 20.000 mudas e enxertos de fruteiras tropicais; 30.000 coqueiros entre anões e gigantes, e 1.790 mudas de essências florestais.

A sua renda bruta alcançou Cr$ 53.104,00.

Para o corrente exercício dispõe de 13.650 enxertos e mudas de abacateiros, sapotizeiros, mangueiras, frutapão, araçazeiros, tamarindo e de coqueiros anões e gi-

gantes. Dispõe, também, de algumas dezenas de milhares de cafèeiros ainda em germinação e de 273 pés de oiticica, canafístula, pitomba, palmeira e de páu Brasil.

IV — GRANJA "SÃO RAFAEL"

1. Bovinos

Do plantel bovino foram vendidos em leilão, aos donos de estábulos no município de João Pessoa, no decorrer do ano findo: 19 vacas; 13 novilhas; 5 garrotes e 13 bezerros de raça holandesa. Atualmente conta a Granja com 18 vacas, 16 novilhas, 13 garrotes, 3 garrotas, 3 bezerros, 9 bezerras e 3 reprodutores, todos de raça holandêsa. Dispõe também de 3 reprodutores Guernesey e 1 reprodutor Jersey.

Com o fim de enriquecer o plantel da Granja foram adquiridos, já no corrente ano, na cidade de Campinas, o melhor centro de criação de gado leiteiro do Estado de São Paulo, 2 garrotes puro sangue de raça holandesa e 19 novilhas puras por cruza, sendo 6 de criação nacional e 4 importadas da Argentina, e ainda um garrote puro sangue de origem importado do Uruguai.

Essa aquisição permitirá à Granja jogar com linhagens diferentes no seu trabalho de seleção sem os riscos da consanguinidade. Nessa mesma oportunidade foram também adquiridos, para revenda aos criadores, 7 reprodutores de raça holandesa, puros por cruza.

Em Uberaba, Estado de Minas, conhecido centro de seleção de gado Zebú, foram também adquiridos, para o plantel da Fazenda de Riacho dos Cavalos e para revenda aos criadores, 37 reprodutores das raças Gyr, Nelore, Indubrasil e Guzerat.

Para melhoramento do rebanho caprino, que fornece leite à população pobre de certas zonas do Estado, foi adquirido um casal de caprinos da raça Toggenburgo.

2. PRODUÇÃO DE LEITE

A produção de leite atingiu a 35.360 litros. Foi em parte destinada à alimentação dos bezerros e pintos da Granja e outra parte vendida ao Centro de Saúde desta Capital. Outra quantidade do referido produto foi cedida, gratuitamente, ao Abrigo de Menores "Jesús de Nazaré".

3. SUÍNOS

Atualmente a Granja dispõe de um plantel suíno composto de 7 reprodutores, de 45 reprodutoras e de 20 leitões de várias raças nobres de grande e médio porte, com

alto rendimento industrial em carne, banha e toucinho. No decorrer do ano de 1954, êsse plantel produziu 524 leitões. Dessa produção foram vendidos 422 leitões e cedidos 5. Também foram vendidas 5 reprodutoras para o corte, por não mais prestarem para reprodução.

4. AVIÁRIOS

Dispõe de magnífico plantel de aves de várias raças nobres, para a produção de ovos e carne. Tem atualmente, nos seus parques 2.749 cabeças, compreendendo: galinhas, galos, frangos, frangas, pintos e perus. No transcurso do ano próximo passado, foram vendidas 804 aves para reprodução.

5. PRODUÇÃO DE OVOS E DE PINTOS

O aviário da Granja produziu 20.073 ovos. Dessa produção 10.127 unidades foram vendidas. Entre ovos da própria Granja e de avicultores particulares, foram incubados 15.577. O aviário produziu 7.939 pintos, sendo que ... 3.939 foram vendidos. O Departamento da Produção importou de granjas, do Rio de Janeiro, 300 pintos da raça New-Hampshire, com 90% de fêmeas, para o melhoramento do plantel.

6. EQÜINOS

Presentemente a Granja dispõe de 1 reprodutor puro sangue inglês; 2 reprodutores anglo-árabes; 2 éguas reprodutoras puro sangue inglês; 2 poldras mestiças mangalarga; 1 poldra mestiça inglêsa; 2 jumentos pêga; e 6 muares para trabalho. Dos eqüinos da Granja, foram transportados para a Fazenda Experimental de Riacho dos Cavalos, 1 reprodutor, 2 reprodutoras e 1 poldra, todos de puro sangue Bretão.

7. SERVIÇOS EXECUTADOS

Foram fundados 10 hectares com plantas forrageiras; construiu-se e reconstruiu-se 1.500 metros lineares de cêrca de arame farpado com estaqueamento de madeira.

8. RENDA BRUTA

Com os leilões de animais e a venda dos produtos, a Granja alcançou, em 1954, uma renda bruta de Cr$ ... 383.174,00.

V — ZONAS AGRICOLAS

Através de suas Chefias de Zonas Agricolas, o Departamento da Produção proporcionou ao agricultor paraibano um vasto programa de assistência com o fornecimento de materiais, tratores e implementos agricolas, sementes, fungicidas, instrução e orientação técnicas. Em regime de cooperação foram cultivados 3.109,5 hectares com cereais, leguminosas e, principalmente, com algodão herbáceo e mocó, notadamente com a excelente variedade P-46. Nesses campos o Estado empresta as máquinas, sementes e o tratorista, entrando o interessado apenas com o combustível. O Departamento nada recebe do produtor pelos serviços prestados.

Foram vendidos 700.000 quilos de sementes de algodões herbáceos e mocó, de cereais e de grãos leguminosos e 25.000 quilos de sementes de batatinha. Vendeu-se ainda, 1.000 cultivadores, 3.780 enxadinhas de cultivadores, 3.000 enxadas de 2 1|2 polegadas, 1.000 parafusos de cultivador, 15.245 quilos de arsênico de cálcio, 5.403 quilos de arseniato de chumbo e 2.993 quilos de arsênico branco, em pó.

VI — FAZENDA EXPERIMENTAL DE CRIAÇÃO DE RIACHO DOS CAVALOS

A Fazenda Experimental de Criação de Riacho dos Cavalos, localizada no município de Catolé do Rocha, vem dando boa contribuição para o melhoramento dos rebanhos bovinos, eqüinos e asininos do alto sertão paraibano. Até dezembro do ano próximo passado, a Fazenda dispunha nos seus cercados, de 112 animais das raças bovina, Gyr, Nelore, Guzerat, Shwitz e Malabar, sob contrôle genéticos e seletivo, para produção de reprodutores, que são vendidos em leilão aos criadores da região. A fim de melhorar os rebanhos de eqüinos crioulos, no alto sertão, foram adquiridos na região dos Inhamuns, no Ceará, um lote composto de 15 reprodutores, compreendendo 13 éguas e 2 cavalos. Êsses animais foram adquiridos depois de meticuloso trabalho de seleção entre os melhores existentes naquela região. O cavalo crioulo nordestino se singulariza pela sua capacidade de rusticidade e sobriedade em face de agressividade do meio físico nas áreas sêcas do Nordeste. Necessita apenas de um trabalho de seleção, onde se apure melhor as suas qualidades de resistência, agilidade e maior porte.

Foram vendidos em leilão, 19 eqüinos. Dos plantéis bovinos, também foram vendidos no exercicio de 1954, 45 reprodutores; 110 vacas de particulares foram cobertas pe-

los touros da Fazenda. Também 85 éguas de proprietários da região foram padreadas pelos garanhões do estabelecimento.

As instalações da Fazenda foram ampliadas com a construção de mais um piquete, com abrigo para reprodutores; 10.080 metros lineares de cêrcas foram construidos para a divisão dos campos de pastagens. A Fazenda tem irradiado o seu programa de assitência pelas propriedades da região, levando diretamente ao curral do fazendeiro a sua contribuição. Assim é que, no decorrer do ano passado, foram prestados os seguintes serviços: Vacinação contra o carbúnculo hemático, 287; sintomático, 113; raiva 69 e garrotilho, 28.

Foram castrados 145 animais, compreendendo bovinos, eqüinos, muares e asininos.

Cêrca de 458 famílias foram beneficiadas com arrendamento, a preços reduzidos, de faixas sêcas e úmidas dos terrenos da Fazenda. O Estabelecimento teve uma renda bruta de Cr$ 241.641,70 para uma despesa de Cr$ 126.580,00, havendo, portanto, um saldo liquido a favor do Estado, de Cr$ 115.061,70.

VII — MOVIMENTO DOS POSTOS DE MONTA

1. — PÔSTO DE MONTA DE PUXINANÃ — Nesse Pôsto foram cobertas 70 vacas e 12 éguas de particulares pelos reprodutores bovinos e eqüinos do Estabelecimento.

Cêrca de 8 hectares do Pôsto foram plantados com cajueiro. Foi feito um pequeno bosque com cêrca de 2.000 eucaliptos.

2. — GRANJA GENERAL SOUZA DANTAS, DE ESPERANÇA — Nessa Granja, foram vendidos 39 leitões; 25 vacas foram cobertas pelo reprodutor.

3. — PÔSTO DE MONTA DA ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PENDÊNCIA — Êsse Pôsto que se dedica à seleção de caprinos e ovinos, vendeu, no transcurso do ano próximo passado, 236 reprodutores d'aquelas espécies. No referido ano, nasceram 96 caprinos e 36 ovinos.

VIII — COLÔNIA AGRÍCOLA DE CAMARATUBA

A Colônia Agrícola de Cmaratuba, com sua capacidade produtora ampliada graças aos melhoramentos introduzidos pela atual administração, apresentou, no exercicio a que se refere esta exposição, elevado rendimento de trabalho.

Dotada de instalações industriais para o beneficiamento de seus produtos e de equipamento mecânico para o trabalho agrícola, vem a direção da Colônia promovendo

a ampliação da área cultivada, aumentando dessa maneira a capacidade de produção.

Dispõe a Colônia para emprêgo nos trabalhos agrícolas, do seguinte material; Tratôres simples, 2; Tratôres com Buldozer, 1; Máquinas para fabricação de torrão paulista, 1; Cultivadores, 2. Arados: Tração mecânica, 2; Tração animal, 1. Grades: de 40 discos, 1; de 12 discos, 1. Bombas para irrigação, 3. Enxadas manuais, 21.

Dos instrumentos acima referidos, foram adquiridos em 1954, 1 bomba para irrigação e 21 enxadas manuais.

Os veículos utilizados no serviço são: 1 caminhão e 1 caminhonete Ford, comprados ambos em 1953.

1 — DEFESA VEGETAL

Para a defesa de suas plantações, utiliza a Colônia as seguintes máquinas e aparelhos:

a) — Adquiridos em anos anteriores

Pulverizadores — 1
Extintores — 2
BLEMCO — 2

b) — Adquiridos durante o ano de 1954

Pulverizadores — 1
Extintores — 4
Aplicadores BLEMCO — 2

2 — ÁREA CULTIVADA

No ano de 1954, a área cultivada atendeu à distribuição abaixo:

CULTURAS	ÁREA CULTIVADA
Mandioca (m2)	205.000
Arroz (m2)	135.307
Feijão (m2)	130.956
Milho (m2)	102.464
Abacaxí (m2)	15.000
Coqueiros (pés)	400
Maracujás (pés)	490
Pimenta do reino (m2)	3.300
SEMENTEIRA	
Mudas de coqueiros (pés)	800

Holandeses — 5; Jersey — 1; Mestiços — 17; Crioulos — 7.

EQÜINOS:

Mangalarga — 1; Mangalarga Mestiços — 4; Crioulos — 2.
Muares — 5.

O leite produzido durante o ano atingiu a 6.910.200 kg

5 — MOVIMENTO FINANCEIRO

O movimento financeiro acusou o seguinte índice:

Receita	Cr$	400.991,50
Despesa	Cr$	605.907,70

6 — CONSTRUÇÕES

Prosseguiram os trabalhos de construção de edifícios, no sentido de melhorar as instalações da Colônia.

7 — OBRAS CONCLUÍDAS

Um prédio para usina de beneficiamento de arroz, oficina mecânica, garage e serraria	Cr$	130.596,00
7 casas de residência		133.044,80
1 cemitério		13.285,90
1 banheiro publico		3.778,60

8 — OBRAS EM CONSTRUÇÃO

1 casa de farinha manual	Cr$	3.859,80
1 mercado		9.932,90
1 açude		219.920,00

9 — DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ARROZ E OUTROS CEREAIS

Importante papel está reservado à Colônia como produtor de arroz e outros cereais para abastecimento da Capital e cidades próximas. Nesse sentido está o Govêrno do Estado em entendimento com o Instituto Nacional de Colonização e Imigração para a localização de 10 famílias japonesas naquela Colônia, aguardando, para breves dias, a viagem ao Estado de um técnico da referida repartição, a fim de estudar as condições para imediata transferência dos imigrantes.

10. BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS

Funcionou normalmente durante o ano a Fábrica de

Farinha que apresentou o seguinte movimento: Mandioca 1.381.204 kg; Farinha, 367.683 kg e Congra, 99.333 kg.

IX — INSTITUTO DE FERMENTAÇÃO

Foram tomadas pelo Govêrno providências para a próxima construção, nesta Capital, de instalações do Instituto de Fermentação, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, destinadas ao desenvolvimento de produção de sucos de frutas, bebidas fermentadas, produto e sub-produto de cajú e de outras frutas típicas do Nordeste.

Tal programa, que não podia deixar de merecer a atenção e ajuda do Govêrno, será levado a efeito dentro em breve, com a localização dos estabelecimentos em uma área de 200 hectares da Fazenda Mangabeira, que foi doada pelo Estado, de acôrdo com a Lei n. 180, de 2.3.1955.

X — OFICINA MECÂNICA

Dispõe o Departamento da Produção, situada na fazenda Simões Lopes, de oficina mecânica bem aparelhada para reparo dos veículos e motores que utiliza.

No ano de 1954 foram reparados os seguintes veículos: 2 caminhões Chevrolet; 1 caminhão Ford; 4 automóveis marcas Mercury e Chevrolet; 4 caminhonetes Ford e Chevrolet; 2 tratôres Caterpiller D-6; 2 tratôres Caterpiller TD-6; 2 tratôres super A.

Foram confeccionados 6 carros de mão destinados à Granja São Rafael e 1 carroção para a Fazenda Experimental de Riacho dos Cavalos.

CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS

Ocupando-se da fiscalização ao beneficiamento, seleção, enfardamento e classificação dos produtos agrícolas, funciona diretamente subordinado ao Chefe do Executivo, o D.C.P.A.P., que se rege por especificações baixadas pelo Ministério da Agricultura no que diz respeito à orientação técnica, de conformidade com o Acôrdo firmado com aquêle departamento da administração federal.

A orientação firmada no início da atual administração, visando a melhoria de qualidade dos produtos sujeitos à classificação, com sistemática fiscalização desde as fontes produtoras, já de apreciáveis resultados verificados na aceitação pela confiança dos mercados consumidores por nossos produtos exportáveis, destacadamente o algodão e a agave, prosseguiram em 1954, com real proveito para o comércio exportador, que teve no D.C.P.A.P um

órgão de colaboração e de vigilância na defesa dos nossos produtos.

Novos métodos de trabalho — sistemática fiscalização desde a fonte produtora ao enfardamento, classificação e embalagem dos produtos padronizados sujeitos a fiscalização — empregou-se com absoluto êxito, sem que se tenha registrado até hoje qualquer reclamação.

Essa orientação favoreceu o escoamento de nossa produção para os seguintes mercados consumidores que continuam dando prefcrência aos nossos produtos e adquirindo-os à vista de certificados de classificação emitidos pelo D.C.P.A.P.: estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Alagoas, Ceará; países — Estados Unidos da América do Norte, Alemanha, França, Suécia, Argentina, Japão, Holanda, Bélgica, Finlândia, Israel, Canadá, Inglaterra, Tchecoslováquia, Chile, Marrocos Francês, Polônia, Noruéga, Austria, Nova Zelândia e Austrália.

I — TRABALHOS REALIZADOS PELO D.C.P.A.P.

ALGODÃO: Foram classificados, da produção do Estado, 21.972.327 quilos de algodão, inclusive 1.180.295 quilos de sub-produtos dessa matéria prima, conforme demonstrativo abaixo, que especifica a classificação por tipo e classe, tendo predominado o tipo 3 e a fibra longa, índice da evolução dos cuidados dispensados ao beneficiamento, seleção, enfardamento, classificação e armazenamento do produto.

II — PRODUÇÃO DE ALGODÃO DO ESTADO

1. CLASSIFICAÇÃO POR TIPO

Tipos	Sacas	Pêso Liquido (kg.)
2	447	54.190
3	83.773	11.415.676
4	48.210	6.495.548
5	13.939	1.910.845
6	5.465	628.581
7	1.982	211.481
8	505	54.536
9	181	20.545
Total por tipo	154.502	20.791.402
Sub-produtos	7.463	1.180.925
Total Geral	161.965	21.972.327

2. ESPECIFICAÇÃO POR CLASSE

7	1.492	229.415
8	169	26.631
9	7	981
Total por tipo	64.346	7.993.577
Sub-produto	317	43.468
Total Geral	64.663	8.037.045

POR CLASSE

Curta	749	139.603
Média	61.506	7.652.027
Longa	2.091	201.947
Total por classe	64.346	7.993.577
Sub-produtos	317	43.468
Total Geral	64.663	8.037.045

A exportação para o exterior e a cabotagem de algodão, discriminada por 8 países e 10 Estados da Federação, com as respectivas quantidades recebidas por êsses mercados, num total de 34.836.440 quilos, representando o valor comercial de Cr$ 739.326.592,50.

IV — EXPORTAÇÃO E CABOTAGEM DE ALGODÃO, INCLUSIVE DO FINANCIADO, DISCRIMINADO POR PAÍSES E ESTADOS

Discriminação	Volume	Pêso Líquido (Kg.)
POR PAÍSES		
Itália	6.823	1.285.561
Japão	6.267	1.165.801
França	5.522	1.030.750
Chile	8.220	1.560.863
Estados Unidos	3.937	767.231
Inglaterra	3.836	615.617
Alemanha	1.864	347.000
Uruguai	545	99.968
Total	37.014	6.872.791
POR ESTADOS		
São Paulo	52.538	9.648.419
Rio de Janeiro	56.745	9.958.891
Pernambuco	33.871	5.199.289
Minas Gerais	5.787	1.037.748
Rio Grande do Norte	4.845	550.233

Sergipe	1.890	347.300
Bahia	1.060	194.085
Alagoas	3.381	542.581
Santa Catarina	2.443	460.134
Rio Grande do Sul	135	24.966
Total — Cabotagem	162.695	27.963.646

RESUMO

tagem ..... Cr$ 737.326.592,50

V — AGAVE

Cabotagem	162.695	27.963.646
Exportação	37.014	6.872.791
Total Geral	199.709	31.836.440

Valor Comercial da Exportação e Cabo-

A seguir, temos a classificação de fibra de agave também por tipo e classe, totalizando 35.485.826 quilos, onde se constata predominância dos tipos 3 e 5, fibras médias e longas, graças aos cuidados dispensados por êsse serviço, ao beneficiamento e seleção do produto.

1 — PRODUÇÃO DE SISAL DO ESTADO

Discriminação	Fardos	Pêso Líquido (Kg.)
POR TIPO		
1	1	204
3	48.832	9.380.262
5	54.468	10.333.212
7	43.466	8.290.665
9	15.866	3.032.944
Total por tipo	162.633	31.037.287
Abaixo do padrão	4.113	778.623
Bucha	35.862	3.669.916
Total da produção	202.608	35.485.826
POR CLASSE		
Curta — 45 a 70 cm	4.406	883.095
Média — 71 a 90 cm	69.971	13.358.229
Longa — 91 a 110 cm	82.021	15.586.184
Extra-Longa — 110 cm acima	6.235	1.209.779

Total por classe	162.633	31.037.287
Abaixo do padrão	4.113	778.623
Bucha	35.862	3.669.916
Total da produção	202.608	35.485.826

A exportação de fibra de sisal — é abaixo discriminada, por 19 países e 7 Estados da Federação, com as quantidades respectivas recebidas por êsses mercados, perfazendo um total de 45.861.992 quilos, que representaram o valor comercial de Cr$ 245.868.323,50.

2 — EXPORTAÇÃO E CABOTAGEM DE FIBRA SISAL, INCLUSIVE O FINANCIADO, DISCRIMINADAS POR PAÍSES E ESTADOS

Discriminação	Volume	Pêso Líquido (Kg.)
POR PAÍSES		
Estados Unidos	104.625	17.612.934
Alemanha	84.058	15.674.914
França	11.831	2.259.331
Suécia	11.794	2.075.000
Holanda	10.144	1.876.345
Argentina	8.561	1.712.232
Japão	7.489	1.474.474
Bélgica	4.082	750.000
Finlândia	2.506	475.000
Israel	2.230	420.000
Marrocos Francês	1.784	322.000
Canadá	1.650	215.000

3 — PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A produção agrícola da Colônia alcançou os seguintes níveis:

Mandioca (Kg)	90.382
Arroz (Kg)	12.145
Bananas (unidades)	23.760
Abacaxis (unidades)	1.053
Mangas (unidades)	2.556
Côcos (unidades)	6.016
Batata doce (Kg)	10.584
Feijão (Kg)	2.924
Milho (Kg)	930
Amendoim (litros)	167
Inhame (Kg)	370
Fava (Kg)	388

4 — PRODUÇÃO ANIMAL

Utiliza a Colônia os seguintes animais:

BOVINOS:		
Inglaterra	1.340	247.680
Teheco-Slováquia	918	184.082
Dinamarca	884	170.000
Polônia	813	150.000
Chile	665	133.000
Marrocos	536	100.000
Noruega	54	10.000
Total de Exportação	255.964	45.681.992
POR ESTADOS		
São Paulo	30.498	5.084.489
Rio Grande do Sul	6.287	1.167.247
Pará	1.626	301.573
Pernambuco	1.521	185.531
Rio de Janeiro	1.668	292.883
Paraná	112	20.999
Santa Catarinha	27	5.019
Total da Cabotagem	41.739	7.057.741
R E S U M O		
Cabotagem	41.739	7.057.741
Exportação	255.964	45.861.992
Total Geral	297.703	52.919.733
Valor Comercial da Cabotagem e Exportação .... Cr$		245.868.323,50

Finalmente, segue-se a discriminação dos totais de todos os produtos exportados, depois de classificados (18 produtos diferentes), com os respectivos valores comerciais, perfazendo o total geral de 98.216.602 quilos que, por sua vez, representaram um valor comercial total de ..... Cr$ 1.052.998.225,95. Vale salientar que não há noticias de qualquer reclamação por parte dos mercados cosumidores.

VI — DEMONSTRATIVO DE TODOS OS PRODUTOS EXPORTADOS E CABOTADOS, DEPOIS DE CLASSIFICADOS, COM O RESPECTIVO VALOR COMERCIAL

Produtos	Volumes N.º	Pêso Líquido (Kg)	Valor Comercial (Cr$)
Algodão em pluma	199.709	34.836.440	739.326.592,50
Fibra de agave	297.703	52.919.733	245.868.323,50
Fibra de caroá	659	69.623	414.432,65
Arroz	1.095	65.129	516.100,00

Semente de mamona	14.421	874.871	1.800.979,50
Feijão macássar .. .	9.726	581.372	1.826.998,00
Feijão mulatinho ..	110	6.588	30.000,00
Côco	3.406	26.404	125.900,00
Peles de cabra .. .	4.294	659.596	23.951.750,30
Peles de carneiro ..	3.238	500.738	13.232.405,30
Peles de animais silvestres	42	10.136	314.650,70
Couros de boi	1.129	527.775	6.904.887,00
Batatinha	20.552	1.168.325	2.507.812,50
Cebola	381	18.992	88.550,00
Abacaxi	64.500	2.600.000	6.158.000,00
Milho	55.700	3.325.680	9.595.004,00
Cêra de carnaúba ..	94	6.900	288.000,00
Farinha de mandioca	368	18.300	47.840,00
Total	677.127	98.216.602	1.052.998.225,95

VII — FISCALIZAÇÃO AOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, EMISSÃO DE CERTIFICADOS, OFÍCIOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS

A Fiscalização Itinerante levada a efeito pelo Departamento, atingiu os seguintes estabelecimentos, num percurso de 130.000 kms: 30 usinas beneficiadoras de algodão; 70 descaroçadores comuns de algodão; 127 prensas de alta, média e baixa densidade, de algodão e agave; 344 desfibradeiras de agave e 17 fábricas de óleos vegetais. Funcionaram normalmente 3 Secções de Classificação e 10 Postos de Fiscalização, subordinados ao Departamento. Foram emitidos no mesmo período, 42.371 certificados, registros e lotes de classificação de todos os produtos, recebidos 3.679 ofícios e circulares, e expedidos 1.521 ofícios e circulares.

VIII — RENDA E DESPESA

A renda geral do D.C.P.A.P. foi de Cr$ 3.110.783,69, da qual deduzidas as despesas na importância de... Cr$ 2.284.610,00, permitiu o recolhimento ao Tesouro do saldo na importancia de Cr$ 826.173,69. Êsse serviço não é repartição arrecadadora, sendo suas rendas recolhidas pelos diversos setôres do Departamento da Fazenda, mediante-guias expedidas pelo D.C.P.A.P., e os recolhimentos efetuados pelos interessados, na forma da legislação existente. Dêsse modo não há aplicação de rendas. As despesas são realizadas rigorosamente dentro dos duodécimos das verbas orçamentárias concedidas para o exercício. Apenas foi estabelecido êsse confronto, com o in-

tuito de revelar o equilibrio econômico-financeiro verificado.

IX — ÊXITO OBTIDO

Durante o exercício de 1954, não sòmente foi mantido, mas ampliado e revigorado o critério recomendado no inicio da atual Administração relativamente aos trabalhos de fiscalização ao beneficiamento, trânsito, enfardamento, classificação e armazenamento de nossos produtos, principalmente do algodão e do sisal, tendo como resultado a completa reabilitação, nos mercados consumidores nacionais e estrangeiros, da fibra do sisal paraibano.

Outro tanto aconteceu com a nossa produção algodoeira, de outras matérias primas e dos produtos comestiveis, sem que haja noticias de alguma restrição por parte dêsses mercados.

* * *

A organização do D.C.P.A.P., distribuindo seu pessoal em 13 dependências por todo o território do Estado, aliada à competência técnica, permitiu o trabalho eficiente cujos resultados foram atrás apresentados, merecendo acatamento não sòmente dos comerciantes e agricultores beneficiados com sua ação, como também do órgão fiscalizador federal pela aprovação total do trabalho realizado.

CLASSE	Sacas	Pêso Líquido (kg.)
Curta	29.501	3.673.047
Média	51.425	7.598.842
Longa	73.576	9.519.513
Total por classe	154.502	20.791.402
Sub-produtos	7.463	1.180.925
Total Geral	161.965	21.972.327

A classificação do algodão procedente de outros estados é abaixo especificada, também por tipo e classe durante o mesmo período, num total de 8.037.045 quilos, inclusive 43.468 quilos de sub-produtos, com predominância do tipo 4 e fibra média, o que revela melhor beneficiamento e seleção no algodão dêste Estado.

III — ALGODÃO PROCEDENTE DE OUTROS ESTADOS, CLASSIFICADO POR TIPO E CLASSE DE FIBRA

POR TIPO

Tipos	Sacas	Pêso Líquido (kg.)
2	48	3.869
3	15.269	1.996.038
4	30.921	3.720.532
5	13.677	1.646.548
6	2.763	369.563

CAPÍTULO QUARTO

COMUNICAÇÕES

Comunicações Rodoviárias

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

A construção, conservação e melhoramento das vias de comunicações do Estado a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem, organizado segundo esquema seguido pelo serviço federal a que está vinculado. As atividades dêsse Serviço desenvolvem-se dentro de um programa de obra anualmente elaborado à vista da previsão dos recursos disponíveis para execução do plano geral.

1 — ATIVIDADES EM 1954

1. MOVIMENTO FINANCEIRO (Cr$)

a) Receita

Fundo Rodoviário Nacional (Estado)	24.570.289,00
Fundo Rodoviário Nacional (Município) ..	6.826.042,00
Dotação do Estado	5.000.000,00
Juros Bancários	105.018,10
Rendas Diversas	469.814,70
TOTAL	36.971.163,80

b) Despêsa

Administração Geral	15.190.156,09
Construção de Estradas	729.017,10
Conservação de Estradas	6.998.388,89
Estudos e Projetos	739.919,30
Desapropriações e Indenizações	504.292,80
Auxílio aos Municípios	7.623.834,90
Aquisição de Veículos e Máquinas	2.405.161,30
Aquisição de Imóveis e Instalações	45.000,00
Móveis e Utensilios	324.864,30
Diversos e Eventuais	2.431.535,20
TOTAL	36.992.169,70

2. CUSTO DOS SERVIÇOS (Cr$)

a) Estradas em construção

Santa Rita-Mamanguape	174.536,40

Cajazeiras-Jatobá	187.361,20
Antenor Navarro-Marizópolis	15.480,00
Santa Rita-Campina Grande	323.808,60
TOTAL	701.136,20

b) Estradas conservadas

Santa Rita-L. R. G. Norte	908.716,40
Guarabira-Mamanguape-Rio Tinto	120.505,80
Café do Vento-Sapé-Mulungú	260.971,40
Cuitegi-Pilões-Arara-Coelho	533.814,26
Areia-Alagoa Nova-Alagoa Sêca	516.975,62
Campina Grande-Alagoinha	107.588,80
Corta Dedo-Remigio-Areia	173.362,90
Itabaiana-Umbuzeiro (BR-23)	319.922,14
Ingá-Serrinha-Pe	367.356,46
Patos-Teixeira-Limites-Pe	159.433,30
Teixeira-Imaculada-Triunfo	267.694,70
Piancó-Flores	130.068,00
Luiz Gomes-Antenor Navarro-Marizópolis	867.881,70
João Pessoa-Cabedêlo	137.873,79
João Pessoa-Limites Pe	447.372,39
TOTAL	5.629.604,98

A receita do exercício apresentou uma elevação de .... Cr$ 5.879.608,10 sôbre a de 1953.

3. ESTRADAS CONSTRUÍDAS E CONSERVADAS

a) Demonstração da Despêsa realizada por serviço

No setor de construção o D.E.R. executou, do seu Plano Rodoviário, serviços de revestimento nas estradas Cajazeiras-Jatobá, Patos-Teixeira, Santa Rita-Mamanguape, Antenor Navarro-Marizópolis, Teixeira-Destêrro e BR-23-Sapé, dispendendo com isso Cr$ 729.017,10.

b) Conservação de Estradas

Na parte de conservação de estradas dispendeu o D.E.R Cr$ 6.998.388,80, numa extenção de 939 km, beneficiando 31 municípios.

Segue a indicação das estradas conservadas com referência à quilometragem e despêsa realizada:

Estradas	Extensão (Km)	Despêsa (Cr$

João Pessoa-Cabedêlo	18	137.873,80
João Pessoa-Limite Pernambuco	60	447.372,40
Santa Rita-Oratório	24	97.442,30
Esperança-Remígio	12	69.466,50
Remígio-Areia	13	103.896,40
Alagoa Nova-Lagoa Sêca	20	123.061,40
Várzea Nova-Alagoa Grande	12	182.297,50
Várzea Nova-Alagoa Nova	13	137.930,80
Alagoa Grande-Juarez Távora	18	73.685,90
Santa Rita-Sapé	32	474.082,60
Mamanguape-Limite R.G.N.	43	280.178,20
Guarabira-Mamanguape	42	112.715,70
Serraria-Arara	13	114.130,80
Borborema-Pirpirituba	16	128.598,30
Alagoa Grande-Alagoinha	17	107.588,80
Mamanguape-Rio Tinto	5	7.190,10
Café do Vento-Sapé-Mulungú	60	260.971,40
Cuitegi-Pilões	14	70.895,70
Sapé-Mamanguape	37	106.564,60
Pilões-Borborema	7	57.023,30
Borborema-Bananeiras	12	109.057,30
Itabaiana-Salgado	11	4.567,60
BR-23-Ingá	13	72.761,70
Ingá-Itabaiana	21	217.847,50
Itabaiana-Serrinha-Lim. de Pernambuco	10	149.508,90
Salgado-Umbuzeiro	61	161.557,60
Café do Vento-Pilar-BR-23	12	30.304,10
Itabaiana-Una-BR-23	32	55.298,60
Antenor Navarro-Marizópolis	19	271.732,30
Bonito de Santa Fé-Conceição	25	279.734,90
São José de Piranhas-Bonito de Santa Fé	25	115.947,40
Cajazeiras-Jatobá	32	200.467,00
Conceição-Serra Talhada	15	108.793,60
Teixeira-Destêrro	22	27.600,40
Teixeira-Limite Pernambuco (Fôrno Velho)	6	6.062,50
Destêrro-Taperoá	32	173.673,30
Imaculada-Água Branca	25	189.799,40
Patos-Gerimum	32	159.433,30
Piancó-Garrotes	25	130.068,00
Água Branca-Tavares	33	71.832,80
TOTAL	939	6.998.388,80

Foram beneficiados com a referida extensão conservada os municípios de João Pessoa, Pedras de Fôgo, Santa Rita, Cruz do Espírito Santo, Sapé, Mamanguape, Guarabi-

ra, Serraria, Pilões, Araruna, Bananeiras, Areia, Alagoa Nova, Picuí, Soledade, Campina Grande, Alagoinha, Itabaiana, Umbuzeiro, Ingá, Patos, Teixeira, Taperoá, Princesa Isabel, Piancó, Antenor Navarro, Cajazeiras, São José de Piranhas, Bonito de Santa Fé, Conceição e Pilar.

c) Melhoramento por conta dos auxílios Federais:

Ainda executou, em cooperação com o Govêrno Federal (Obras Delegadas), os serviços de construção a seguir enumerados, cujas despêsas somaram Cr$ 3.693.502,90.

Estradas	Despêsa (Cr$)
1 — Soledade-Picuí	332.823,90
2 — São João do Carirí-São José do Egito	912.796,80
3 — Piancó-Princesa Isabel	933.650,40
4 — Sumé-Congo	149.891,50
5 — Cajazeiras-Jatobá	135.515,00
6 — Teixeira-Princesa	93.889,00
7 — Monteiro-Ipojuca	727.712,70
8 — Santa Luzia-Junco	82.920,00
9 — Brejo das Freiras-Antenor Navarro .	166.324,00
10 — Obra d'arte: Ponte sôbre o rio Paraiba, em Pilar (estudo e locação)	157.979,60
TOTAL	3.693.502,90

4. EQUIPAMENTO

Visando melhorar o seu equipamento mecânico, o Departamento fez aquisição de uma moto-niveladora "Adams", pelo preço de Cr$ 1.450.000,00, e de três caminhões de carroceria fixa pela quantia de Cr$ 825.000,00.

Em suas próprias oficinas foram recondicionadas 2 moto-niveladoras "Gallion", um trator "International" TD-9 e um rôlo-compressor "Gallion".

5. ESTUDOS E PROJETOS

Com estudos e projetos a despêsa atingiu a..... Cr$ 739.919,30, compreendendo as seguintes estradas:

Estradas	Despêsa (Cr$)
Picuí-Soledade	73.564,70
Piancó-Princesa Isabel .... Cr$	33.648,80
Santa Rita-Mamanguape	75.385,00
Guarabira-Araçagí	32.720,00
Sumé-Congo	71.415,00
Monteiro-Ipojuca	79.513,40

Caiçara-Nova Cruz	19.814,00
Belém-Nova Cruz	63.648,00
Esperança-Remígio	12.615,09
Antenor Navarro-Marizópolis	16.000,00
Sapé-Café do Vento	72.000,00
Pilar-São Miguel de Taipú	21.000,00
Alagoa Grande-Alagoinha	45.000,00
Boi Velho-Prata	50.953,80
São João do Cariri-São José dos Cordeiros	33.883,60
Alagoa Grande-Ingá	38.758,00

II — ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS

Aos municípios cujas Prefeituras atenderam às exigências que lhes estão impostas, distribuiu o D.E.R., do Fundo Rodoviário Nacional, a importância de ..... Cr$ 7.623.834,90, de acôrdo com a especificação abaixo:

Municípios	Valor (Cr$)
Alagoa Grande	66.422,30
Alagoa Nova	69.129,50
Alagoinha	19.525,00
Antenor Navarro	75.823,30
Araruna	142.519,80
Areia	165.747,40
Aroeira	42.379,10
Bananeiras	156.360,90
Bonito de Santa Fé	36.413,10
Brejo do Cruz	65.069,00
Cabaceiras	148.349,20
Caiçara	96.203,50
Cajazeiras	260.007,10
Campina Grande	840.291,60
Catolé do Rocha	122.144,90
Conceição	75.532,60
Cruz do Espírito Santo	127.995,09
Cuité	218.303,70
Esperança	100.546,90
Guarabira	217.370,00
Ingá	54.883,80
Itabaiana	132.489,10
Itaporanga	115.224,50
JOÃO PESSOA	1.294.077,60
Malta	28.076,80
Mamanguape	223.016,30
Monteiro	181.395,50
Patos	275.171,60
Piancó	195.630,90
Picuí	96.436,80

Pilar	113.980,10
Pilões	24.382,50
Pirpirituba	20.952,00
Pocinhos	52.723,20
Pombal	158.287,20
Princesa Isabel	116.300,50
Santa Luzia	115.144,40
Santa Rita	134.701,40
São João do Cariri	198.434,50
São José de Piranhas	61.574,80
Sapé	125.825,00
Serra Redonda	18.049,40
Serraria	118.771,60
Solânea	38.895,90
Soledade	123.803,20
Souza	211.895,50
Sumé	53.361,90
Taperoá	63.557,20
Teixeira	129.512,00
Uiraúna	31.507,30
Umbuzeiro	69.639,40
TOTAL	7.623.834,90

III — EXERCÍCIO DE 1955

Para o corrente exercício a receita do D.E.R. está estimada em Cr$ 41.500.000,00, para uma despêsa prevista em igual importância.

Do programa de obras do Departamento consta a conservação geral da atual rêde rodoviária a seu cargo, numa extensão superior a 900 kms., e a construção de cinco pontes, quatro pavilhões, um boeiro duplo e uma passagem superior; obras d'arte essas distribuidas pelas seguintes estradas:

Mamanguape-Rio Grande do Norte; Mulungú-Mari; Várzea Nova-Alagoa Sêca; Antenor Navarro-Marizópolis; Cajazeiras-Jatobá; além da conclusão das obras situadas na estrada Taperoá-Destêrro.

No programa de pavimentação, de iniciativa do Govêrno do Estado, será atacado, para conclusão ainda êste ano, o trecho da BR-23 até Sapé.

Pretende também o Departamento ampliar o seu equipamento mecânico e aumentar sua frota de viaturas.

Para isso já adquiriu uma moto-niveladora Internacional e encomendou, à firma G. Vidal & Cia., do Rio de Janeiro, dez caminhões com basculante, para entrega imediata, ao preço de Cr$ 400.000,00 por unidade.

ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO DE CABEDÊLO

O Pôrto de Cabedêlo, único no Estado que permite a ancoragem de navios de alto calado, beneficiado com os serviços executados pela atual administração, apresentou um vulto de movimento que atesta da oportunidade das obras levadas à efeito em suas instalações, ao lado da capacidade produtiva da Paraíba.

Prosseguiram no mesmo rítmo os trabalhos destinados à ampliação das instalações portuárias e demais serviços do pôrto, como de tudo dá notícia em lugar próprio esta exposição.

I — MOVIMENTO FINANCEIRO

1. Receita

A receita atingiu ao montante de Cr$ 8.248.750,20, conforme discriminação abaixo, verificando-se um aumento em relação à do ano de 1953, na quantia de Cr$ 2.159.036,40:

Discriminação			Valor (Cr$)
Utilização do Pôrto ..	1.310.398,00		
Atracação	220.072,00		
Capatazias	2.156.485,50		
ARMAZENAGENS:			
a) — interna	1.221.512,70		
b) — externa	60.562,90		
c) — especial	924,00	1.282.999,60	
Transportes		150,00	
Sup. do aparelhamento port.		207.666,60	
Sup. d'agua às embarcações		23.445,00	
Serviços acessórios ..		2.289.532,50	7.490.749,20
Taxa adicional — 10%			64.152,30
Sôbre-taxa da União .		1.071,40	
Serviços executados nas oficinas		632.660,80	
Aluguel de terreno ..		47.757,60	
Rendas diversas		12.358,90	693.848,70
			8.248.750,20

Obtendo-se, por mês, o seguinte resultado:

JANEIRO:			
taxas portuárias .		526.897,70	
taxa adicional ..	3.271,90		
rendas eventuais	42.579,20	572.748,80	
FEVEREIRO:			
taxas portuárias .	658.241,30		

taxa adicional	3.531,00	
rendas eventuais	28.683,00	
		690.455,30

MARÇO:

taxas portuárias .	475.926,70	
taxa adicional ..	3.934,00	
rendas eventuais	22.001,90	501.862,60

ABRIL:

taxas portuárias .	621.416,50	
taxa adicional ..	219,20	
rendas eventuais	100.587,10	722.222,80

MAIO:

taxas portuárias.	394.198,90	
taxa adicional ..	20.961,90	
rendas eventuais	191.105,40	606.266,20

JUNHO:

taxas portuárias .	467.002,90	
taxa adicional ..	4.254,10	
rendas eventuais	66.920,70	538.177,70

JULHO:

taxas portuárias	587.198,10	
taxa adicional ..	8.766,90	
rendas eventuais	8.558,60	604.523,60

AGÔSTO:

taxas portuárias .. .	637.511,40	
taxa adicional	2.147,80	
rendas eventuais	67.524,10	707.183,30

SETEMBRO:

taxas portuárias	617.689,90	
taxa adicional	5.557,20	
rendas eventuais	7.005,30	630.252,40

OUTUBRO:

taxas portuárias	680.523,10	
taxa adicional	4.298,20	
rendas eventuais	17.484,50	702.306,10

NOVEMBRO:

taxas portuárias	722.739,70	
taxa adicional	3.206,10	
rendas eventuais	31.465,10	757.410,90

DEZEMBRO:

taxas portuárias	1.101.402,70		
taxa adicional	4.004,00		
rendas eventuais	109.933,80	1.215.340.50	8.248.750,20

2 — DESPESA

Na forma da distribuição em seguida feita, verifica-se que a despesa realizada no decurso do ano próximo findo elevou-se à quantia de Cr$ 8.136.455,50:

Discriminação	VALOR (Cr$)
Administração	112.256,40
Escritórios	1.060.311,18
Armazéns	477.209,57
Oficinas	878.047,52
Guindastes	336.063,77
Conferências de Mercadorias	308.933,10
Acostagem de vapores	106.576,20
Polícia portuária	267.553,05
Instalações elétricas	171.900,67
Sub-estação	26.666,38
Automóvel	175.710,82
Caminhão	41.234,09
Serviço de carga e descarga	2.353.556,00
Conservação	367.873,25
Consumo de energia elétrica	32.523,40
Acidentes no trabalho	246.672,90
Contribuições sociais	226.141,50
Salário-familia	404.535,90
Salário-espôsa	185.000,00
Despesa eventuais	357.689,80

TOTAL 8.136.455,50

Verificando-se a seguinte percentagem:

Discriminação		VALOR (Cr$)	
Pessoal — custeio	6.944.016,80		
Pessoal — conservação	308.594,40	7.252.611,20	— 89,1%
Material — custeio	824.565,45		
Material — conservação	59.278,85	883.844,30	— 10,9%
TOTAL		8.136.455,50	— 100%

3 — SALDO VERIFICADO

A 31 de dezembro foi encerrada a escrita portuária, verificando-se um saldo de Cr$ 112.294,70, que poderia ter sido maior se não fôra o pagamento de cêrca de Cr$ .. 400.000,00 correspondentes a despesas realizadas em 1953, que não poderam ser atendidas naquele tempo. Observa-se, ainda, que as tarifas em vigor não correspondem aos encargos a que se referem, (apresentando sempre uma despesa superior à arrecadação, como vemos no caso de Capatazias, cujo título de receita, se destinando ao atendimento da despesa do Serviço de Carga e Descarga, foi inferior a esta na importância de Cr$ 197.070,50. Tal situação caminha para o equilíbrio financeiro com aumento das taxas já aprovado pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, em portaria número 1281, de 30 de dezembro último, e que deverá entrar em execução dentro de alguns dias quando concluídas as formalidades legais.

II — Taxa de Emergência
(Decreto-Lei 8.311, de 6 de dezembro de 1945)

Além da receita anteriormente indicada, arrecadou também a Administração, sob o título acima, a quantia de Cr$ 1.348.858,40, efetuando despesa no valor de Cr$ .. .... 1.194.543,90, com o pagamento da terceira e última prestação referente a aquisição e montagem de três guindastes novos procedentes da Alemanha.

Ao encerrar-se o exercício, o saldo desta conta era de Cr$ 2.282.503,10, cuja importância se encontra depositada no Banco do Brasil, nesta Capital, e destina-se ao prosseguimento do plano de reaparelhamento das instalações portuárias, previsto na relação-programa aprovada por portaria Ministerial número 32, de 15 de dezembro de 1953, quando no Ministério o atual Chefe do Govêrno, de-

pendendo a sua conclusão da obtenção de um motor-bomba completo para combater incêndio, uma locomotiva Diesel, um trator Fend de 100 toneladas de tração, um equipamento para escafandro, um conjunto elétrico, dez vagões-prancha e dois mil metros de trilhos, para o que se procedeu, em data de 8 de março do ano próximo findo, à necessária concorrencia publica, na qual tomaram parte quatro conceituadas firmas desta e de outras praças do País, não se tendo feito ainda requisição na espera da competente licença de importação para os materiais de procedência estrangeira, solicitada à Superintendência da Moeda e do Crédito por oficio número 221, de 20 de outubro último.

III — ALMOXARIFADO

O balanço realizado em 31 de dezembro de 1954 conferiu a existência em estoque no almoxarifado do Pôrto de materiais no valor de Cr$ 793.982,03, registrando êsse serviço uma entrada de Cr$ 807.422,60 e uma saida de Cr$ 809.421,60, no decorrer daquele ano, como demonstra o quadro seguinte:

MESES	Aquisição	Aplicação	Estoque
Dezembro de 1953	—	—	795.981,03
Janeiro	54.576,50	58.554,06	792.003,47
Fevereiro	48.056,20	42.645,48	797.414,19
Março	36.982,60	54.118,52	780.278,27
Abril	68.989,00	66.131,19	783.136,08
Maio	86.080,90	95.986,76	773.230,22
Junho	47.399,70	49.512,43	771.027,49
Julho	56.113,60	73.218,30	753.922,79
Agôsto	64.676,80	48.714,56	769.885,03
Setembro	88.554,70	62.763,94	795.675,79
Outubro	71.894,50	78.935,44	788.634,85
Novembro	47.231,20	64.534,51	771.331,54
Dezembro	136.956,90	114.306,41	793.982,03
TOTAL	807.422,60	809.421,60	—

IV — MOVIMENTO DE VAPORES

No correr do ano a que se refere esta exposição, verificou-se a entrada no Pôrto de trezentos e oitenta (380) navios de diversas nacionalidades, sendo duzentos e oitenta e oito (288) nacionais e noventa e dois (92) estrangeiros, acusando o movimento uma elevação de treze (13) vapores em relação ao ano de 1953.

V — MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS

O quadro abaixo demonstra, por quilograma e por mês, o movimento das mercadorias procedentes do país e do estrangeiro, bem como o volume da carga exportada por cabotagem e para o exterior:

MESES	IMPORTAÇÃO (Kg)		EXPORTAÇÃO (Kg)	
	Do Interior	Do Exterior	Cabotagem	Para o Extc.
Janeiro	5.737.000	2.167.000	8.288.000	8.298.000
Fevereiro	4.119.000	3.319.000	4.467.000	5.799.000
Março	4.132.000	4.260.000	5.511.000	3.557.000
Abril	3.372.000	2.105.000	7.048.000	3.232.000
Maio	3.300.000	456.000	5.511.000	2.573.000
Junho	5.309.000	4.877.000	12.047.000	1.577.000
Julho	4.113.000	4.638.000	9.509.000	3.412.000
Agôsto	6.202.000	4.473.000	10.646.000	2.827.000
Setembro	5.733.000	780.000	11.616.000	2.523.000
Outubro	3.726.000	5.514.000	8.853.000	3.182.000
Novembro	4.633.000	5.218.000	12.041.000	2.356.000
Dezembro	5.077.000	4.625.000	13.920.000	3.983.000
TOTAL	55.453.000	42.432.000	109.457.000	43.319.000

Somando-se as quantidades acima indicadas, verifica-se que o movimento de carga atingiu a 250.661.000 quilos, sendo 97.885.000 quilos importados e 152.776.000 exportados, representando uma diferença para mais, em relação ao ano de 1953, de 67.074.200 quilos, ou sejam, 71.400 quilos sôbre a carga de importação e 67.002.800 quilos sôbre a de exportação.

VI — OFICINAS MECÂNICAS E DE CARPINTARIA

Com o objetivo de assegurar maior arrecadação, de modo a evitar a situação deficitária em que foram encontradas, permitiram-se às oficinas a realização de serviços para terceiros, sem prejuizo das necessidades da Repartição Graças a tais providências, de ano para ano, foi aumentando a receita decorrente dêsses trabalhos, como comprovam os dados comparativos adiante indicados:

RENDA DAS OFICINAS

ANOS	Cr$
1950	22.647,20

1951	199.943,00
1952	470.038,40
1953	538.758,40
1954	632.660,80

As condições financeiras da Repartição não permitiram vultosas compras de máquinas e equipamentos para melhor aparelhagem das instalações portuárias, de modo que foram elas limitadas ao indispensável para o andamento do serviço. Destacam-se: talha manual com elevação de quatro e meio metros; cabo de aço para guindastes; chaves automáticas para eletricidade; uma parte de fôrça para a marinete Dodge, de uso da Administração, e outros materiais destinados ao reparo e enrolamento de motores, conservação das linhas férreas e das cortinas de aço.

VII — MONTAGEM DE GUINDASTES

Foi concluída a montagem dos três guindastes novos, adquiridos na Alemanha pela quantia de Cr$ 2.786.902,50, sendo um de 5 e dois de ½ toneladas. O funcionamento dêsses aparelhos, que exige elevada quantidade de energia, tem sido retardado em face das dificuldades para a importação do conjunto elétrico, já incluído na relação-programa elaborada para ampliação dos serviços portuários.

VIII — CONSTRUÇÃO DE ARMAZE'NS

Sob a direção da firma construtora Emilio Hinko Ltda. e devidamente fiscalizada pelo Sexto Distrito de Portos, Rios e Canais, está em prosseguimento a construção de quatro armazéns do Pôrto, cobrindo uma área total de 8.000m2, com despesa orçada em Cr$ 21.452.000,00. Para a breve conclusão dessas obras não tem faltado, no que se faz necessário, a cooperação da Administração.

IX — OBRA A SER REALIZADA

Logo permitam as condições financeiras será iniciada a construção de um prédio destinado às oficinas mecânicas e de carpintaria, de acôrdo com o estabelecimento na relação-programa aprovada, somando a despesa em Cr$ 1.200.000,00, a ser custeada com o produto da Taxa de Emergência.

X — AUMENTO DE CAIS

Medida de grande alcance, destinada a evitar o con-

gestionamento do Pôrto e a atender às necessidades do comércio do Estado, será o aumento do cais, já solicitado pelo Govêrno do Estado ao Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, e providenciado com a abertura da concorrência pública para a construção, especificada em edital publicado no Diário Oficial da União de 25 de maio de 1954.

XI — RELAÇÃO—PROGRAMA

O plano de reforma e ampliação do Pôrto de Cabedêlo, que inicialmente foi projetado para financiamento pela Comissão Mista Brasil — Estados Unidos, sofreu modificações, em virtude da impossibilidade dessa solução. O novo plano de obras, indicado na Relação-Programa aprovada pela Portaria nº. 32, de 15 de dezembro de 1953, quando no Ministério da Viação e Obras Públicas o atual Governador do Estado, prove a execução de vários serviços de utilidade imediata, como está indicado no quadro anexo.

* XII — DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

Prosseguiram as atividades dêsse serviço no exercício de 1954, sendo de destacar, além das referencias já feitas nesta exposição, as seguintes obras que realiza:

1. — Guia-Corrente

A fim de assegurar regularidade e melhorar as condições de navegabilidade no canal de acesso ao Pôrto de Cabedelo, foi projetada pelo D.N.P.R.C. a construção de um ancoramento constituido de blocos de pedras graníticas, com a extensão de 950 metros, enraizado na extremidade norte do Cais.

Essa obra está sendo construída pela firma Pedreira Reunidas Ltda., sendo o seu custo estimado em Cr$ ..... 21.646.038,00.

2 — Cais Sanhauá

Durante o ano de 1954 foram executados trabalhos de cravação e renovação de estacas de concreto armado para a reconstrução da ponte de acesso ao Cais Sanhauá, para funcionamento em futuro próximo substituindo o Pôrto do Capim, atualmente sem condições para atender às operações de atracação e movimentação de carga das pequenas embarcações que navegam até esta Capital.

3 — Abastecimento d'água

O Pôrto de Cabedêlo terá, em breve, assegurado o fornecimento de água para as embarcações, como tambem toda a vila será servida de água potável, fornecida pelo Serviço que atualmente prossegue em ritmo animador. A captação será feita do lençol freático, através de 11 poços de concreto armado já quase totalmente construidos, achando-se distribuídos numa área de 527.000 metros quadrados, à margem esquerda da rodovia João Pessoa-Cabedelo, na altura do quilômetro 15. Para a desapropriação dêsse terreno já foi distribuido o crédito de Cr$ 632.400,00.

Destinados à construção da linha adutora, com a extensão de 2.600 metros, já foram recebidos pelo Pôrto 2.000 metros de tubos de ferro fundido de 200mm de diâmetro interno e paredes reforçadas, aguardando-se a entrega dos 600 metros restantes.

A distribuição da água será feita por meio de um reservatório em tôrre, de concreto armado, com capacidade para 500.000 litros, obra que será concluida no próximo mês de outubro.

Providencia, no momento, o Departamento, a aquisição do material para a construção da rêde de distribuição como também das instalações para tratamento e elevação da água.

4 — Defesa das Praias

No decorrer do ano findo foram construidas pela firma construtora de Portos e Estradas Ltda. 2.532,83 metros lineares de espigões de madeira, na importância total de Cr$ 2.167.449,90, distribuídos entre as praias de Lucena e Gonçalo, esta em Tambaú. Foram também situadas, em trecho da praia Baía da Traição, em Mamanguape, 5 espigões, que, entretanto, não resistiram muito tempo dada a violencia das vagas.

XIII — MELHORIAS AO FUNCIONALISMO

Valendo-se da autorização contida na Lei n.1.163, de 17 de março de 1955, que concedeu aumento de vencimentos ao funcionalismo do Estado, foi assinado pelo Chefe do Govêrno, o Decreto n. 778, de 11 de maio de 1955, que "aumenta vencimentos de funcionários da Administração do Pôrto de Cabedelo, salários dos extranumerários, cria extingue e reestrutura cargos isolados e de carreira e dá outras providências".

A fim de atender à situação dos doqueiros, necessitados, também, de melhoria, o Govêrno autorizou a Administra-

ção do Pôrto, em ofício de 13.5.1955, a conceder um aumento de 25% em seus salários e fixar novas taxas para mão de obra dos serviços de capatazia, condicionando tais providências à aprovação pelo Ministério da Viação e Obras Públicas.

Serviço Telefônico de João Pessoa

Verificou-se, no corrente ano, a substituição dos comissionários do Serviço Telefônico desta Capital. Serviço concedido à Emprêsa Sul Americana de Telefones S/A, foi por essa Companhia instalado e explorado até 1.º de fevereiro do ano em curso, data em que transferiu o patrimônio e os direitos à Emprêsa Telefônica da Paraíba Ltda., organizada para a gestão do negócio.

O assentamento do Govêrno, indispensável para que se operasse a transferência, foi precedido do exame da conveniência, ajuizada por comissão para tal fim designada. Constituída por representante do Govêrno do Estado, da Associação Comercial e da Prefeitura da Capital, recebeu a Comissão, expressamente, incumbência de opinar sôbre a idoneidade técnica e financeira da firma adquirente, as vantagens, representadas por ampliação e melhorias do Serviço, decorrentes da transferência, e a oportunidade de modificação das tarifas.

Sob a responsabilidade de novos concessionários funciona, assim, o Serviço desde início do corrente ano, estando a emprêsa empenhada em proceder à revisão das linhas existentes, enquanto aguarda a chegada do material encomendado para extensão das rêdes.

Autorizando a transferência da concessão, firmou o Chefe do Govêrno o seguinte despacho: "Concordo com a pretensão dos requerentes, tendo em vista o parecer da comissão designada para verificar o preenchimento de condições essenciais à transferência do contrato.

Deve, no entanto, o estudo visando o aumento das tarifas, ora em vigor, ficar dependendo da objetivação do plano de melhoramentos materiais e ampliativos da rêde de comunicações anunciado na própria petição dos requerentes".

CAPÍTULO QUINTO

SERVIÇOS ARTICULADOS COM O GOVÊRNO FEDERAL

SECÇÃO DE FOMENTO AGRÍCOLA

A Secção de Fomento Agrícola, do Ministério da Agricultura, é mantida em regime de acôrdo com o Estado, concorrendo as duas entidades com recursos para o custeamento dos serviços que realiza. Em 1954 a contribuição do Ministério foi de Cr$ 1.300.000,00, contra Cr$ 650.000,00 do Estado. Para o corrente exercício novo aditivo foi incorporado ao acôrdo, visando maior amplitude para o serviço, pelo qual a prestação do Estado ficou elevada para ..... Cr$ 1.000.000,00 e a do Ministério da Agricultura para .... Cr$ 2.000.000,00.

As informações em seguida publicadas retratam as atividades durante o exercício passado.

I — DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES, MUDAS E ESTACAS

No exercício de 1954, essa contribuição do Fomento foi a seguinte:

Algodão Herbáceo	377.230	kg.
Algodão Mocó	149.937	"
Feijão	191.526	"
Milho	61.570	"
Arroz	5.000	"
Total	783.263	"

Enxertos de citrus	9.181
Abacateiros	600
Sapotizeiros	300
Total	10.081

Hortaliças diversas	120.000	mudas
Cajueiros	2.000	"
Mamoeiros	500	"
Abacaxi	1.500	"

Jaqueiras	300	"
Bananeiras	1.430	"
Coqueiros	400	"
Algodão arbóreo (Torrão paulista)	80.000	"
Total	206.130	"

Foram beneficiados com essa distribuição 3.480 agricultores, localizados nas diversas zonas agrícolas subordinadas à Secção.

II — CAMPOS DE COOPERAÇÃO

Foram preparados 73 campos em cooperação, cobrindo uma área de 1.680 Ha, assim especificados:

Algodão Mocó	10	com	215 Ha
Algodão Herbáceo	8	"	134 "
Algodão Herbáceo, Milho e Feijão ...	44	"	1.071 "
Algodão Herbáceo e Feijão	4	"	80 "
Algodão Herbáceo e Milho	3	"	110 "
Milho e Feijão	3	"	65 "
Amendoim e Feijão	1	"	5 "
Total	73		1.680 "

III — ADUBOS, INSETICIDAS E FUNGICIDAS

A distribuição de adubos, inseticidas e fungicidas, durante o exercício de 1954, foi a seguinte:

Adubo orgânico	150	toneladas
Adubo químico	3	"
Inseticidas	5	"
Fungicidas	2.280	litros

Foram beneficiados com essa distribuição 125 agricultores.

IV — MAQUINÁRIO

O número de máquinas empregadas nos campos de cooperação e nos estabelecimentos oficiais foi o seguinte: 36 tratôres, 24 arados, 26 grades de discos lisos, 2 discos recortados, 6 semeadeiras e 150 cultivadores de tração animal.

V — MELHORAMENTO DO ALGODÃO

Uma constante preocupação da Secção tem sido a defesa do algodão de fibra longa, o conhecido algodão "Mocó". Com êsse objetivo vem mantendo também serviços de propaganda e divulgação das qualidades dessa fibra e das razões que ditam o interêsse de conservar a sua homogeneidade. Ao lado dêsse trabalho, foi iniciado serviço de cooperação com o fornecimento de sementes selecionadas procedentes da Estação Experimental de Cruzetas. As sementes dêsse campo adquiridas pela Secção, são as ultilizadas na fundação de novas sementeiras. Em 1954 foram instalados mais cinco campos, que estão "enraizados" pelo processo do "torrão paulista". Dentro de pouco tempo disporá a Secção de sementes suficientes para abastecer grande parte da área de plantio do algodão Mocó.

VI — CENTRO DE TRATORISTAS

No exercício de que se oeupa esta exposição foram preparadas 3 turmas de tratoristas, com 62 concluintes, sendo a duração do curso de 3 meses com aulas diárias.

VII — PATRULHA MECÂNICA

Compõem a Patrulha moto-mecanizada, 54 tratôres, dos quais 5 com buldozer. Estes últimos continuam em atividade de desbravamento do vale do Jacoca, distante 6 Km da Capital, ao qual está reservado importante papel no abastecimento da cidade.

A Patrulha Mecânica rendeu Cr$ 143.062,30.

RECOLHIMENTO FEITOS EM 1954

Revenda da C.P.R.M.	Cr$	14.138.481,20
Revenda da D.F.P.V.		461.527,30
Campo de Fruticultura de Espírito Santo (1/3 da safra)		215.690,80
Renda dos P.A.P		300.018,30
Patrulha Mecanizada		143.062,30
Animais vendidos em leilão		91.516,00
Total	**Cr$**	**15.350.295,90**

PRODUÇÃO DOS POSTOS AGRO-PECUA'RIOS DO ESTADO, DURANTE A SAFRA DE 1953/1954

Quantidade (kg)	Valor (Cr$) Parcial	Total	Espécie
			P. A. P. BANANEIRAS:
2.000	3.000,00	—	Milho "amarelo" (em estoque) .
4.000	4.000,00	—	Batata-doce (em estoque) . . . .
3.500	7.000,00	—	Hortaliças diversas (em estoque)
500	750,00	14.750,00	Macaxeira (em estoque) . . . .
25.000	—	—	Plantas forrageiras (em estoque)
			P. A. P. Sapé:
10.000	15.000,00	—	Milho "amarelão" (em estoque)
3.000	6.000,00	—	Fava "Rio Tinto" (em estoque)
1.650	3.300,00	—	Feijão Macássar (em estoque) .
600	2.400,00,	—	Feijão "mulatinho" (em estoque)
10.000	30.000,00	—	Inhame (em estoque) ....
3.034	6.068,00	62.768,00	Hortaliças diversas (em estoque)
500	—	—	Feijão de porco (em estoque) .
1.000	—	—	Feijão "sorgo" ....
			P. A. P. Tacima:
1.809	1.809,00	—	Milho "amarelão" (recolhido) .
1.151	3.222,80	—	Fava (recolhida) ....
95	760,00		Algodão "mocó" em rama (recolhido ....
7.507	15.014,00	20.805,80	Feijão "mulatinho" (em estoque)
			P. A. P. Alagoinha:
387	7.740,00	—	Algodão herbáceo em pluma (recolhido) ....
2.000	3.000,00	—	Milho "amarelão" (em estoque)
500	1.500,00	12.240,00	Feijão "mulatinho" (em estoque)
			P. A. P. Princesa Isabel

			Algodão "mocó" em rama (em
3.060	26.010,00	—	estoque) ....
			Milho "Assis Brasil" (em esto-
19.200	28.800,00	—	que) ....
7.000	14.000,00	68.810,00	Feijão "macássar" (em estoque)
			P. A. P. Monteiro
			Algodão "mocó" em rama (re-
2.035	11.538,50	11.538,50	colhido) ....
			P. A. P Patos:
			Algodão "mocó" em rama (re-
6.390	36.423,00	—	colhido) ....
—	28.000,00	64.423,00	Leilão de seis (6) bovinos ....
			P. A. P. Pombal:
			Algodão "mocó" em rama (re-
790	4.503,00	—	colhido) ....
2.065	4.150,00	—	Feijão "macássar" (em estoque)
			Milho "Assis Brasil" (em esto-
3.000	4.500,00	13.183,00	que) ....
			P. A. P. Campina Grande:
Milho "Assis Brasil" (em esto-			
que)	15.000	22.500,00	—
Fava (em estoque)	4.500	9.000,00	31.500,00
Total geral	—	—	300.018,30

IX — PRODUÇÃO DO CAMPO DE FRUTIFICULTURA TROPICAL DE ESPÍRITO SANTO

Espécie	Unidade	Quantidade	Valor (Cr$)
Enxertos de laranjeiras diversas .	um	5.681	17.043,00
Tomate	kg	38.962	71.621,30
Melão	"	31.660	39.954,50
Laranjas diversas	uma	111.679	26.686,20
Milho verde	espiga	29.276	10.830,40

Maxixe	kg	5.088	8.254,50
Batata-dôce	"	9.830	7.733,00
Leite	litro	2.972	7.431,80
Jerimum	kg	5.919	5.038.00
Cenoura	"	908	2.794,00
Mamão	"	2.732	2.377,50
Arroz	"	1.024	3.644,00
Feijão-verde	"	1.303	2.204,00
Produtos diversos	"	6.488	10.078,60
Total	—	—	215.690,80

X — PRODUÇÃO DO VALE DO JACOCA PELA PATRULHA MECÂNICA

Espécie	Unidade (Kg)	Valor Cr$
Lenha	549.090	61.995,40
Tomate	9.270	22.094,00
Batata-doce	21.150	17.623,00
Macaxeira	6.000	10.000,00
Milho-verde	13.470	5.607,50
Jerimum	4.690	4.852,00
Feijão Mulatinho	521	2.428,40
Melão	1.600	1.995,00
Pimentão	445	1.850,00
Couve	618	1.545,00
Quiabo	1.645	1.371,00
Maxixe	714	1.170,00
Coentro	661	1.102,00
Produtos diversos	2.142	2.929,00
Total	512.016	136.562,30

SERVIÇO FLORESTAL

O Serviço Florestal, resultante de convênio firmado em 28 de maio de 1951 entre o Govêrno do Estado e o Ministério da Agricultura, com a finalidade de fomentar o florestamento ou reflorestamento, compreendendo, também a arborização da cidade e rodovias, apresentou em 1954 elevado índice de produtividade, como atesta a especificação aqui feita.

I — POSTOS DE REFLORESTAMENTO

Para melhor atender às diversas regiões do Estado, foram instalados vários postos de reflorestamento, localizados nas seguintes cidades:

1) — Jardim Botânico (Capital)
2) — Mandacarú "
3) — Alhandra
4) — Sapé
5) — Mamanguape
6) — Guarabira
7) — Itabaiana
8) — Areia
9) — São João do Cariri

1. PRODUÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO

A produção de essências florestais preparadas no Jardim Botânico foi muito variada, atingindo a produção..... 119.540 mudas e a distribuição 102.570, verificando-se um saldo de 16.970.

A produção de eucaliptos, êste ano, no Jardim Botânico, foi apenas de 94.230 mudas, cabendo 25.310 às demais essências, destacando-se o início da produção de plantas como Albizia, Algaroba, Cedro, Craibeira, Pau Darco amarelo e róxo, Sabiá, Sucupira, Turco e Algoroba Mesquita, proveniente esta última da Fazenda "São Miguel", no Rio Grande do Norte, e ofertada ao Serviço Florestal pelo Agrônomo Carlos Farias, por se tratar de uma outra espécie forrageira.

A diminuição da produção de eucaliptos é uma conseqüência do retraimento do próprio Serviço Florestal, que está aconselhando o plantio dessa essência australiana apenas na formação de faixas protetoras das culturas agrícolas e em terreno onde não haja perigo da secura provocada pela transpiração intensa, que ocorre com as suas diversas espécies. E' intuito do Serviço elevar ao máximo a produção das essências nordestinas, principalmente Craibeira, Sucupira e Cedro, além dos Pau-Darco amarelo e roxo, que constituem excelentes plantas para formação de bosques artificiais e para futura exploração de madeira.

2. PÔSTO DE MANDACARÚ

Voltou êsse Pôsto à secção da Federação das Associa-

ções Rurais do Estado da Paraíba, ao qual pertence. Em 1954, quando sob a orientação do Serviço Florestal, produziu 8.090 mudas, das quais foram distribuídas 3.189.

A maior produção dêsse Pôsto foi em plantas ornamentais, fornecidas para a arborização desta Capital e de várias cidades do interior, destacando-se Guarabira, Santa Rita, Alagoinha, Taperoá e Pocinhos.

3. PÔSTO DE ALHANDRA

Êsse Pôsto se encontra em face de instalação, de modo que não foi possível atingir o nível de produção prevista, dada a natureza do terreno escolhido.

4. PÔSTO DE SAPÉ'

O Pôsto de Reflorestamento de Sapé, situado no Pôsto Agro-Pecuário, da Secção de Fomento Agrícola, vem cada ano firmando a sua posição nesse importante município da caatinga litorânea.

Apesar de não ter recebido o necessário auxílio para a sua manutenção, a produção vem se desenvolvendo cada ano, atingindo a 47.063 mudas, com vantagem sôbre a do ano de 1953, que foi de 35.800, o que vem demonstrar o interêsse despertado pelo Pôsto naquele município. Dessas mudas foram distribuídas 35.658.

5. PÔSTO DE MAMANGUAPE

Êsse Pôsto Florestal está destinado a ser um dos melhores no interior do Estado, graças às condições excepcionais do município e à sua própria posição, em terreno doado pelo Govêrno do Estado para êsse fim, dispondo de magnífica instalação, inclusive sede na cidade para a entrega de mudas aos interessados. Acresce ainda que o Horto de Mamanguape, pela sua posição ecológica, é o mais chuvoso do Estado e dispondo de terras férteis em abundância. Não tem o Serviço ali se limitado apenas à produção de essências florestais, mas também de fruticolas, dada as condições especiais do município já aludidas.

Assim, é que se destaca das fruteiras o genipapeiro, planta de relevante importância econômica para a zona porque produz, além de excelente madeira para fins especiais, magnífico fruto para atender à indústria vinícola existente nesta Capital.

Por outro lado, há grande interêsse na produção de

mudas de maracujá, dadas as qualidades dessa essência frutícola, como produtora de excelente suco; a pimenta do reino não tem sido descurada pelo Serviço em face da procura para produzir arrimada ao cajueiro, que é muito disseminado no município. Outra essência de grande interêsse e muita procura é o Urucú, que vem obtendo excelente preço. A produção do Pôsto elevou-se a 30.826 mudas, das quais foram distribuídas 9.506.

6. PÔSTO DE GUARABIRA

Com a extinção do Pôsto Florestal de Monteiro, foi instalado o de Guarabira, dadas as condições peculiares do município e a ajuda dos podêres locais, representada pela doação de terreno para sua localização. Dessa maneira fica fechado o triângulo Sapé, Mamanguape e Guarabira, os três municípios mais importantes para o abastecimento da Capital, não só de gêneros alimentícios como pela produção de lenha para diversos fins. Apesar de ter sido fundado quase no fim do ano, a sua produção atingiu a.. 3.153 mudas de que foram distribuídas 75.

7. PÔSTO DE ITABAIANA

Ainda não funciona em caráter definitivo o Pôsto de Itabaiana, uma vez que não dispõe de terreno proprio para os seus trabalhos, utilizando pequena faixa que foi cedida em caráter provisório. Entretanto é de grande conveniência uma instalação mais adequada para atender à importante zona da catinga litorânea, principalmente com plantas arbóreas destinadas ao revestimento do solo e á produção de frutos e fôlhas para a pecuária. Apresentou uma produção de 1.273 e uma distribuição de 962 mudas

8. PÔSTO DE AREIA

Anexo à Escola de Agronomia do Nordeste, hoje federalizada e pertencente ao Ministério da Agricultura, funciona o Pôsto de Reflorestamento de Areia, em terreno cedido pelo Diretor daquele Estabelecimento, onde vem prestando úteis serviços desde a sua instalação em 1951. Trata-se, como no município de Mamanguape, de excelente clima para a produção de essências de qualquer natureza, principalmente as frutícolas.

9. PÔSTO DE SÃO JOÃO DO CARIRI

Funcionando, agora, anexo ao Pôsto Agro-Pecuário, as suas atividades foram limitadas à preparação de sementeiras.

* * *

O quadro a seguir permite a comparação da produção dos diversas Postos e o interêsse dos habitantes de cada região na procura de mudas.

POSTOS	Essências Florestais	
	Produzidas	Distribuidas
Jardim Botânico	119.540	102.570
Pôsto de Mandacarú	8.090	3.189
Pôsto de Alhandra	—	—
Pôsto de Sapé	47.063	35.658
Pôsto de Mamanguape	30.826	9.506
Pôsto de Guarabira	3.153	75
Pôsto de Itabaiana	1.273	962
Pôsto de Areia	40.219	32.334
Pôsto de São João do Cariri	—	—
TOTAL	250.164	184.294

250.164
184.294

SALDO 65.870

II — MOVIMENTO DE SEMENTES

Continuou a coleta de sementes no interior do Estado e do municipio da Capital, tendo a produção atingido a .. 120.688 e a distribuição a 54.928.

Foi iniciada a determinação do poder germinativo das sementes coletadas bem como a durabilidade de germinação, de maneira a capacitar os técnicos do Florestal a um conhecimento perfeito da biologia das mesmas.

III — RECURSOS FINANCEIROS

O Serviço Florestal — Acôrdo da Paraiba, dispõe atualmente, com a assinatura do aditivo, de Cr$ 900.000,00 do Govêrno da União e Cr$ 300.000,00 do Govêrno Estadual.

IV — HÔRTO FLORESTAL FEDERAL

A fim de possibilitar a instalação de um Hôrto Florestal Federal para fomentar a distribuição de essências florestais e ao mesmo tempo fazer pesquizas ligadas a silvicultura, o Chefe do Govêrno, com autorização da Assembléia Legislativa, doou uma área de 100 hectares na propriedade Buraquinho, para a liquidação de mais esta importante organização Federal em nosso meio, atendendo ao pedido do diretor do Serviço Florestal por intermédio do Executor do Acôrdo Florestal neste Estado.

Dada a importância do reflorestamento em nosso meio, não poderia o Govêrno deixar de facilitar a instalação de um Órgão com essa finalidade que virá, ao lado do Acôrdo Florestal, acelerar a restauração de nosso patrimônio florestal.

As obras do Hôrto já vão adiantadas, desde a instalação de sementeiras até as primeiras construções, e deverão estar prontas até o fim do corrente ano.

Serviço de Defêsa Sanitária Animal

Decorrente de acôrdo firmado entre o Govêrno do Estado e o Ministério da Agricultura, funciona com sede nesta Capital o Serviço de Defêsa Sanitária Animal. Na execução do seu programa de vigilância em defêsa dos rebanhos do Estado, êsse Serviço vem criando postos em diversas cidades do interior visando o atendimento mais pronto à zona rural, ligada por excelência às atividades pastorais.

Transferida a sua sede para edifício amplo, capaz de comportar o desenvolvimento necessário ao atendimento dos seus objetivos, estão devidamente instaladas dependências para Administração e Expediente, sala para Veterinário Auxiliar, Laboratório de Diagnóstico convenientemente aparelhado, secção de vendas de produtos biológicos, Almoxarifados, Oficina Mecânica, Biotério, Canis, Pombal e outras instalações necessárias às suas atividades.

Merece destaque o desenvolvimento do Serviço em 1954, quando foram visitados nada menos de 1.979 propriedades, contra 339 em 1952, beneficiando-se 1.913 criadores. Nesse período foram vacinados para diversos fins, 96.776 animais.

Além dêsses serviços há outras atividades importantes a cargo dessa repartição, como, por exemplo, a profilaxia da raiva canina por meio de vacinação intensiva.

I — POSTOS DE VIGILÂNCIA

Dispõe, atualmente, o Serviço, de dez postos de vigilância instalados nas principais cidades do interior, como Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Guarabira, Patos, Itabaiana, Itaporanga, Monteiro, Umbuzeiro e Taperoá.

Prestam êsses postos assistência técnica aos criadores, para o que dispõem de auxiliares de Veterinário munidos de jeep, os dois primeiros, e de motocicletas, os demais, de modo a lhes permitir facilidades no desempenho de suas funções.

II — ESPECIALISTAS

Utilizou o Serviço o trabalho dos seguintes especialistas: Veterinários, 2; Auxiliares de Veterinário, 12.

III — VEÍCULOS

Para a execução de seus serviços dispõe de 12 veículos, assim especificados: Jeeps, 2; Camionetes, 3 e Motocicletas, 7. Foi adquirida uma Camionete International.

IV — ATIVIDADES

Os quadros a seguir publicados demonstram a atividade do Serviço durante o ano de 1954:

a) REBANHOS ACOMETIDOS POR MOLÉSTIAS DURANTE O ANO: Bovinos, Eqüinos, Caprinos, Suínos, Aves e Canina.

b) MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELAS MOLÉSTIAS: João Pessoa, Itabaiana, Santa Rita, Campina Grande, Caiçara, Cruz do Espírito Santo, Esperança, Cajazeiras, Ingá, Guaribira, Souza, Itaporanga, Monteiro, Cabaceiras, Soledade, Pocinhos, Teixeira e Bananeiras.

c) MOLÉSTIAS QUE ACOMETERAM OS REBANHOS: Actinomicose, Ascaridiose, Adenite Eqüina, Brucelose, Cinomose, Carbúnculo Hemático, Carbúnculo Sintomático, Cólera das Aves, Coriza das Aves, Epitelioma Contagiosa das Aves, Espirilose Aviária, Febre Aftosa, Pulorose, Piroplasmose, Pneumo-Enterite, Raiva dos herbivoros, Raiva dos Cães e Tuberculose.

d) VACINAÇÕES APLICADAS CONTRA AS MOLÉSTIAS (N.º): Febre Aftosa, 58.288, Carbúnculo Hemático, 15.322; Cólera das Aves 8.513; Carbúnculo Sintomático,..

7.675; Anti-Rábica, 4.570; Epitelioma Contagioso das Aves, 2.639; Espirilose Aviária, 1.953; Produtos Diversos, 1.240; Pneumo-Enterite, 314; Garrotilho, 153 e Encefalomielite, 73.

e) TESTES PARA DIAGNO'STICO: DA BRUCELOSE, 1.921; Pulorose, 699 Tuberculose, 202.

Municipios percorridos (número de visitas): 256; Propriedades visitadas e trabalhadas, 1.979; Criadores beneficiados, 1.913; Animais atendidos para fins diversos,.... 1.843. Total das rendas arrecadadas nos Postos de Vacinação Sanitária Animal dêste Estado, provenicnte da venda de medicamentos, Cr$ 265.011,90.

V — EXERCÍCIO DE 1955

Tendo em vista o desenvolvimento alcançado pelo serviço, o que veio atestar a oportunidade de sua instalação, o Govêrno do Estado pleiteou junto à administração federal um aditivo ao acôrdo inicialmente firmado. Por fôrça dêsse aditivo ficaram elevadas, a começar do corrente exercício, as contribuições das duas partes, da seguinte maneira: União Federal, de Cr$ 800.000,00 para Cr$ 1.000.000,00; Govêrno do Estado, de Cr$ 400.000,00 para Cr$ 500.000,00.

Com êsse aumento de recurso fica a repartição não sòmente aparelhada para elevar a eficiência de sua ação, como, ainda, para ampliar sua atividade de modo a atingir outros pontos do Estado.

Convém destacar, nesta oportunidade, o papel desempenhado pelo Serviço de Defêsa Animal no combate à encefalomielite eqüina (mal de roda) que atacou, êste ano, os rebanhos eqüinos dêste e de outros Estados do Nordeste. Não fôsse a existência do Serviço no Estado, organizado nas bases de eficiência em que funciona, não seria possível prever a extensão dos prejuizos de que estiveram ameaçados os nossos criadores.

Ao surgirem as primeiras notícias da eclosão do mal em alguns estados próximos, preparou-se o Serviço para uma ação preventiva, munido-se da necessária vacina, ação que não teve a esperada extensão pelo desinterêsse dos criadores, que naturalmente, desconheciam a gravidade da ameaça. Atingido o Estado pela praga, foi providenciado o aumento do estoque de vacina de modo a poder ser enfrentada com eficiência o que não pôde inicialmente ser feito, em virtude de insuficiência do medicamento, só parcialmente recebido, em relação com a grande procura. Mesmo com essas deficiências foi iniciado o trabalho de vacinação com o emprêgo das 70.030 doses recebidas, extendendo-se

a atividade por diversos municípios, onde foram vacinados e revacinados, até princípio de maio, diretamente pelo Serviço, 64.490 animais, além da distribuição de 4.140 doses de vacina aos criadores interessados.

CAPÍTULO SEXTO

SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Obras Públicas

Prosseguiu na sua ação o Departamento de Obras Públicas ao qual incumbe a construção e conservação dos próprios do Estado, como também a administração de serviços contratados e a assistência técnica em cooperação. Distribuída a sua atividade por diversas secções, tôdas elas dispondo de aparelhagem especializada, conseguiu êsse setor da administração levar a têrmo a tarefa que lhe cumpria para a boa execução do plano de serviços públicos organizado pelo Govêrno.

I — OBRAS CONSTRUIDAS

No exercício de 1954 foram iniciadas e concluídas as seguintes obras:

1. SOB REGIME DE EXECUÇÃO DIRETA

Jardim da Infância do Pôsto de Puericultura de Cruz das Armas ..... Cr$	78.000,00
Pavimentação da Av. Cruz das Armas (4.693m2)	618.213,80
Estação de Monta de Araçagí	52.000,00
Faculdade de Odontologia (salão de Anatomia)	118.000,00
Lavanderia de Marés (40 tanques) ...	56.000,00
TOTAL ..... Cr$	922.213,80

II — EM ADMINISTRAÇÃO CONTRATADA

Pôsto de Higiêne de Cabedêlo .... Cr$	299.000,00
Pôsto de Profilaxia da Bouba, de Bananeiras	742.100,00
TOTAL ..... Cr$	1.041.100,00

II — OBRAS INICIADAS

Em 1954 foram iniciadas diversas obras, cuja conclusão não foi possivel dentro do exercicio:

Olaria de Pindobal

Caixa dágua de Cruz das Armas.

Com Contribuição Federal

Penitenciária-Modêlo, Faculdade de Filosofia da Paraíba, Grupo Escolar de Monteiro, Grupo Escolar de Boquelrão, Grupo Escolar de Gurguri, Escola Rural de Lagoa, em Pombal, Escola Primária Rural de Pereiros, em Pombal, Escola Primária de Duas Estradas, Escola Primária Rural de Guarita, em Itabaiana, Escola Primária Rural de Belo Horizonte, em Patos, Escola Primária Rural em Antenor Navarro (Juá), Escola Primária Rural de Ôlho Dágua, em Piancó, Escola Primária Rural de Santa Rita em Patos, Escola Primária Rural de Engenheiro Avidos, em Cajazeiras, Escola Primária de Ibiara, em Conceição.

III — OBRAS EM CONSTRUÇÃO

Teve sua construção ativada durante o exercício a Cadeia Pública de Patos, que se encontra em serviço de pintura.

IV — OBRAS EM COOPERAÇÃO COM O GOVÊRNO FEDERAL

1. Concluídas

Grupo Escolar "Raul Machado", na Ilha Jardio Piragibe; Grupo Escolar de Livramento, Grupo Escolar de Arara, Hospital Regional de Guarabira, Casa de Máquinas e instalação da cozinha da Maternidade Candida Vargas e nova lavanderia.

2. Em Construção

Grupo Escolar do Jardim Miramar, Grupo Escolar de Cruz das Armas, Grupo Escolar de Bayeux, Grupo Escolar de São José de Piranhas, Grupo Escolar de Catolé do Rocha, Grupo Escolar de São Boaventura, Grupo Escolar de Cuité, Grupo Escolar de Junco, Grupo Escolar de Pedra Lavrada, Grupo Escolar de Belém de Caiçara, Grupo Escolar de Mulungú, Grupo Escolar de Borborema, Grupo Escolar de Souza, Grupo Escolar de Itabaiana, Grupo Escolar de Uiraúna,Grupo Escolar de Ingá, Grupo Escolar de Riacho dos Cavalos, Grupo Escolar de Congo, Grupo Escolar de Garrotes, Hospital Regional de Itaporanga, Escola Normal Rural de Souza e Pôsto Médico de Ingá.

Essas obras prosseguem com recursos do Estado, em virtude do não recebimento de novas contribuições do Govêrno Federal.

V — REPAROS E CONSERVAÇÃO

Foram realizados serviços de limpeza e reparos nos próprios estaduais a seguir relacionados:

Grupo Escolar "João Ursulo"	Cr$	80.000,00
Grupo Escolar "Pedro Amérieo"		38.000,00
Grupo Escolar "Epitácio Pessoa"		14.000,00
Grupo Escolar "João Pessoa"		43.000,00
Teatro Santa Rosa		51.000,00
Delegacia de Investigações		21.000,00
TOTAL	Cr$	247.000,00

Da exploração da caieira do Estado foi fornecido material para as diversas obras num total de Cr$ 1.030.660,00.

VI — PROGRAMA DE OBRAS PARA 1955

Para o exercício de 1955 o Govêrno planejou e recomendou a execução das seguintes obras e melhoramentos.

Grupos Escolares de:

Jardim Miramar, Mandacarú, Cruz das Armas, Bayeux, Arara, Catolé do Rocha, São Boaventura, Cuité, Junco, Livramento, Pedra Lavrada, Belém de Caiçara, Mulungú, Borborema, Souza, Itabaiana, Uiraúna, Caiçara Puxinanã, Ingá, Riacho dos Cavalos, Juripiranga, Alagoinha, Garrotes, Nazarézinho, Ibiara, Areia, Caraúba e Matinhas.

Tôdas estas obras receberam financiamento parcial do INEP, em virtude de orçamento insuficiente, elaborado em 1952. O Estado terá que dispender para sua conclusão cêrca de Cr$ 5.000.000,00.

— Construção de três pavilhões da Penitenciária-Modêlo de João Pessoa, de modo a permitir o seu funcionamento imediato, desocupando assim o prédio da atual cadeia pública, que será remodelado para a instalação da Polícia Civil.

— Construção, da Penitenciária de Campina Grande, com instalações para Comissariado de Policia e Secção de Trânsito, orçado em Cr$ 1.200.000,00.

— Cadeias Públicas com instalações para os Comissariados de Polícia de: Alagoa Grande, Solânea, Pilões, Cuité, Alagoa Nova, Esperança, Itaporanga, Antenor Navarro, Taperoá, Uiraúna, Monteiro, Pedras de Fôgo, Sumé, Souza, Serra Branca, e conclusão da cadeia de Patos, cujos orçamentos se elevam a cêrca de Cr$ 3.800.000,00.

— Construção de Postos de Higiêne nas cidades de: Cuité, Souza, Antenor Navarro, Uiraúna, Pilões, Solânea, Pedras de Fôgo e Ingá, orçados em Cr$ 1.200.000,00.

— Postos Fiscais de: Veados, Oratório, Cruz das Armas, Junco do Seridó, Pernambuquinho, Bodocongó e Bayeux, orçados em Cr$ 500.000,00.

— Construção do Edifício da Assembléia Legislativa.

— Início das construções dos Centros de Saúde de João Pessoa e Campina Grande.

— Construção da Faculdade de Filosofia.

— Construção da caixa dágua da Torre, para possibilitar a ampliação da rêde de distribuição daquele bairro e melhorar o abastecimento atual, orçado em Cr$ 1.300.000,00.

— Montagem da caixa dágua de Cruz das Armas e instalação da rêde de distribuição do bairro, em cujos serviços serão gastos cêrca de Cr$ 3.500.000,00.

— Montagem do clorador já adquirido pela importância de Cr$ 72.000,00, para tratamento da agua do manancial do Buraquinho.

— Consertos no atual emissário de esgotos e instalação de um novo emissário "CG-2", a fim de permitir a extensão da rêde de esgôto da cidade.

— Construção, em cooperação com o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, da barragem de Taúá, para conclusão do abastecimento dágua de Guarabira, orçada em Cr$ 1.050.000,00.

— Conclusão dos Serviços de abastecimento dágua de Antenor Navarro e Catolé do Rocha.

— Estudos para o abastecimento dágua de Santa Luzia e Monteiro.

— Adaptação das instalações elétricas de João Pessoa para receber a energia de Paulo Afonso, conforme contrato já assinado com a Cia. Hidro-Elétrica. Nestes serviços serão aplicados cêrca de Cr$ 3.000.000,00.

— Aquisição de 6.000 medidores, a fim de controlar o consumo de energia, equilibrando o orçamento dos Serviços Elétricos.

— Recuperação dos ônibus e bondes do Estado, visando enfrentar a crise e elevação nos transportes coletivos.

— Equipamento e remodelação dos Hotéis de Monteiro e Brejo das Freiras, onde serão gastos cêrca de ..... Cr$ 1.000.000,00, colocando-se em seguida, em concorrência pública, para arrendamento.

— Pavimentação em solo-cimento das avenidas João Maurício e Cabo Branco, na praia de Tambaú.

Era pensamento do Chefe do Executivo, pois figurava essa obra no programa de realizações, construir, nesta Capital, em terreno localizado ao lado da Praça Venâncio Neiva, o Palácio das Secretarias, edifício onde seriam instaladas tôdas as Secretarias de Estado, algumas delas funcionando em prédio impróprio ou alugado. Entretan-

to, forçado a enfrentar empreendimentos mais urgentes, e considerando a elevação do custo da obra, resolveu substitui-la pelo palácio para a sêde do Poder Legislativo, cujos serviços serão iniciados dentro de poucos dias. Com essa providência ficará dispondo o Govêrno de espaço para instalar a Secretaria do Interior na área ocupada pela Assembléia Legislativa, no edifício da Praça Aristides Lobo.

A necessidade de concluir cêrca de 25 grupos escolares iniciados com recursos do Govêrno Federal, em face da informação de que não se devia esperar novos suprimentos para essas obras, levou a administração estadual a sacrificar o seu programa próprio para concluir os edifícios já iniciados, alguns deles procedentes da administração anterior.

Com a conclusão da Penitenciária - Modêlo, será a atual Casa de Detenção, que tem condições para tanto. após serviços que já estão em estudos, transformada na sêde do Departamento de Polícia Civil e de todos os serviços que lhe estão subordinados e, ainda, se possivel, em alojamento da Companhia de Bombeiros.

O prédio da antiga Chefatura de Polícia será adaptado para receber um dos serviços públicos não localizados em próprios do Estado, de modo a diminuir os encargos do Tesouro, que paga, anualmente mais de Cr$ 300.000,00, com aluguel de edifícios.

Para atender ao grande número de obras localizadas no interior do Estado, como Grupos Escolares, Cadeias Públicas Postos de Higiêne e outras já indicadas, cuja conclusão enfrenta-se decididamente, impunha-se a renovação da frota de veículos do Departamento de Obras, o que fez o Govêrno com a aquisição de dois caminhões GMC, tipo de 1954, para 5.000 quilogramas, devidamente equipados, ao preço unitário de Cr$ 420.204,00.

Abastecimento Dágua e Saneamento

O Departamento de Saneamento do Estado, a quem cabe a execução ou fiscalização dos serviços de abastecimento dágua e saneamento, transformado em autarquia, permanece ainda sob regime de subordinação direta integrando a Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas. Estende, hoje, a sua ação a vários municipios, onde tem sido possível ao poder público proporcionar êsse melhoramento indispensável ao progresso de qualquer centro urbano.

Destacam-se as realizações de cada um dos serviços que compõem o Departamento.

I — SANEAMENTO DE JOÃO PESSOA

Prosseguiram os trabalhos destinados a melhorar o fornecimento de água para a Capital e a estender a sua rêde de esgôto.

Depois da inauguração do serviço, em 1926, a maior extensão de coletores verificou-se no ano próximo findo, quando foram instalados 2.325 metros, para atender principalmente ao conjunto residencial construido pelo I.A.P.E.T.C.

Os dados abaixo publicados documentam a atividade da repartição:

1. Movimento Financeiro

a) RECEITA

Renda de água	Cr$	1.554.987,30
Renda de esgôto		565.073,50
Renda de intalações novas e acréscimo ...		102.673,40
Renda de taxas, ligações e reaberturas		42.254,70
Renda de consertos (inclusive aferições) ..		155.536,30
Renda Patrimonial		15.592,40
Multas		49.953,10
TOTAL	Cr$	2.486.071,10

b) DESPESA

Pessoal fixo	Cr$	1.012.915,27
Pessoal mensalista		84.040,50
Pessoal contratado		100.800,00
Pessoal para obras		519.121,75
Pessoal diarista		932.882,67
Função gratificada		13.200,00
Auxilio para diferença de caixa		1.200,00
Diversos		23.611,70
Material fornecido		3.340.787,47
TOTAL	Cr$	6.019.559,36

a) Em 1954

2. Construção

Distribuidores	12.390 m
Coletores	2.325 m

b) Em 1955

Distribuidores	1.719 m

Coletores .... 826 m

Foram beneficiadas com novos distribuidores ou melhoramento nos existentes, 63 ruas, além das vilas do IAPC e do IAPETC.

Foram beneficiadas com novos coletores, 15 ruas incluídas a vila do I.A.P.E.T.C.

Construção de chafarízes:

Rua Franca Filho (Tambaú)	1
Em Marés	1
Rua Juarez Távora	1
Rua Des. Novais (Cruz das Armas)	1
Rua Abel da Silva (Cruz das Armas)	1
Na Vila Vicentina	1
TOTAL	6

Assentamento de cartólas	2
Assentamento de extremidades	3
Colocação de hidrômetros	2
Construção de caixas de válvulas	6
Casa de vigia na Caixa de Miramar	1

3. CONSTRUÇÃO DE DISTRIBUIDORES

a) De janeiro a outubro de 1954

Logradouros beneficiados	Extensão (m)
Rua Barão de Mamanguape	475
Rua Vicente Jardim	150
Rua Osvaldo Cruz	160
Rua Boto de Menezes	301
Praça Barão do Abiaí	70
Rua Gal. Bento da Gama	327
Rua Pereira da Silva	100
Rua Duarte da Silveira	223
Rua da República	860
Av. Manoel Deodato	105
Av. Tabajaras	219
Av. do Nego	505

b) De outubro a dezembro de 1954

Av. Cel. Antônio Soares	120
Rua Clarice Justa	164
Rua Clodoaldo Gouvêa	190
Rua Camilo de Holanda	260
Rua Índio Piragibe	134

Rua Franca Filho	438
Rua Borja Peregrino	92
Rua Des. José Peregrino	210
Rua Castro Alves	71
Vila do I.A.P.E.T.C.	660
Rua Almirante Barroso	241
Rua Lorenzo Fernandez	80
Rua Prof. Renato Carneiro da Cunha	194
Rua Major José de Barros	190
(1º. trecho	106
Rua Francisca Moura)	
(2º. trecho	92
(1º. trecho	175
Rua Quintino Bocaiuva)	
(2º. trecho	50
Rua Barão da Passagem	308
Rua Meira de Vasconcelos	530
Rua Floriano Peixoto	285
Rua Coelho Lisboa	80
Rua N. Senhor dos Passos	423
Rua 3 de Maio	70
Rua Afonso Campos	292
Rua sem denominação	80
Rua Vasco da Gama	120
Reforço de Santa Júlia p|I.A.P.C.	196
Av. Epitácio Pessoa	3.160
Vila do I.A.P.C.	1.650
Rua Alberto de Brito	232

c) De janeiro a abril de 1955

(1ª.	154
Rua Projetada, Campo da Imbiribeira)	
(2ª.	340
Centro de Recuperação de Tuberculosos	120
Instituto dos Cegos	180
Av. Cabo Branco	875

4. CONSTRUÇÃO DE COLETORES

a) De outubro a dezembro de 1954

Logradouros beneficiados	Extensão (m)
Vila do I.A.P.E.T.C (const.)	1.665
Av. Cruz das Armas	660

b) De janeiro a abril de 1955

Logradouros beneficiados	Extensão (m)

Av. João Amorim	230
Av. Francisca Moura	160
Rua Projetada em Sítio Velho	140
Rua Dom Vital	99
Rua Borges da Fonsêca	45
Rua Gama Rosa	152

5. SERVIÇOS GERAIS

Derivações novas	471
Consertos em ramais externos	226
Vasamento	189
Consertos em calçamento	57
Fechamento de derivações	1.389
Reaberturas de derivações	1.231
Desobstruções de esgôtos	560
Instalações novas	126
Consertos em prédio público	30
Aferição de hidrômetros	35
Consertos de instalação e esgôto	10
Ligação de esgôto	16

6. DADOS TÉCNICOS

a) Abastecimento dágua

A) Captação e adução

Mananciais captados (nº.)	4
Capacidade total de captação (m3 em 24 h)	18.000
Linhas adutoras (extensão total em m)	6.500

B) Estações elevatórias

Número	4
Capacidade horária de elevação em m3	18.000
Potência total das máquinas em C. V.	700

C) Distribuição e abastecimento

Reservatório (Número)	5
Reservatório (Capacidade total (m3))	4.700
Linhas distribuidoras (extensão total em m)	90.000
Registros para extinção de incêndios (nº.)	65
Chafarizes públicos (nº.)	30
Logradouros públicos (Em tôda sua extensão)	130

com canalização (nº.) (Parcialmente canalizados	52
Prédios abastecidos (nº.)	8.500
(Hidrômetros	893
Prédios que possuiam (nº.) (Penas dágua	8.500

D) Aparelhamento de contrôle de consumo (nº.)

Hidrômetros existentes	893
Penas dágua existentes	3.500

E) Água distribuída durante o ano

Média diárias em m3	15.000

b) Esgôtos

A) Extensão total (m)

Da rêde	70.000
Do emissário	2.000

b) Logradouros públicos servidos de esgôtos (nº.)

Em tôda a extensão	90
Parcialmente dotados	—
De préditos esgotados	3.514
De tanques fluxivcis	116
(De visitas	710
De poços de inspeção) (Luminarcs	—

B) PROGRAMA DE OBRAS PARA 1955

Encontra-se em plena execução o programa de obras elaborado para o corrente ano, que consta do seguinte:

— Montagem da caixa dágua para o bairro de Cruz das Armas, já iniciada;

— Construção da rêde distribuidora do bairro de Cruz das Armas, na sua primeira etapa beneficiando as seguintes ruas:

Av. Cruz das Armas
Rua Marcílio Dias
Rua Alcides Bezerra
Rua Lima Filho

Rua Silva Mariz
Rua Abel da Silva
Rua Xavier Junior
Rua Dcs. Novais
Av. da Pedra
Rua Mons. Severiano
Rua Antônio Lins
Rua Engenheiro Retumba
Av. Cruzeiro do Sul
Rua Silvino Montenegro
Rua José Tavares
Rua Porfírio da Costa
Rua Joaquim Manoel
Rua Genésio Ganbarra
Rua Joaquim Hardman
Rua Aristarco Pessoa
Rua Artur Batista
Rua Seráfico da Nóbrega
Av. Centenário

— Início da construção da caixa dágua para os bairros da Tôrre, Santa Júlia, Mandacarú e Tambaúzinho. Êste serviço ainda não foi iniciado por falta de interessados em duas concorrências públicas, de modo que se aguarda o resultado da 3a. para as providências de o executar o Departamento, diretamente, na hipótese de não surgir concorrente.

— Consêrto do emissário da atual rêde de esgôtos, que abateu, estando o despêjo sendo feito às portas da cidade.

— Início da construção do CG-2 (coletor geral n.º 2), que permitirá uma formidável extensão da rêde de esgôtos.

— Construção de coletores em vários trechos da cidade suscetíveis de serem esgotados independentemente do CG-1 ou CG-2, com o que será diminuído o número de fossas em funcionamento.

7 — Colocação em Buraquinho de um clorador já adquirido.

8 — Reaparelhamento do Laboratório de Marés e das Oficinas de Buraquinho.

II — SANEAMENTO DE CAMPINA GRANDE

1. Movimento Financeiro

a) Receita

Renda dágua .... Cr$ 1.452.317,10

Renda de esgôto	247.654,00
Renda de instalações novas e acréscimos .	28.456,00
Renda de taxas, ligações e reaberturas ...	3.392,00
Renda de consertos (inclusive aferições) .	1.825,00
Renda Patrimonial	1.825,00

b) Despêsa

Pessoal Fixo	238.800,00
Pessoal Mensalista	85.200,00
Pessoal p/Obras	699.900,00
Pessoal Diarista	384.126,00
Função Gratificada	3.000,00
Auxílio para diferença de Caixa	1.200,00

2. DADOS TÉCNICOS

a) Abastecimento dágua

A) Captação e adução

Mananciais captados (nº.)	3
Capacidade total de captação (m3 em 24h) ...	4.000
Linhas adutoras (extensão total em m)	30.000

B) Estações elevatórias

Número	4
Capacidade horária de elevação em m3	125
Potência total das máquinas em C. V.	160

C) Distribuição e abastecimento

(Número .... Reservatórios)	3
(Capacidade total (m3)	5.500
Linhas distribuidoras (extensão total em m) ..	41.615
Chafarizes públicos (nº.)	44
Registros para extinção de incêndios (nº.)	30
(Em tôda sua extensão .. Logradouros públicos) com canalização ...|	174
(Parcialmente canalizadas	—
Prédios abastecidos (nº.)	3.500

D) Aparelhamento de contrôle de consumo (N.º)

Hidrômetros existentes	1.828

Penas dágua existentes	1.030
Água distribuída durante o ano (média diária em m3)	3.700

b) Esgôtos

A) Extensão total (m)

De rêde	28.930
Do emissário	1.900

B) Logradouros públicos servidos de esgotos (m3)

Em tôda a extensão	150

C) Número total

De prédios esgotados	2.603
De tanques fluxíveis	34
De poços de inspeção (de visita)	380

De janeiro a maio do corrente ano realizou a repartição vários serviços no sentido de melhorar o fornecimento dágua aos consumidores. Destacam-se:

— Ligações dágua		29
— Ligações de esgôtos		25
— Acréscimos concluídos		15
— Reformas de Instalações		19
— Consertos de instalações		44
— Despêsas com os motores das estações do Guarim e do Geraldo	Cr$	264.218,00
— Despêsas com os motores instalados nas diversas estações da cidade		5.281,00
— Despêsas com reparos dos veículos		51.060,40
TOTAL	Cr$	320.559,40

III — ABASTECIMENTO DA'GUA DE ALAGOA GRANDE

O abastecimento dágua de Alagoa Grande funcionou normalmente, não se tendo verificado, no serviço, ocorrência digna de destaque.

IV — SERVIÇOS REALIZADOS NO INTERIOR DO ESTADO, EM 1954

No ano próximo findo prosseguiu a ação do Govêrno no sentido de dotar algumas cidades do interior do Estado de serviço dágua. Tiveram lugar nesse setor as seguintes realizações:

— Construção do Abastecimento Dágua de Guarabira;
— Início da construção do Abastecimento Dágua de Mamanguape;
— Instalação do grupo gerador de energia no Abastecimento Dágua de Catolé do Rocha; do serviço de recalque dágua; desobstrução de vários trechos da rêde distribuidora e construção de duas extensões dessa rêde, num total de 100 metros.

V — SERVIÇOS PROGRAMADOS PARA O INTERIOR NO EXERCICIO DE 1955

— Conclusão do Abastecimento Dagua de Mamanguape;
— Instalação da parte de tratamento no Abastecimento Dágua de Catolé do Rocha, que ficara, então, concluido;
— Conclusão do Abastecimento Dagua de Antenor Navarro;
— Construção de três chafarizes em Guarabira e extensão da rêde, de modo a alcançar o hospital construido na cidade;
— Instalação de um clorador em Alagoa Grande.
— Conclusão, pelo Serviço Nacional de Malaria, dos serviços de Abastecimento Dagua das vilas de Jacaraú e Itapororoca, ambas em Mamanguape, para os quais concorreu o Estado com Cr$ 200.000,00.

Energia Elétrica e Transportes Urbanos

Sensível modificação apresenta, em 1954, o Departamento dos Serviços Elétricos da Capital, com relação à situação encontrada pela atual administração.

O esforços do Govêrno de retirar, praticamente, das trevas, uma parte da cidade, e, do sistema de racionamento permanente, a outra, não resultou improficuo, o que bem documenta uma comparação sôbre o fornecimento de energia nas duas épocas.

Ao inicar-se, em 1951, o quinquênio governamental, a produção de energia era de 2.280 KWA. enquanto hoje êsse fornecimento está mais que duplicado, atingido a 5.550 KWA. Houve, portanto, uma elevação de 3.270 KWA.

Várias foram as providências adotadas para alcançar êsse resultado, não sòmente representadas pela aquisição de novos conjuntos geradores, melhoramento de instalações da usina e recuperação das máquinas antigas, como, ainda, pela construção de rêdes elétricas.

Merece destaque, como acontecimento de alta importância ocorrido em 1954 e ligado ao fornecimento de ener-

gia para a Capital, o contrato firmado, em dezembro último, entre o Govêrno do Estado e a Companhia Siemens do Brasil para a adaptação da rêde elétrica a fim de receber a energia procedente de Paulo Afonso. Nesse contrato obrigou-se o Estado ao pagamento de Cr$ 2.287.500,00, devendo a Companhia entregar o material no prazo de 5 meses.

Em março próximo passado foi assinado, entre o Estado e a Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, o contrato para o fornecimento de energia elétrica para esta Cidade. Já estão iniciados os trabalhos de construção das rêdes, aguardando-se ainda para o corrente ano o início do fornecimento.

I — MOVIMENTO FINANCEIRO

1. Receita

Energia — Luz e Fôrça .... Cr$	6.513.975,90
Bondes	559.746,30
Ônibus	1.130.344,80
Multas de mora	134.319,20
Multas por infração	6.543,50
Luz extraordinária	59.282,50
Medidores	470,00
Prontidão de luz	3.916,00
Diversos	447.133,60
TOTAL	8.455.731,80

2. Despêsa

Pessoal	7.863.493,60
Material	8.126.384,50
TOTAL	15.989.878,10

II — SERVIÇOS EXECUTADOS

A principal atividade do D.S.E.C. — a distribuição de energia elétrica para luz e fôrça — foi realizada, em 1954, de acôrdo com as possibilidades das usinas geradoras. Assim, a Central Elétrica distribuiu, durante o ano, 129.600 kw para tração e 14.200.000 kw para iluminação, e a usina de Cruz do Peixe forneceu 2.124.000 kw para luz e fôrça.

Diversos serviços complementares foram realizados, a saber:

Instalação de rêdes de alta tensão, num total de 2.200 metros, da Capital à Sub-Estação e de baixa tensão com 5.000 metros, abrangendo os bairros de Cruz das Armas,

Tôrre, Roger e Jardim Miramar;

Instalação de 4 transformadores, com a potência de 200 Kw;

Colocação de 62 postes de cimento armado, dos quais 26 foram confeccionados em 1954 e mais a colocação de.. 5.555 lâmpadas e 3.375 ligações.

Serviço de grande importância, não somente ligado a elevação da produção de energia, mas, principalmente, pela poupança de nossas reservas florestais, foi a transformação das fornalhas de 2 caldeiras da Central Elétrica, que passaram a utilizar óleo bruto como cumbustivel em vez de lenha.

Esta medida determinou uma redução no consumo de lenha representada por 120 toneladas diárias.

E' propósito da administração providenciar idêntica transformação nas demais fornalhas, de modo a evitar totalmente o consumo de lenha.

III — MATERIAL UTILIZADO

Grande cópia de material foi utilizado pelas usinas geradoras e serviços técnicos:

923 isoladores de alta tensão, sendo 140 de rétensão e 783 comuns; 347 isoladores de baixa tensão, sendo 7 do tipo carretel, 286 comuns e 54 nobos; 4 transformadores; 62 postes de cimento armado, sendo 51 de 7½ metros de altura e 11 de 9½; 155 metros de cabos isolados de alta tensão e 5.712 metros de cabo de cobre nú; 610 metros de fios M.P. n.º 12, 1.986 metros de fio de cobre nu e 100 metros de fio flexivel; 51 nobos médios, 13 cruzetas de madeira e 41 porta-fusiveis completos.

IV — NOVAS TABELAS DE PREÇOS

Em 1º. de abril do corrente ano entraram em vigor novas tabelas para a cobrança de energia eletria nesta Capital.

A elevação do preço do combustivel, que veio agravar o "deficit" já existente, de Cr$ 800.000,00 por mês, no Departamento, ao lado da necessidade de reajustar os vencimentos dos funcionários da autarquia, decorrência lógica do aumento concedido aos servidores do Estado, levaram o Govêrno a sancionar as novas tabelas, baixadas em caráter provisório e com revisão prevista para o inicio do fornecimento da energia de Paulo Afonso. Entretanto, considerando as dificuldades que já assoberbam as classes mais modestas, conservaram-se os preços antigos para os consumidores de menos de 10 Kwa.

Mesmo com a elevação decorrente das novas tabelas, o consumidor paraibano ainda paga preços inferiores com relação aos em vigor em outras capitais do país.

V — TRANSPORTES COLETIVOS

Dos 18 ônibus adquiridos pelo Estado, apenas 8 encontravam-se em funcionamento no início de 1954. Posteriormente êsse número ficou reduzido a 1.

Atualmente já estão em circulação 8 ônibus, reparados nas oficinas do Departamento, aguardando-se, para breve dias, a entrada em serviço de mais 5, cujos trabalhos de recuperação estão sendo ultimados. Êsses ônibus têm prestado oportuno serviço à população dos bairros com a fixação dos preços das passagens em nível mais baixo em relação aos transportes particulares, obrigando a estes, por fôrça da preferência dada àqueles, a baixarem os preços.

VI — AUMENTO DE SALA'RIOS

Com o Decreto n.º 786, de 27 de maio ultimo, foram elevados os salários do pessoal que presta Serviços no Departamento. Com essa providência, decorrente da melhoria de vencimentos concedida aos Servidores do Estado, atendem o Govêrno à situação da Autarquia, atingido também pelo encarecimento do custo de vida e diminuição do valor aquisitivo da moeda.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS RURAIS

Iniciando suas atividades em 1952, teve estas praticamente paralizadas no ano seguinte.

Nesse período foram construídos 34 açudes, que estão necessitando de serviços complementares e melhor aproveitamente.

Preparando o Departamento a fim de reiniciar as suas atividades, foi designado um Engenheiro-Agronomo para responder pela Diretoria já estando em função.

O material existente está sendo recuperado e providenciada a aquisição de novos veículos. Já foram adquiridos 2 caminhões GMC de 6 toneladas e 2 Ford equipados para descarga automática. Estes veículos custaram ..... Cr$ 1.710.000,00.

Serão reparados êste ano todos os estragos causados pelo inverno nas barragens dos açudes e cercadas as áreas pertencentes ao Estado, de modo a permitir aproveitamento racional com a instalação de núcleos de produção de sementes e mudas de essências florestais, ou estações de monta de acôrdo com as condições de cada região.

CAPÍTULO SÉTIMO

SAÚDE PÚBLICA

I — NOVOS RECURSOS

Coordena a ação do Govêrno, no que diz respeito à assistência médico-hospitalar e à defêsa das condições sanitárias da população, o Departamento de Saúde, integrante da Secretaria de Educação e Saúde. Assiste, também, à Administração em suas atividades decorrentes da execução de convênios com instituições nacionais e internacionais ligadas a obras de assistência à maternidade, à infância e à instalação de serviços médicos e sanitários.

Dada a relevância do serviço prestado por êsse órgão não se tem descuidado o Govêrno de dotá-lo de recursos, meios técnicos e pessoal habilitado, de modo que possa desempenhar com eficiência o papel que lhe compete.

Ao lado da preocupação de modificar a sua estrutura e organização, o que já foi referido em outras Mensagens e cujos resultados são visíveis no movimento do serviço levado a efeito, ocupa-se o Govêrno de melhorar o nível técnico-profissional dos diversos servidores, de modo a garantir maior rendimento no serviço e mais segurança no combate aos males que afetam as condições sanitárias e a saúde da população menos favorecida do Estado.

Um atestado dêsse desvêlo tem sido o esfôrço de manter, ampliando sempre, e criar serviços médicos e sanitários em condições de bem servir. Para isso, mesmo nos períodos atingidos pelas sêcas, foram sempre num crescendo os recursos votados para o Departamento de Saúde.

Os dados comparativos a seguir atestam êsses assertos.

ANOS	DOTAÇÕES (CR$)
1950	11.797.312,00
1951	16.296.841,30
1952	18.781.980,00
1953	18.174.434,00
1954	19.966.548,00

Para o corrente exercício a verba votada no orçamento atinge à importância de Cr$ 23.465.136,00.

No exercício passado foi ainda o Departamento beneficiado com uma suplementação às suas verbas orçamentárias que atingiu a Cr$ 399.400,00.

Excluida a despêsa com pessoal, empregou o Departamento, em 1954, Cr$ 10.389.750,90 sendo Cr$ 5.269.640,50 nos

serviços que existem na Capital e Cr$ 5.120.110,40, nos que realiza no interior.

II — CURSOS TÉCNICOS E REORGANIZAÇÃO DE CARREIRAS

Em 1954 promoveu o Govêrno um curso de GUARDAS SANITA'RIOS, iniciado com a Inscrição de 41 candidatos, e encerrado com a habilitação de 23 dos candidatos inscritos.

Com a finalidade de ampliar o circulo de ação de serviços que realiza, extendendo-os a tôdas as cidades do interior, foi, com a Lei n.º 1.188, de 1.º de abril do corrente, criada a carreira de Auxiliares de Enfermagem, onde seserão aproveitados concluintes do Curso da Escola de Enfermagem.

A Lei n.º 1.193, de 2 de abril próximo findo, reorganizou a Carreira de Atendentes Obstétricas com a previsão de 54 lugares, para distribuição em todos os municipios do Estado. Visa essa providência atender à popuiação pobre do interior, privada de outros serviços de assistência existentes nos centros mais adiantados.

III — ESCOLA DE AUXILIARES DE ENFERMAGEM

Prosseguiu normalmente, com real proveito para os alunos, os cursos da Escola de Auxiliares de Enfermagem, hoje funcionando em prédio próprio, inaugurado em 31 de janeiro do corrente ano, dotado dos requisitos exigidos pela moderna técnica educacional e servido por uma biblioteca especializada, ultimamente enriquecida com valiosas obras ofertadas pela O.N.U. (Organização das Nações Unidas).

Bem considerando a natureza da contribuição prestada pela Escola, prepara-se o Govêrno para ampliar as instalações do prédio onde funciona, já tendo para isso aberto um crédito no valor de Cr$ 300.000,00, votado com a Lei n.º 1.189, de 1/4/1954.

IV — ASSISTÊNCIA A PSICOPATAS

1. Reorganização do Serviço

Atendendo a uma solicitação da administração estadual, o Ministro da Saúde pôs à disposição do Govêrno da Paraíba um técnico em doenças mentais, o qual permanecerá no Estado durante o período de organização do Serviço de Assistência a Psicopatas.

A instalação de uma cozinha com equipamento moderno, doada pelo Serviço Nacional de Doenças Mentais, está pràticamente concluída, faltando apenas o piso e retoques de acabamento.

Foi efetuada a inauguração de um pavilhão para internados, prosseguindo as obras do Hospital de Neuro-Psiquiatria Infantil com a cooperação financeira da União.

2. Movimento de Doentes, em 1954

Existiam em 31.12.53	(Homens	169
	(Mulheres	119
	TOTAL	288
Entraram durante o ano	(Homens	482
	(Mulheres	475
	TOTAL	957
Obtiveram alta	(Homens	383
	(Mulheres	438
	TOTAL	821
Passaram para 1955	Homens	230
	(Mulheres	112
	TOTAL	342

3. Tratamento Aplicado

Em 1954, foram aplicados:

Eletroterapia	5.480	
Cardiazoloterapia	1.232	
Insulinoterapia	50.400	(unidades)
Injeções diversas	15.624	

V — HOSPITAL CLEMENTINO FRAGA

Êsse hospital foi beneficiado com aquisição de um aparelho de anestesia, no valor de CrS 95.000,00, e a admissão no seu quadro de um médico especializado no assunto.

SERVIÇOS EM COOPERAÇÃO

1. Hospital do Pronto Socorro da Capital

Colaborando com o poder público municipal para melhorar a eficiência e os serviços dêsse importante estabe-

lecimento, fez o Govêrno entrega, em 13 de abril dêste ano, à comissão incumbida de seu emprêgo, do auxílio de ..... Cr$ 600.000,00, votado com a Lei n.º 1.160, de 16 de março de 1955. Destina-se essa contribuição ao reequipamento do Hospital, compreendendo: arsenal cirúrgico, esterilização, cama de Fowler, aparelhagem para anestesia, tendas de oxigênio, etc.

2. Hospital do Pronto Socorro de Campina Grande

Dentro de poucos dias funcionará em Campina Grande o Hospital do Pronto Socorro, serviços já há muito reclamado pelo desenvolvimento e progresso dessa cidade.

A contribuição do Govêrno do Estado para a realização dêste importante serviço está representada por investimentos para a conclusão do edifício onde funcionará, sendo seu equipamento adquirido com auxílio financeiro da União.

3. Serviço Especial de Saúde Pública

Em decorrência de acôrdo firmado entre o Estado e o Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.) prosseguiram, em 1954, as obras em cooperação, resultando dessa atividade.

— Inauguração do hospital de Alagoa Grande (unidade-modêlo);

— Inauguração do serviço de abastecimento dágua de Areia;

— Inauguração da Unidade Sanitária de Alagoa Nova (Pôsto de Higiêne);

— Lançamento da pedra fundamental da Unidade Mista de Areia (Maternidade e Pôsto de Higiêne);

Para todos êsses serviços contribuiu o Govêrno Estadual com as quotas a que se obrigou, de modo a não interromper o ritmo dos trabalhos em marcha.

4. Convênio com o FISI

(Usina de pasteurização)

Grande passo vem de ser dado em benefício da saúde coletiva, notadamente em favor da população infantil, procurando-se resolver o antigo problema da fraude do leite, contra o qual vêm lutando, incessantemente, as autoridades sanitárias.

A instalação, em João Pessôa, de uma usina de pas-

teurização, constitui, sem dúvida, uma velha aspiração dos habitantes da Capital.

Na forma do acôrdo firmado com o Govêrno do Estado, será instalada, pròximamente, nesta Capital, uma usina dessa natureza, com todo o equipamento fornecido pelo Fundo de Socorro à Infância das Nações Unidas, ficando sob a responsabilidade do Govêrno estadual a construção do edifício respectivo.

Afim de dar cumprimento a essa obrigação assumida, já foi aberto um crédito especial de Cr$ 1.500.000,00, votado com a Lei n.º 1.136, de 3 de janeiro do corrente.

Por outro lado, um engenheiro do Estado seguiu para os Estados Unidos da América, como bolsista do FISI, para familiarizar-se com os métodos a serem adotados na construção da usina e do edifício.

Pela campanha de Educação Popular foi instalada, na Ilha índio Piragibe, uma equipe familiar, que se destina a experimentar a participação dos habitantes de cada região no estudo e solução dos problemas sociais da comunidade.

VII — OUTROS SERVIÇOS EM COOPERAÇÃO COM O GOVÊRNO DA UNIÃO

Com auxílio financeiro federal está sendo equipado o Hospital Regional de Guarabira. O Hospital Regional de Patos, equipado com recursos da União, encontra-se em funcionamento. Em fase de andamento encontra-se o Pôsto de Puericultura e Higiêne da cidade de Ingá.

VIII — DIVISÃO DOS SERVIÇOS DISTRITAIS

Sob a supervisão dessa divisão prosseguiram os trabalhos de assistência médico-sanitária aos habitantes do Interior.

Mais uma unidade foi incorporada à Divisão, com a inauguração do Pôsto de Higiêne de Cabedêlo, levada a efeito a 31 de janeiro do corrente ano, estando em pleno funcionamento, equipado com recursos fornecidos pela Divisão de Organização Sanitária do Ministério da Saúde.

Aos diversos Centros de Saúde, Postos de Higiêne e Serviços foram fornecidos pelo Almoxarifado do Departamento material e medicamentos na importância de ..... Cr$ 5.224.868,30, na forma da especificação a seguir feita:

1. Na Capital

Assistência a Psicopatas ....Cr$ 165.867,90

Pôsto de Puericultura Teixeira de Vasconcelos	101.361,36
Lactário Clarice Justa	44.801,01
Centro de Saúde	747.993,71
Ambulatório de Cruz das Armas	85.141,23
Ambulatório Índio Piragibe	102.813,71
Escola de Enfermagem	187.587,23
Sub-Pôsto de Alhandra	13.619,75
Instituto de Anatomia Patológica	524,00
Abrigo Jesús de Nazaré	3.500,00
Hospital Clementino Fraga	358.888,16
Sub-Pôsto de Bayeux	31.564,32
Albergue	44.483,31
Colônia Getúlio Vargas	98.107,99
Campanha de Educação Popular	21.108,86
Centro de Tratamento Rápido	21.692,65
Assistência Social	9.204,00
Centro de Puericultura de Cruz das Armas	20.281,77
Receitas para Funcionários	10.502,14
Diversos	28.365,70
Laboratório Bacteriológico (Secção Bacteriológica)	75.365,18
Almoxarifado	2.558,16
Instituto Vacinogênico	1.390,29
Secção de Estatística Sanitária	179.972,32
Laboratório Farmacêutico (Secção Farmacêutica)	75.124,72
Divisão dos Serviços Distritais	132,00
Laboratório Bromatológico (Secção Química)	9.928,49
Serviços de Administração	85.986,56
TOTAL ..... Cr$	2.527.866,48

2. No Interior

Pôsto de Higiêne de Monteiro Cr$	43.915,80
Pôsto de Higiêne de Princesa Isabel	17.783,82
Pôsto de Higiêne de Patos	82.779,72
Pôsto Higiêne de Pombal	15.513,93
Pôsto de Higiêne de Picuí	26.231,35
Sub-Pôsto de Pirpirituba	19.275,47
Pôsto de Higiêne de Sapé	470,87
Pôsto de Higiêne de Soledade	7.575,61
Pôsto de Higiêne de Santa Luzia	14.953,01
Pôsto de Higiêne de Souza	13.480,87
Pôsto de Higiêne de Serraria	17.588,86

Pôsto de Higiêne de Taperoá	12.913,87
Pôsto de Higiêne de Umbuzeiro	47.745,77
Sub-Pôsto de Várzea Nova	1.384,82
Pôsto de Higiêne de Ingá	25.752,11
Pôsto de Higiêne de Itaporanga	7.569,48
Pôsto de Higiêne de Itabaiana	89.574,30
Pôsto de Higiêne de Guarabira	54.209,33
Pôsto de Higiêne de Cuité	28.752,74
Pôsto de Higiêne de Caiçara	8.490,25
Pôsto de Higiêne de Catolé do Rocha ..	28.139,76
Pôsto de Higiêne de Cabaceiras	20.454,46
Pôsto de Higiêne de Cajazeiras	34.646,73
Centro de Saúde de Campina Grande ..	560.479,46
Pôsto de Higiêne de Bananeiras	18.003,78
Pôsto de Higiêne de Brejo do Cruz	16.153,29
Pôsto de Higiêne de Antenor Navarro ..	28.738,92
Asilo Deus e Caridade (Campina Grande)	3.199,43
Pôsto de Higiêne de Santa Rita	57.963,55
Sub-Pôsto de Lucena	7.271,42
Prefeitura de Solânea	525,00
Pôsto de Higiêne de São José de Piranhas	10.918,98
Sub-Pôsto de Livramento	7.711,92
Pôsto de Higiêne de Mamanguape	60.616,71
Pôsto de Higiêne de Cabedêlo	52.487,93
TOTAL .... Cr$	2.697.001,82
TOTAL GERAL	5.224.868,30

IX — SERVIÇO VOLANTE DE SAÚDE PÚBLICA

Tendo em vista que em vários municípios do Estado, principalmente os mais distantes da Capital e os de menor população, não dispõe o Departamento de serviço de assistência médico-sanitária organizado, em face de falta de médicos, enfermeiras e dentistas que aceitem nomeações para essas cidades, pensou o Govêrno num sistema de dar assistência a essa população, organizando, a título experimental, o serviço volante de saúde pública, do qual, pelos resultados verificados e pela experiência decorrente da sua atividade, poderá surgir, dotado dos necessários recursos e organização, um órgão permanente, com função definida, visando principalmente a zona rural, em geral desassistida até pelos serviços urbanos locais.

Para promover a imediata execução dessa idéia enviou o Govêrno mensagem ao Poder Legislativo solicitando a abertura de um crédito de Cr$ 208.800,00 destinado ao custeamento das despêsas com transporte, hospedagem, e outros encargos com o pessoal destacado para o serviço.

Por Lei nº. 1.134, de 3 de fevereiro de 1955, foi aberto o crédito referido.

Duas missões já partiram desta Capital, com pleno êxito, chefiadas pelo médico Raul Dantas e compostas do dentista Edson Queiroz, das enfermeiras Zulmira Oliveira, Elizabeth Gomes, Maria José Costa e Josefa Viana Oliveira. Dirigiram-se inicialmente para o distrito de Bôa Vista, do município de Campina Grande, onde foram atendidas 480 pessoas, rumando em seguida para a vila de São João do Cariri e cidades de Serra Branca e Sumé, na primeira viagem e, na segunda, às cidades de Soledade e São Mamede e à vila de Juázeirinho.

X — ATIVIDADES

Durante o ano de 1954 prosseguiu o Departamento de Saúde em suas atividades de rotina, tendo realizado os seguintes trabalhos:

HIGIENE PRÉ'-NATAL: gestantes inscritas, 510; visitas de enfermeiras a gestantes, 469.

HIGIENE INFANTIL: crianças inscritas, 1.457; crianças imunizadas contra tuberculose, 1.994; crianças que receberam alimentação no lactário, 63.402; visitas de enfermeiras a crianças inscritas, 1.478.

HIGIENE PRE'-ESCOLAR E ESCOLAR: crianças inscritas, 1.970; crianças imunizadas contra variola, 13.835; visitas de enfermeiras a crianças inscritas, 1.056. Foram ainda, aplicadas vacinas contra coqueluche, difteria e febre tifoide e realizadas visitas a escolas e colégios.

HIGIENE DENTA'RIA: escolares e pré-escolares inscritos, 303; gestantes inscritas, 99; comparecimentos de escolares e pré-escolares, 651; comparecimento de gestantes, 480; extrações, 1.519.

CASOS CONFIRMADOS DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS: febre tifoide e paratifoide, 85; sarampo, 27; coqueluche, 35; difteria, 46; varicela, 54; variola (inclusive alastrim), 8; paralisia infantil, 8. Verificaram-se, ainda, casos de malária, bouba, ancilostomose e necatorose.

TUBERCULOSE: roentgenfotografias feitas, 7.882; radiografias feitas, 367; casos confirmados de tuberculose, 110. Em complementação a êsse trabalho realizaram-se provas tuberculínicas — entre as quais muitas positivas — e foram examinados diversos comunicantes.

CASOS CONFIRMADOS DE DOENÇAS VENÉREAS: sífilis, 498; blenorragia, 801; cancro venéreo, 352; "Nicholas Favre", 307.

LEPRA: casos confirmados, 7; casos suspeitos, 5. Procedeu-se, ainda, ao exame dos respectivos comunicantes.

LABORATO'RIO: reações sorológicas para o diagnóstico da sífilis, 1.182, sendo 189 positivas e 993 negativas; ohelmitoscopias positivas, 4.986; pesquisas do bacilo de Koch, 338, sendo 120 positivas e 218 negativas; houve, também, pesquisas do bacilo de Hansen.

Em 31 de dezembro de 1953 o corpo clínico e auxiliar compunha-se de 84 médicos, número que foi elevado para 90 em igual data de 1954. Nesse último ano havia, também, 1 farmacêutico, 24 dentistas, 5 enfemeiros e 155 auxiliares de enfermagem.

CAPÍTULO OITAVO

EDUCAÇÃO E CULTURA

I — Ensino Primário

A importâneia fundamental do ensino primário, como fator de formação intelectual e humana, justifica o particular interêsse que lhe vem consagrando o atual Govêrno, através duma política inovadora de que resultou vasta e profunda transformação de tôda a sua estrutura.

Tendo deparado, no início de sua gestão, como foi acentuado em outras mensagens, com uma organização deficiente, limitada à rotina administrativa e desprovida de serviços técnicos que assegurassem a produtividade e desenvolvimento do ensino, procurou a atual administração, num esfôrço crescente, preencher essas lacunas e criar outro sistema escolar.

1. Aumento de Vencimentos

A eficácia das medidas projetadas estava condicionada, contudo, ao amparo do professor primário, cujos vencimentos, além de suficientes a sua própria manutenção, acarretavam embaraços de tôda ordem à administração do ensino. Tornara-se impraticável distribuir pelas unidades escolares vagas as professoras que, pela sua situação financeira, não poderiam afastar-se do meio doméstico, o que determinava o aeúmulo delas nas cidades, com detrimento das zonas rurais.

Graças à Lei nº. 1.119, de 28.12.54, foi reestruturada a carreira de professor primário, com elevação dos níveis de vencimentos. Além disso, foram promovidos os titulos de tôdas as classes e incorporadas ao quadro tôdas as professoras mensalistas, em número de 550. Coube ao magistério público primário a prioridade, entre os servidores do Estado contemplados com os benefícios do reajustamento de salários, os quais foram ainda ampliados, logo a seguir, pela Lei nº. 1.163, de 17 de março de 1955, que aumentou os vencimentos do funcionalismo público em geral.

2. Aperfeiçoamento do Ensino

a) Divisão de Orientaçao e Pesquisas Educacionais

Na Secretaria de Educação e Saúde foi criada pela Lei nº. 1.095, de 29.11.54, a Divisão de Orientação e Pesquisas Educacionais, cujo principal objetivo consiste em realizar estudos de caráter científico sôbre: a) a criança, abrangendo todos os aspectos de sua personalidade, com reflexos no processo educativo; b) a aprendizagem — princípios e leis, instrumentos e processos, conteúdo e eficiência; c) o meio escolar, na sua organização e relações com o meio social. Para preencher as finalidades a que se destina, dispõe a Divisão dos seguintes serviços: a) Pesquisas Pedagógicas; b) Medidas e Programas, através das fontes subsidiárias da estatística e do cadastro de rendimento escolar; c) Orientação Educacional.

Êsse órgão técnico, cujos encargos lhe configuram a importância no conjunto das novas diretrizes adotadas pela Secretaria de Educação, já vem produzindo os melhores resultados, através da adoção de critérios sistemáticos na aferição da aprendizagem escolar e dos serviços de planejamento e orientação das atividades educacionais.

b) Escola-Modêlo

Articulando-se, orgânicamente, ao novo sistema de ensino, a Escola-Modêlo, inteiramente reformada em virtude da Lei nº. 1.168, de 28.3.55, constitui um centro de revitalização e experimentação do ensino. Em conexão com a Escola de Professores do Instituto de Educação, enseja às professorandas a aprendizagem prática das técnicas pedagógicas. Através dela se processa o ensino-padrão, ministrado por professoras que estejam aptas, pelo tirocínio pedagógico e o contacto com as novas diretrizes educacionais, a promover o aperfeiçoamento técnico do ensino primário. A Escola-Modêlo tem duas tarefas fundamentais: realizar o ensino modelar, que aproveite às professoras, permitindo-lhe acompanhar, diretamente, a ministração prática dos cursos; e manter cursos de aperfeiçoamento para professoras primárias. Alí deverão estaglar as regentes de classe do interior, adquirindo a necessária cultura e experiência pedagógicas que, até agora, têm procurado em centro educacionais do sul do país. Os estágios nesses apenas beneficiam, evidentemente, número reduzido de professoras, enquanto a Escola-Modêlo e o Curso de Aperfeiçoamento de Professores, mantido de modo permanente, na Capital, poderão favorecê-las, amplamente, extendendo a sua influência a todos os municípios e em qualquer época do ano.

A Escola-Modêlo, que se encontra em pleno funcionamento, está em condições de habilitar Delegados de Ensino, Orientadoras Educacionais, Regentes de Escola e En-

carregados de provas e medidas educacionais; prover a formação de professores primários especializados em educação pré-primária, desenho e artes aplicadas; e manter cursos de aperfeiçoamento para os candidatos ao magistério não diplomados. Cumpre ressaltar que, em poucos meses de atividade, já foi possíveis à Secretaria de Educação promover o desenvolvimento de atividades em quase todos êsses setôres da Escola-Modêlo.

c) Inspeção Escolar

Setor vital na administração do ensino, como é óbvio, a inspeção escolar teve de ajustar-se ao novo planejamento. Foram criadas três Delegacias Regionais de Ensino, localizadas em cidades que, por sua posição geográfica, mais aptas se mostram a centralizar as atividades de inspeção nas zonas a que pertencem. O objetivo primordial era a descentralização das atribuições pertinentes ao Departamento de Educação, cabendo aos Delegados Regionais, que terão transportes próprios, orientar e fiscalizar, com a devida presteza, os serviços afetos à sua jurisdição.

A aplicação dessa reforma, se trouxe novos ônus financeiros ao Estados, possibilitou, por outra parte, alguma alterações no aparelho fiscalizador do ensino, de que resultou sensível redução nas despêsas públicas, com a extinção de seis cargos de Inspetor Técnico de Ensino, e de cinqüenta e cinco funções gratificadas de Inspetor Auxiliar do Ensino.

d) Orientação Educacional

O ensino público, na Paraíba, apresentava, entre outras, duas falhas principais: a falta de um programa de ensino e a ausência de orientadores educacionais. Quanto à primeira já foi providenciada pela Secretaria de Educação a elaboração do programa oficial, roteiro através do qual se uniformizarão as atividades curriculares do ensino. Quanto à orientação educacional, foi constituído um corpo de funcionários adestrados e portadores de títulos competentes, com a incumbência de prestar assistência continuada e metódica às professoras, tantas das quais não tituladas e sem experiência pedagógica. Encarregadas, por ofício, de disciplinar o ensino, cabe-lhes, através da cultura pedagógica constantemente renovada, adaptar a escola aos padrões mais modernos, em consonância com as diretrizes emanadas da Secretaria de Educação, através dos seus diversos órgãos técnicos e administrativos.

Destarte, todos os Municípios do Estado serão contemplados com o Serviço de Orientação Educacional.

e) Cursos para Professoras Primárias

As professoras primárias do Estado será concedida, permanentemente, a oportunidade de aperfeiçoamento pedagógico, através da Escola-Modêlo. Entretanto, com êsse processo terá de obedecer a um ritmo lento, foram organizados, desde logo, cursos itinerantes pelo interior, ministrados por equipes de professoras especializadas, e contando com o auxílio financeiro do I.N.E.P.

f) Concurso de Habilitação

Havendo, no Estado, grande percentagem de professoras sem curso nomal, e com o fito de evitar a interferência política com detrimento do ensino, foi instaurado o regime de concurso para a admissão das regentes de classe. Foram submetidas às provas de seleção 342, das quais 318 mereceram aprovação.

g) Serviço Social Escolar

As atividades educacionais, modernamente, não se restringem, apenas, às técnicas pedagógicas e aos processos de aprendizagem. A educação só realiza plenamente os seus fins se chega a interessar-se por todos os aspectos da personalidade do educando, tornando-a apta a tirar o maior proveito da ação educativa.

Em todos os agrupamentos escolares, só escassa minoria se acha em condições ideais de aproveitamento: a maior parte dos educandos é prejudicada pela intercorrência de fatôres pessoais que reduzem, ou anulam, em alguns casos, as possibilidades de rendimento. O desajustamento no lar, as condições de saúde, a inadaptabilidade escolar, e outros tantos problemas constituem um campo a que permanece estranho o professor, absorvido totalmente nas suas tarefas ordinárias.

A escola moderna, para não ver reduzida à esterilidade grande parte de seus esforços, tem de, forçosamente, admitir a necessidade de ampliar os seus objetivos, chamado em seu auxílio especialistas capazes de enfrentar aquêles problemas.

O assistente social junto à escola representará, dêste modo, papel indispensável, removendo obstáculos ou crian-

do condições favoráveis à expansão integral da personalidade do educando.

Por essa razão, tomou o Executivo Estadual a iniciativa de criar o Serviço Social Escolar, que já se encontra em funcionamento.

h) Professoras Substitutas

O afastamento temporário de professoras de escolas isoladas, de suas funções, por motivo de licença, além de outros previstos nos Estatutos dos Funcionários Públicos, com a conseqüente interrupção dos trabalhos escolares, vinha acarretando dificuldades ao Govêrno do Estado, impedido de proceder a novas numerações pela inexistência de vagas no respectivo quadro.

Pela Lei nº. 1.175, de 28 de março de 1955, ficou autorizado o Govêrno a contratar professoras substitutas para êsses casos especiais.

i) Cursos Especiais

Além dos cursos itinerantes, realizados no interior, e a que se fez referência linhas atrás, estão em funcionamento na Escola-Modêlo, cursos de Orientadores Educacionais. A êles vêm assistindo não só as candidatas aos cargos em aprêço, como também todos os Inspetores Técnicos do Ensino e Diretoras de Grupos Escolares da Capital.

j) Preenchimento de Escolar Vagas

Foram admitidas, no exercício de 1954, duzentas e quinze professoras, incluindo-se neste número muitas que não possuem diploma, o que decorre da impossibilidade de contar sempre com professoras tituladas para os lugares mais distanciados das áreas citadinas.

Tem procurado o Govêrno, todavia, recrutar, de preferência, elementos devidamente habilitados, sendo êsse um dos objetivos da elevação de vencimentos do magistério primário.

Em conseqüência das novas admissões, feitas na maioria em escolas vagas da zona rural, foi possível preencher perto de 40% das escolas vagas ainda existentes em todo o Estado.

k) Ensino Rural

A vida rural, pela sua feição típica, apresenta problemas no que tange à formação do homem e ao seu enqua-

dramento no habitat natural, que reclama soluções específicas.

A educação, particularmente, deve adaptar-se às exigências especiais do meio rural, onde a escola representa um verdadeiro centro da comunidade como ponto de aproximação entre crianças e adultos, e meio, o mais eficaz, de formação humana, nos seus vários aspectos, moral, social, intelectual e profissional.

Daí decorre a preocupação do Govêrno em conferir ao ensino rural uma estrutura apropriada. Não pode êle continuar a linha tradicional, mas antiquada, de seguir os mesmos moldes do que é ministrado nos centros urbanos. No campo há-de objetivar-se uma formação que favoreça a fixação do homem à terra e desenvolva a sua capacidade de realizar-se com os meios que ela lhe oferece. Para isso, além do curriculum escolar pròpriamente dito, importa favorecer o conhecimento das técnicas fundamentais ligadas às atividades rurais, bem como dos problemas da comunidade rural. Outrossim, importa associar ao trabalho escolar a iniciação artesanal, que, todavia, deve desenvolver-se através do Ensino Supletivo — também êste devendo ajustar-se a novos padrões.

Assim é que já se encontra planificada, na Secretaria de Educação e Saúde, a Divisão do Ensino Rural e Profissional, que passará a funcionar a partir do mês de julho do corrente ano.

As professoras rurais formarão um quadro independente, não lhes sendo permitido transferirem-se para as cidades, o que virá pôr fim à sua constante evasão das zonas rurais. Outrossim, receberão cursos de iniciação, dados por mestres experimentados, com estágios realizados nos melhores centros educacionais do país.

E' a seguinte a organização da Divisão do Ensino Rural e Profissional: — A Divisão do Ensino Rural e Profissional, órgão diretamente subordinado ao Departamento de Educação, compete: I — Administrar e orientar técnica mente o Ensino Rural e Profissional no Estado: II — Adotar um programa flexível, aplicável às condições do meio; III — Modificar, fundamentalmente, a atitude do público em face da educação rural; IV — Possibilitar, por meio de uma assistência regular e contínua, o bem estar social das comunidades rurais; V — Proporcionai conhecimentos e técnicas necessárias à vida e ao progresso local das zonas rurais; VI — Promover cursos de treinamento para professores rurais; VII — Solicitar cooperação das entidades federais, municipais ou particulares, quando se fizer necessário.

A Divisão do Ensino Rural e Profissional atende aos

dispositivos acima, através dos seguintes setôres: I — Setor Educacional: a) Orientação Pedagógica; b) Federação dos Clubes Agrícolas; c) Economia Doméstica; II — Setor do Serviço Social: a) Médico' b) Religioso; c) Recreativa; III — Setor Econômico: a) Agro-pecuário; b) Artesanal. A Divisão do Ensino Rural e Profissional mantém: I — Um arquivo do material usado em suas investigações; II — Documentação de todos os seus trabalhos; III — Coleção de trabalhos escolares: a) Relatórics; b) Boletins; c) Jornais escolares; d) amostras de trabalhos confeccionados pelos alunos; IV — Fichário informativo dos professores; V — Recortes de jornais.

Para exercer suas funções, a Divisão do Ensino Rural e Profissional estende a sua atuação aos seguintes setôres: I — Grupos Escolares Rurais; II — Escolas Típicas Rurais; III — Escolas Profissionais; IV — Escolas Municipais e Particulares (quando devidamente solicitadas).

A Divisão do Ensino Rural e Profissional deve articular-se com a Divisão do Ensino Primário e a de Pesquisas e Orientação Educacional, para a boa realização dos seus trabalhos, em regime de cooperação.

1) Estágios

Várias professoras, selecionadas pela Secretaria de Edueação, tiveram oportunidade de estagiar em 1954 nos mais adiantados centros educacionais do país. No corrente ano doze professoras foram contempladas com bolsas de estudos do INEP: sete no Distrito Federal e cinco em Pôrto Alegre. Todo interêsse tem havido por parte do Govêrno no sentido de que sejam elas devidamente aproveitadas na tarefa de renovação do ensino.

3. Prédios Escoiares

Grande número de prédios escolares foram construídos em cooperacão com o I.N.E.P. A relação a seguir apresenta as construções iniciadas na administração passada e concluídas na atual:

ESCOLAS RURAIS: — Caiana e Gurinhènzinho, de Alagoa Grande; Angicos, Dois Irmãos e Alagamar, de Bananeiras; Cedro, de Bonito de Santa Fé; Gramame dos Bulhões, de Cruz do Espírito Santo; Campo Comprido e Telha, de Cuité; Cinza, de Esperança; Jurema, Cajá e Gameleira, de Ingá; Sítio Catolé e Sítio Riacho, de São José de Piranhas; Ôlho Dágua do Serrão e Capela, de Mamanguape; Queimada, Pindurão e Mulungú, de Monteiro; Passagem e Santa Gertrudes, de Patos; Riacho do Boi e

Socorro, de Piancó; Várzea Verde e Canoa de Dentro, de Picuí; Lage, Jurú, Irerê e Belém, de Princesa Isabel; Roça, de Santa Luzia; Caruçú e Riacho da Serra, de Sanê; Pendência e Ipueira, de Soledade; Gurião e Mucuitu, de São João do Cariri; Barra do Farias, de Taperoá; Mãe Dágua e Palmeiras, de Teixeira.

GRUPOS ESCOLARES — Aracaí, de Guarabira; Tavares, de Princesa Isabel e Espinharas, de Patos.

b Construções efetuadas na atual administração:

CONCLUÍDAS:

ESCOLAS RURAIS: — Logradouro, de Campina Grande; Camorim, de Itabaiana; Pindobal, de Mamanguape; Manicoba, de Pombal Salgadinho, de Patos; Lagoa de Dentro, de Caiçara; Amparo, de Sumé; Salgado, de Taperoá e Mãe Dágua de Fora, de Teixeira.

GRUPOS ESCOLARES — Cidade de Campina Grande; Povoação Ilha Índio Piragibe, de João Pessoa; Livramento, de Taperoá; Condado, de Pombal; Nazarèzinho, de Souza e Fagundes, de Campina Grande.

ESCOLAS RURAIS, em face de acabamento — Cultegí, de Guarabira e Jucaral, de Umbuzeiro.

GRUPOS ESCOLARES, em face de acabamento — Borborma, de Bananeiras; Belém, de Caicara; Mulungú, de Guarabira; Cidade de Itabaiana; São Boaventura, de Itaporanga; Pedra Lavrada, de Picuí; Cedro, de Souza; e Junco, de Santa Luzia.

ESCOLAS RURAIS INICIADAS — Coelho e Santo Antônio, de Arcia; Curral Velho e São José de Caiana, de Itaporanga; São José da Batalha, Santa Rita e Belo Horizonte, de Patos; Lagoa Queimada, de Taperoá; Gado Bravo, Mata Virgem e Mundo Novo, de Umbuzeiro; Cacaus, de Bonito de Santa Fé; São José, de Pilar; Olho Dágua do Padre, de Sumé; Barra do Juá, de Antenor Navarro; Pernambuquinho e Guarita, de Itabaiana; Engenheiro Avidos, de Caiazeiras; Lagoa e Pereiros, de Pombal; Ibiara, de Conceição; Duas Estradas, de Caiçara; e Gurguri, de Mamanguape.

GRUPOS ESCOLARES iniciados — Barra de Santa Rosa, de Cuité; Riacho dos Cavalos, de Catolé do Rocha; Miramar, Cruz das Armas e Mandacarú, de João Pessoa; Cidade de Alagoinha; Bayeux, de Santa Rita; Cidade de Ingá; Juàzeirinho, de Soledade; Congo, de São João do Cariri; Cidade de Caiçara; Boqueirão, de Cabaceiras; Puxinanã, de Campina Grande e cidade de Monteiro.

b) Conclusão e restauração de unidades escolares com verbas estaduais.

Vários prédios escolares foram construídos, reconstruí-

dos ou consertados pelo atual Govêrno com verbas do Tesouro Estadual, conforme a relação seguinte:

TRABALHOS REALIZADOS	DESPÊSA (CR$)
Obras de acabamento do Grupo Escolar de Remígio	35.445,00
Conclusão do Grupo Escolar de Cajazeiras, faltando ainda, o muro e o saneamento	50.000,00
Conclusão do Grupo Escolar de Marizópolis	50.000,00
Reconstrução parcial do Grupo Escolar de Pirpirituba	20.000,00
Trabalhos complementares nos Grupos Escolares de Brejo do Cruz, apesar de sua inauguração ao apagar das luzes da administração passada	30.000,00
Consertos de instalações sanitárias, reconstrução parcial e outros serviços realizados em várias unidades da Capital e do interior do Estado	493.924,70

Essas atividades podem ser resumidas, de acôrdo com os municípios e a localização dos estabelecimentos de ensino, da seguinte maneira:

LOCALIDADES QUE POSSUEM:

a) CONSTRUÇÕES INICIADAS PELO GOVÊRNO PASSADO E CONCLUÍDAS NO ATUAL — Marizópolis, de Souza; Serra da Raiz, de Caiçara; Remígio, de Areia;

b) CONSTRUÇÃO DO GOVÊRNO PASSADO A SER CONCLUÍDA PELO ATUAL — Cidade de Cajazeiras;

c) UNIDADES CONSERTADAS PELO GOVÊRNO ATUAL — Cidade de Brejo do Cruz; Caaporã, de Cruz do Espírito Santo; Aparecida, de Souza; Cidades de Patos, Antenor Navarro, Conceição, Piancó, Picuí, Bananeiras, Taperoá, Cajazeiras, Santa Luzia, Alagoa Grande, Areia, Guarabira, Mamanguape, Ingá, Campina Grande, Itabaiana, Souza, Umbuzeiro, Santa Rita, Solânea, Pilar, Itaporanga, Sapé, Jacaraú, de Mamanguape e Vila de São João do Cariri, do município do mesmo nome.

Foram consertados, ainda, no município da Capital. os Grupos Escolares "Epitácio Pessoa", "General Wanderley" e a Escola de Aplicação.

d) CONSERVAÇÃO DE PRE'DIOS ESCOLARES — Além dos casos acima referidos, já despendeu o Estado, no corrente ano, com obras de conservação de prédios escolares, a quantia de Cr$ 199.017,60 através da Secretaria de Educação. Todavia, coube à Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas realizar a maior parte dêsses tra-

balhos, estando as respectivas despêsas relacionadas no topico que lhe diz respeito.

e) CONCLUSÃO DE GRUPOS ESCOLARES EM CONSTRUÇÃO NO ESTADO — No que se refere à construção de prédios escolares, tem o Govêrno do Estado prestado decisiva cooperação ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, com o qual já firmou vários acôrdos com êsse objetivo. Coube ao Estado a execução e a fiscalização dos serviços, distribuidos por perto de quarenta municipios.

Ocorre, ainda, que as verbas fornecidas se tornaram, as mais das vêzes, insuficientes para a conclusão das obras, reclamando o concurso financeiro do Estado.

Além do que, até agora, foram dispendidas pelo Estado, as despêsas para o acabamento de 17 Grupos Escolares orgadas em, aproximadamente, Cr$ 4.500.000,00 que correrão, igualmente por sua conta.

Damos, a seguir a relação das obras em aprêço:

1. Mulungú (Guarabira) — 2. Catolé do Rocha — 3. Belém de Caiçara — 4. Pedra Lavrada (Picui) — 5. Borborema (Bananeiras) — 6. São Boaventura (Itaporanga) — 7. Bayeux (Santa Rita) — 8. Souza — 9. Alagoinha — 10. Itabaiana — 11. Barra de Santa Rosa (Cuité) — 12. Juázeirinho Soledade) — —13. Riacho dos Cavalos (Catolé do Rocha) — 14. Jardim Miramar, Mandacarú e Cruz das Armas (Capital) — 15. Puxinanã — 16. Cruz do Espirito Santo — 17. Uiraúna — 18. Junco do Seridó (Santa Luzia) — 19. Juripiranga (Pilar) — 20. Ingá — 21. Areia.

4. Mobiliário Escolar e Material Didático

As despêsas realizadas pelo atual Govêrno na aquisiçao de mobiliário escolar atingiram a soma de Cr$ 1.200.000,00.

Já foi encomendado mobiliário para os Grupos Escolares que serão inaugurados êste ano.

II — Ensino Secundário

No plano do ensino secundário, igualmente, tem-se verificado a ação do Govêrno através do melhoramento das condições materiais e culturais dos Colégios do Estado, da cooperação com estabelecimentos particulares de ensino e da criação de novos ginásios no interior.

1. Colégios Estaduais

Entre as medidas mais importantes adotadas pelo Go-

vêrno, no corrente exercício se inclui a elevação dos padrões de vencimentos dos professores dos Colégios Estaduais. De Cr$ 2.300,00 mensais, passaram êles a perceber ..... Cr$ 3.500,00. Convém notar que a atual remuneração, embora não corresponda, inteiramente, à categoria e às exigências contidas nas funções do magistério secundário e disto, mais que ninguém, está advertido o Govêrno do Estado — representa, contudo, uma conquista que só se tornou viável na presente conjuntura financeira pela compreensão e decidido empenho com que a administração estadual vem enfrentando os problemas educacionais.

Outrossim, foram ampliados os quadros de professores de ambos os Colégios: de João Pessoa, de 37 para 40, e o de Campina Grande, de 28 para 29, contando-se, além dêsses, com numerosos professores contratados e designados.

O número de professores se justifica pela matrícula escolar, que atingiu, no ano em curso, o total de 1.237 alunos no Colégio de João Pessoa, e de 800, no Colégio de Campina Grande.

Vários reparos e consertos foram efetuados nos prédios de ambos os estabelecimentos de ensino, valendo destacar as obras de cobertura da placa superior do edifício do Colégio Estadual de João Pessoa, para as quais foi aberto pelo Executivo Estadual o crédito de Cr$ 313.268,00 e a aquisição para o mesmo Colégio de novos bebedouros elétricos.

2. Curso para Professores

Pela Inspetoria Seccional de Ensino, com a cooperação da Secretaria de Educação e Saúde, foi realizado em fins do ano passado um Curso de aperfeiçoamento de professores secundários, destinado, também, à preparação para os exames de suficiência.

O referido curso não constituiu uma iniciativa isolada; ao contrário, prendia-se a um plano sistemático, elaborado pela Secretaria de Educação, e do qual resultou a Campanha do Ensino Secundário na Paraíba.

3. Campanha do Ensino Secundário

A subordinação dos cursos secundários à legislação federal, através do Ministério da Educação, não devia, obviamente, tolher as iniciativas do Estado em favor do aprimoramento do ensino neles ministrados, à semelhança do que acontece com o ensino primário e o superior.

A ação dos órgãos federais de ensino junto aos Ginásios e Colégios havia muito vinha se restringindo à tarefa de fiscalização, visando o seu enquadramento às normas legais. Fôrça é reconhecer que a Diretoria do Ensino Secundário, na atual gestão, vem intentando ampliar a sua esfera de ação, prestando concurso mais eficiente ao aperfeiçoamento do professor e à elevação dos níveis de ensino. Todavia, êsse esfôrço pode bem representar, apenas, um fato episódico, na descontinuidade com que sempre se apresentou a política educacional do país. Nada mais oportuno, destarte, que a criação de serviços em cooperação com o ensino secundário, mantidos pelo Estado em bases estáveis, tanto mais que, normalmente, problemas como êste, do mais relevante interêsse coletivo, devem merecer atenção igual dos podêres públicos de tôdas as esferas.

Assim é que, através da Secretaria de Educação, foi instituída a Campanha do Ensino Secundário, cujo plano, já em execução, ilustrará, suficientemente, os seus objetivos.

A C.E.S.P. tem por finalidade concorrer para a expansão e aperfeiçoamento do ensino secundário na Paraíba.

Constituem a C.E.S.P. as seguintes secções: a) Superintendência; b) Direção de cursos; c) Secretaria.

O cargo de Superintendente é exercido cumulativamente, sem ônus para o Estado, pelo Secretário de Educação e Saúde, a quem compete a indicação do Diretor dos cursos e do Secretário. Cabe à Superintendência: a) tomar providências no sentido de obter disponibilidades orçamentárias e financeiras, de modo geral, para a realização dos fins da Campanha; b) planificação e direção geral da Campanha; c) supervisão das demais secções, que lhes serão subordinadas; d) dar parecer ao Chefe do Govêrno sôbre a conveniência da criação de ginásios e colégios oficiais, além do concurso financeiro para a criação ou manutenção dos que dependerem de iniciativa particular ou de outros podêres públicos; e) promover todos os meios de aperfeiçoamento do professorado secundário, como sejam contratos de professores e cursos de vários tipos: — itinerantes, de férias e permanentes, — devendo êstes últimos funcionar junto a Faculdade de Filosofia oficial e às demais existentes no Estado.

Ao Diretor dos Cursos compete: a) realizar cursos intensivos de aperfeiçoamento, de acôrdo com o tópico anterior, promovendo, com êsse objetivo, os necessários enten-

dimentos com a direção da Faculdade de Filosofia; b) escolher os professores para a ministração dos cursos, com prévia audiência do Superintendente; c) coordenar os cursos, estabelecendo, quando possível, a articulação e harmonia dos programas, sobretudo nas disciplinas afins.

Os cursos, que terão a duração de dois meses, em regime intensivo, devem ser organizados atendendo-se aos seguintes objetivos: a) estudo dos assuntos fundamentais em cada disciplina, possibilitando ao candidato realizar posteriormente, e por esfôrço próprio, o desdobramento orgânico da matéria estudada; b) orientação metodológica e didática; c) orientação bibliográfica, que será mantida, posteriormente, pela Secretaria da Campanha; d) apresentar planos relacionados com o setor que lhe está confiado, à Superintendência da Campanha, no início de cada ano e sempre que pretender tomar novas iniciativas; e) apresentar relatório à Superintendência, no fim de cada curso e ao término do ano letivo.

A Secretaria tem as seguintes atribuições: a) colaborar, em tudo que estiver ao seu alcance com a Inspetoria Seccional do Ensino; b) distribuir pelos ginásios e colégios instruções no sentido de orientar os programas dos currículos escolares, a bibliografia das várias disciplinas, etc. c) obter dos estabelecimentos de ensino secundário a relação dos professores que desejam inscrever-se para os Cursos de Aperfeiçoamento e investigar quais as disciplinas que reclamam, mais urgentemente, a formação de professores especializados, providenciando a sua inscriçao; d) fornecer periòdicamente indicações a respeito de livros didáticos e de quaisquer publicações que possam contribuir para o aperfeiçoamento cultural e pedagògico do professor; e) cooperar na criação e ampliação de bibliotecas nos ginásios e colégios do Estado, inclusive facilitando sua articulação com o Instituto Nacional do Livro; f) interessar-se na obtenção de bolsa de estudos para professores e alunos.

Em obediência a êsse plano realizou no mês de abril do ano corrente uma série de conferências sôbre problemas do ensino secundário, o professor Ruy de Ayres Bello, da Universidade do Recife. Em julho próximo será promovido o segundo curso para professores, versando sôbre quatro disciplinas fundamentais do curriculum secundário, e tendo por objetivo proporcionar-lhes, sôbretudo aos do interior, orientação metodológica e científica indispensáveis ao

exercício do magistério. O mesmo ocorrerá nas férias do fim do ano.

4. Auxílio Técnico e Financeiro a Ginásios do Interior

O Govêrno do Estado vem distribuindo ajuda financeira aos ginásios do interior cujas condições materiais justificam essa forma de cooperação. Serão contemplados êste ano, os seguintes ginásios: "Castro Pinto" e "Trinitas", em João Pessoa; Ginásios de Santa Rita, Cabedêlo, Piancó, Areia, além de outros. Ao Ginásio Santo Antônio, de Guarabira, já foi concedido o auxílio de Cr$ 30.000,00.

Foi concedido, também, à Escola Técnica de Comércio de Guarabira, o auxílio de Cr$ 18.000,00.

5. Novos Ginásios

As atenções do Govêrno se voltam, também, para a criação de novos ginásios nos municípios do hinterland paraibano. Não lhe escapa o papel que ao ensino secundário compete, como fundamento da cultura básica que deve, progressivamente, beneficiar a todos. Assim é que pela Secretaria de Educação foram realizados estudos visando a escolha dos municípios que, pelas condições demográficas, mais aptas se apresentam a receber êsse benefício. Foram escolhidos sob êsse critério os municípios de Sapé, Alagoa Grande, Esperança, Itabaiana, Cuité, Santa Luzia, Guarabira, Itaporanga e Teixeira. Foram levadas em conta, outrossim, outras condições favoráveis, por exemplo, a existência de Escolas Normais ou Escolas Técnicas de Comércio, cujos corpos docentes poderiam prestar colaboração no funcionamento das novas unidades de ensino.

A Secretaria de Educação está providenciando junto à Inspetoria Seccional do Ensino o processamento de reconhecimento dos referidos ginásios, de modo a poderem funcionar a partir do próximo ano. Não serão estabelecimentos oficiais: além de contribuição financeira compatível com os recursos disponíveis, avocará a si o Estado o encargo de obter do Ministério da Educação a autorização para o seu funcionamento. Além disto, em vários municípios, porá à disposição dos ginásios a serem criados o prédio do Grupo Escolar onde ficarão, provisòriamente, sediados.

A habilitação técnica dos professores para êsses educandários é problema que também não refoge à solicitude do Govêrno. Dadas as deficiências naturais com que se apresenta o interior, neste particular, os professores terão oportunidade de receber, através de cursos especiais minis-

trados na Capital, os subsídios necessários à sua preparação.

6. Regimento Interno dos Colégios

Refletindo as novas diretrizes com que se vem procurando aprimorar o ensino secundário, foi reformado o Regimento Interno dos Colégios Estaduais. O novo estatuto legal facilitará o estabelecimento de um regime escolar mais produtivo e ampliará as atividades culturais do professor. Foi instituido novo sistema de seleção de professores, cujo acesso ficará condicionado ao sistema de provas. A reestruturação das atividades do Conselho Técnico; o critério de elaboração e execução de programas, visando a sua continuidade; a organização dos Departamentos, constituidos de professores de disciplinas afins, possibilitando o trabalho em equipe; a revisão nas categorias dos professores; o contrôle da admissão de alunos transferidos, através de provas de seleção, além de outras medidas, consubstanciam um programa renovador que já se fazia necessário.

7. Bolsas de Estudos

Foram designados, recentemente, o professor Kleber Cruz Marques, da Escola Politécnica de Campina Grande, e do Colégio Estadual de João Pessoa, e o professor Francisco Xavier, da Escola de Agronomia do Nordeste e do Colégio Estadual de Campina Grande, para realizarem com a ajuda do Estado, um Curso de especialização, no Instituto de Física e Matemática de Pernambuco.

III — Ensino Normal

1. Reforma

No setor do ensino normal, a ação do Govêrno se orientou, sobretudo, no sentido de sua organização, sob moldes uniformes e modernos. A nova planificação está consubstanciada na Lei Orgânica vigente (Lei nº. 850, de 6 de dezembro de 1952), que equiparou o Instituto de Educação da Paraíba ao seu congênere do Distrito Federal e padronizou as Escolas Normais do Estado. Além da nova Lei reestruturadora, foram criados: o quadro de professores do Instituto de Educação, o qual estava sujeito, anteriormente, ao regime de remuneração pro-labore; e a Superinten-

dência do Ensino Normal, como órgão de orientação, contrôle e fiscalização. Vale mencionar, igualmente, a instituição de exames vestibulares, a aplicação de novas técnicas didáticas, e a inclusão do curriculum escolar, da cadeira de Medidas Educacionais, reclamada em face das normas recentemente adotadas na avaliação do rendimento escolar da escola primária.

2. Dados Estatísticos

A biblioteca do Instituto de Educação foi, no ano de 1954, enriquecida de quatrocentos volumes.

O movimento escolar, no mesmo ano, apresentou os seguintes resultados: Alunas matriculadas na 1a. série, 16; na 2a. série, 24 e na 3a. série, 23. Alunas diplomadas em 1954: 23. Número de professores catedráticos interinos: 20. Conferências realizadas: 3.

Foram ainda realizadas várias despêsas com a aquisição de material para o reaparelhamento escolar.

3. Novo Prédio do Instituto de Educação

De acôrdo com as disposições da nova Lei Orgânica do Ensino Normal, deverão agrupar-se, em continuidade sistemática, à Escola de Aplicação, o curso secundário feminino e o curso pedagógico. Dada a deficiência das instalações do Colégio Estadual de João Pessoa para abrigarem os referidos cursos, conseguiu o Govêrno do Estado do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, a verba de ... Cr$ 5.000.000,00 para a construção de um prédio, onde será localizado o Instituto de Educação. Atualmente, aguarda o Govêrno estadual a conclusão da planta, que está sendo elaborada por arquiteto do INEP.

IV — Ensino Superior

1. Renovação Cultural

O desenvolvimento do ensino superior na Paraiba marca uma era nova na vida do Estado.

Não se trata, apenas, de permitir aos estudantes que concluem o curso de humanidades, a continuação dos seus estudos, sem terem de emigrar para outros centros. O objetivo primordial, colimado pelo Govêrno, era a expansão da cultura superior na Paraiba para formação de suas elites

dirigentes. Constituem, além disso as Escolas Superiores, centros de preparação profissional e técnica, cuja necessidade já se fazia sentir, na Paraíba.

Além de várias Faculdades, criou o Govêrno a Universidade da Paraíba, cuja instalação se processará ainda êste ano.

Será o último passo para o aperfeiçoamento do ensino superior.

2. As Escolas Superiores

O Govêrno patrocinou a federalização da Escola de Agronomia de Areia, e até que fôssem liberadas as verbas consignadas pela União àquêle estabelecimento de ensino superior, foram dispendidos pelo Estado Cr$ 3.000.000,00 para o seu funcionamento, além de Cr$ 200.000,00 para a organização duma horta destinada ao fornecimento de verduras, legumes e outros gêneros às cidades de Areia e Campina Grande.

Concorreu também o Govêrno do Estado, para o reconhecimento oficial das Faculdades de Medicina e Direito, a sede desta última tendo sido instalada no prédio do antigo Liceu Paraibano, doado pelo Estado.

Foram criadas pelo Estado as Faculdades de Filosofia e Odontologia e a Escola Politécnica, as quais se acham em pleno funcionamento. Já está iniciada a construção do prédio da Faculdade de Filosofia, com o auxílio do Govêrno Federal.

Cooperou o Govêrno com materiais de construção e recursos financeiros, para a instalação das Faculdades de Direito e Medicina e ampliação do edifício da Faculdade de Ciências Econômicas, além dos auxílios concedidos para a realização do Curso de Assistentes Sociais.

Contratou vários professores europeus e de outros centros culturais do pais, para ministrarem cursos nas Faculdades de Filosofia e Medicina, destacando-se: o professor Geraldes Barba, para a cadeira de Histologia, da Faculdade de Medicina; o professor François Luc-Charmont, para a cadeira de Lingua e Literatura Francesa, da Faculdade de Filosofia; o professor George Agostinho da Silva, para a cadeira de História da Antiguidade e da Idade Média na mesma Faculdade, para qual foi igualmente contratado o professor Mariano Feio, especialista em Geografia Física; o professor Enrique Martinez, para a cadeira de Língua Espanhola.

3. Dados Referentes às Escolas Superiores Oficiais

a) Faculdade de Filosofia

1. CURSOS: Estiveram em funcionamento, no exercício de 1954, os cursos de Geografia e História, Letras Neolatinas e Pedagogia, acrescidos, no ano em curso, com o de Filosofia. Aguarda-se para breves dias o início do curso de Didática, dependendo apenas da autorização da Divisão do Ensino Superior.

2. VIDA ESCOLAR: 1954 — N.º de professores 22 e de alunos 52.

Biblioteca: aquisição de 735 livros, (para a qual contou a Faculdade com auxílio federal), tendo havido 1.291 consultas.

Atividades culturais: a) Centro de Estudos e Pesquisas Tropicais, fundado em 1952, passou a funcionar anexo à Faculdade de Filosofia, a partir de fevereiro de 1954; b) Seminário de História Medieval, orientado pelo professor George Agostinho da Silva: c) Sala de Estudos Portugueses. Em anexo à cadeira de Literatura Portuguesa, foi instalada a Sala de Estudos Portugueses com o fim de reunir um acêrvo de bibliografia e de documentação geral relativa aos vários aspectos da cultura portuguesa que se refletem na linguística, no folclore e, de um modo geral, na antropologia cultural e na sociologia do Nordeste. Da parte do Gabinete Português de Leitura, do Recife, a Sala de Estudos Porgueses recebeu grande número de livros e publicações, iniciando, desde logo, a organização de sua própria biblioteca.

Equipamento: Foram organizados os Gabinetes de Geografia e Antropologia, com abundante aparelhagem.

1955 — N.º de professores 25 e de alunos 61.

Auxílio federal: de Cr$ 600.000,00, referente ao ano de 1954, sòmente foi recebido em abril de 1955 e terá a seguinte aplicação:

Para aquisição de livros para a Biblioteca . Cr$	150.000,00
Para a aquisição de carteiras escolares	50.000,00
Para a construção do prédio que servirá de sede à Faculdade	400.000,00

Atividade cultural: Conferência do professor Ruy de Ayres Belo.

Saiu êste ano o primeiro número da revista da Faculdade de Filosofia da Paraíba.

b) Faculdade de Odontologia

1954 — Nº. de professores 14 e de alunos 47. Equipamento (incluindo o adquirido em 1953): Cr$ 655.870,00.

Atividades culturais

Conferências: dos seguintes professores da Universidade de São Paulo: Artur Dantas, Virgínio Delgado Filho e Edmundo Nejm. No seu laboratório de Histologia e Microbiologia foi realizado o primeiro trabalho de pesquisa divulgado pelas nossas escolas de nível universitário. Trata-se da publicação, intitulada: — Bacilo Látia Estudo Morfológico e Litoquímico de autoria dos professores Luiz Gonzaga Burity e Geraldes Barba

c) Escola Politécnica

A) EQUIPAMENTO — No exercício de 1954 promoveu esta Escola todos os meios, visando ao seu funcionamento normal. Encaminhou ao Ministério da Educação e Cultura a documentação necessária à liberação da verba que lhe fôra consignada, no valor de Cr$1.500.000,00, a qual será destinada a material (equipamento dos gabinetes de Física, Química, Topografia e Biblioteca, etc.) e a pessoal (gratificação do Secretário da Escola, auxiliar da Secretaria e um professor).

B) CORPO DOCENTE — Entre os onze professores da Escola se inclui o que vem dando um curso de extensão da Cadeira de Tensorial e Vetorial e Complementos Matemáticos. Trata-se do Padre José Nogueira Machado, da Universidade do Recife.

C) CURSOS — Funcionam normalmente, no corrente ano letivo, as cadeiras de Química Tecnológica, Cálculo Infinitesimal, Geometria Descritiva, Geografia Analítica, Desenho a Mão Livre, correspondentes à 1a. série do curso de Engenharia Civil, e as de Mecânica Racional, Física, Topografia, Geologia e Desenho Topográfico, relativas à 2a. série do mesmo curso.

D) CORPO DISCENTE — Em 1954 havia 16 alunos; no ano corrente a matrícula escolar ascendeu a 34: 9 na 1a. série, 25 na 2a. série, pois, além dos 9 promovidos da 1a. série, foram matriculados, condicionalmente, 16 alunos, 9 aguardam transferência das Escolas de Rezende, Realengo,

Agulhas Negras e Escola de Engenharia da Universidade do Brasil.

E) BIBLIOTECA — Conta a Biblioteca com 300 volumes, adquiridos por conta do crédito especial aberto pelo decreto nº. 517, de 17 de novembro de 1953, e através de ofertas particulares.

F) ATIVIDADES CULTURAIS — Aula de sapiência, em 1954, pelo professor Antônio Baltar, catedrático da Escola de Engenharia da Universidade do Recife. Conferência do Professor Manuel Caetano sôbre o tema "Importância da Geometria Descritiva nos tempos atuais".

No ano em curso, a aula de sapiência foi proferida pelo Padre José Nogueira Machado, que dissertou sôbre várias etapas da história da Matemática.

V — Campanha de Educação de Adultos

Segundo exame feito nos dados referentes à Campanha de Educação de Adultos em todo o país, pode-se constatar a posição privilegiada que a Paraíba conquistou, graças à eficiência dos serviços mantidos no Estado.

Inicialmente, foi dada nova diretriz ao ensino supletivo, instituindo-se provas de seleção para o acesso aos seus quadros docentes — nisto figurando a Paraíba como exceção em todo o país.

Outrossim, fez-se a Paraíba representar em quatro Congressos Nacionais e em um internacional — o 1º. Congresso Inter-americano de Educação de base, realizado em São Paulo, em julho de 1954. Na ocasião, foi o nosso Estado a única unidade federativa escolhida para integrar a Delegação Federal junto àquele certame.

1. Atividades

Dada a natureza dos cursos da Campanha, que impõe a sua localização, preferencialmente, na zona rural, foram disseminadas através desta, 85% das unidades destinadas ao Estado.

Afim de evitar a interrupção dos cursos, houve sempre o maior empenho no preenchimento imediato das escolas vagas. Disto resultou que, em todo o país, no último exercício, só a Paraíba não registrou redução do número de unidades escolares do ensino supletivo.

Convém ainda ressaltar os esforços empreendidos para maior eficiência do Ensino Supletivo. Criou o cinema edu-

cativo, já tendo sido exibidas 200 peliculas especializadas, sôbre assuntos relacionados com a vida das populações rurais ou proletárias.

2. Dados Estatísticos

São os seguintes os dados estatísticos, referentes ao exercício de 1954:

Escolas em funcionamento (nº)	769
Freqüência total (nº de alunos)	21.765
Professores (nº)	769
Quantia recebida (Cr$)	252.280,00
Verba distribuída (Cr$)	250.600,00

3. Centros de Iniciação Profissional

Quando, em 1953, foram distribuídos por todo o país, centros de iniciação profissional, conseguiu a Paraíba a quota mais elevada. Eis a relação dos municípios contemplados e dos cursos em funcionamento:

FREQÜÊNCIA POR MUNICÍPIO

LOCALIDADES	Nº. de Escolas	Nº. de Alunos
Alagoa Grande	19	473
Alagoa Nova	10	315
Alagoínha	18	603
Antenor Navarro	12	294
Araruna	18	558
Areia..	24	669
Aroeira...	7	321
Bananeiras	19	534
Bonito de Santa Fé	6	134
Brejo do Cruz	9	214
Cabaceiras	11	236
Caiçara	22	764
Cajazeiras	13	384
Campina Grande	55	1.524
Catolé do Rocha	19	532
Conceição	11	218
Cruz do Espírito Santo .. .	15	425
Cuité	3	141
Esperança	8	276
Guarabira	31	978
Ingá	9	244

Itabaiana	14	515
Itaporanga	14	363
JOÃO PESSOA	59	1.484
Malta	8	207
Mamanguape	28	811
Monteiro	18	401
Patos	26	616
Pedras de Fôgo	3	110
Piancó	18	411
Picuí	14	215
Pilar	13	531
Pilões	4	148
Pirpirituba	4	115
Pombal	18	437
Princesa Isabel	17	548
Santa Luzia	17	517
Santa Rita	14	518
São Mamede	4	129
São João do Cariri	16	380
São José de Piranhas	9	192
Sapé	21	669
Serraria	13	279
Solânea	8	260
Soledade	16	400
Souza	12	386
Sumé	6	169
Taperoá	12	331
Teixeira	11	320
Uiraúna	1	30
Umbuzeiro	10	436

Centro de iniciação Profissional "São José"
Funcionando na Capital
Cursos que funcionam: Sapataria (Apalazador)
Alfaiataria
Arte Culinária

Centro de iniciação Profissional "São José"
Funcionando em Cabedêlo:
Sapataria (Apalazador)
Alfaiataria
Sapataria (Solador)

Centro de iniciação Profissional "FRANCISCO LEANDRO"
funcionando em SANTA LUZIA
Marcenaria
Datilografia
Corte, costura e bordado
Prática de escrituração mercantil

Curso Doméstico
Curso de iniciação Profissional funcionando em AREIA
Sapataria
Carcenaria
Corte, costura e arte culinária

4. Renovação

Consoante já foi assinalado de passagem, no tópico referente ao ensino rural, deverá iniciar-se no mês de julho próximo a reforma do ensino supletivo, que se ampliará em aprendizagem artezanal e se adaptará, mais largamente, às exigências da educação de adultos.

VI — Escola Profissional "Presidente João Pessôa"

Pela Lei nº 1.173, de 28 de março de 1955 foram criados quatro cargos de professor, padrão "G", para constituirem o corpo docente da Escola Profissional "Presidente João Pessoa". Foi recrutada uma equipe de professoras diplomadas pelo Instituto de Educação para, sob a orientação da Diretoria daquele estabelecimento do ensino, promover a sua reforma sob moldes modernos e adequados.

VII — BOLSAS DE ESTUDOS E AUXÍLIOS EM GERAL

Através da Secretaria de Educação e Saúde foram distribuídas, no corrente exercício, bolsas de estudo no valor de Cr$ 40.000,00, de acôrdo com a Lei nº 739, de 4 de janeiro de 1952, e outros auxílios a estudantes pobres, no montante de Cr$ 35.175,00, por conta da verba respectiva, constante do orçamento.

VIII — Educação Artística

1. Divisão de Educação Artística

Não podia o Govêrno alhear-se ao setor artístico, que se perdia na dispersão e no abandono. Apesar das possibilidades existentes e dos esforços fragmentários, em preendidos pela iniciativa particular, notava-se a falta de amparo oficial que, suscitando novas atividades ou revigorando

as que já se faziam notar, abrisse novas perspetivas às atividades artísticas na Paraíba.

Destarte, foram contratados pelo Govêrno técnicos encarregados do planejamento da educação artística do Estado, salientando-se entre êles os professores Gazzi de Sá e Ambrozina Soares de Sá. O plano então elaborado está consubstanciado na Lei nº 838, de 28 de novembro de 1952. A Divisão de Educação Artística, criada pela referida Lei, compreende os seguintes serviços: Canto Orfeônico, Bandas e Conjuntos Musicais, Dansa, Teatro, Música e Arte Plásticas. O Conservatório de João Pessoa é dirigido por uma professora que realizou, no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, um curso de especialização e estágio para assumir essas funções. Encontram-se no Rio de Janeiro, em curso especial, quatro professoras que virão constituir o corpo docente do Conservatório da Paraíba.

2. Escola de Música Antenor Navarro

Contando com 11 professores e 145 alunos, a Escola de Música Antenor Navarro tem desenvolvido intensa atividade, não sòmente através dos cursos que mantém, como, ainda, das audições instrumentais de piano e violino, realizadas em 1954.

3. Conservatório de Canto Orfeônico

A matrícula escolar em 1954, no Conservatório de Canto Orfeônico, foi de 69 alunos. O Coral Vila-Lôbos realizou, no mesmo ano, três audições orfeônicas

4. Outras Atividades

Além do professor italiano Rino Visani, que atua na Escola de Música e na Rádio Tabajara, contam êsses departamentos artísticos com novo elemento, recentemente contratado, para lecionar violoncelo e contrabaixo e executar música de câmera com os conjuntos da Escola do Música Antenor Navarro.

De acôrdo com o plano traçado pela Secretaria de Educação, o Conservatório e a Escola de Música Antenor Navarro iniciaram uma programação artística na Rádio Tabajara e outras junto aos estabelecimentos de ensino, visando a educação musical dos estudantes, além das que se destinam ao povo em geral.

IX — Educação Física

A Divisão de Educação Física conta, atualmente, com vinte e cinco monitores e sete professoras com curso especializado da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil.

Já está elaborado pela Secretaria de Educação e Saúde o plano de reestruturação e ampliação do Serviço dessa Divisão, para que possam atender, mais eficientemente, às suas finalidades. Dois pontos básicos do plano são os que se referem à realização de cursos para preparação de novas professoras e a aquisição de material.

X — Rádio Tabajára

1. Reaparelhamento

Em todo o período administrativo do atual Govêrno, vem sendo realizado, sem descontinuidade, um programa de melhoramento da Rádio Tabajara. Começou pelo reaparelhamento: aquisição duma camionete "Utility Dodge", possibilitando a instalação dum transmissor de freqüência modulada que se achava na Agência Phillips de Recife desde a inauguração da Emissora, não tendo sido utilizado à falta de veículo apropriado; Um piano "Gaveau" de meia cauda, um serviço de amplificação com projetor de som, uma máquina de filmar e completa aparelhagem de cinema para o auditório, além de um rádio para transmissões externas, dois microfones, móveis para escritório, sels altofalantes e cinco válvulas transmissoras, no valor de..... Cr$ 152.000,00. Além dessas, várias outras aquisições foram feitas pelo Departamento Técnico e Artístico. Foram realizadas ainda, adaptações no prédio, incluindo-se uma escadaria com base de cimento armado, uma cabine de gravação revestida de celotex, ampliação da sala de espera, construção de uma sala para a Diretoria Geral e Escritório Comercial, construção de uma sala com vestiário para ensaios e construção de uma placa de cimento armado para instalação de nova dependência; instalação de uma cantina, aparelhada com geladeira e outros accessórios, e destinada aos funcionários da Rádio.

No que se refere a pessoal, verificou-se acentuada elevação de salários, bastando notar que os músicos, de .... Cr$ 800,00, passaram a perceber Cr$ 2.200.00.

Carecendo o Serviço Técnico da Rádio de pessoa habilitada para sua direção, foram contrados os serviços do

Dr. Oton Shillen, superintendente técnico da Rádio Club de Pernambuco e das Rádios Tamandaré e Olinda, o qual, semanalmente, viaja para esta Capital. Já se encontra em andamento a construção de vinte e seis postes de cimento armado, e a extensão de redes de som, no total de 2.000 metros. Melhoramento de grande vulto é a substituição da atual antena da PRI-4, tornada quase imprestável, além da aquisição de uma nova torre de transmissão, material já adquirido no Rio de Janeiro pela importância de ..... Cr$ 300.000,00 e que será instalado ainda no corrente mês.

Ainda em 1954 foram adquiridos: sete válvulas 892 R ao preço de Cr$ 38.500,00; um gravador de som marca Phillips, além de outros utensílios de menor importância.

2. Atividades Artístico-Cultural

A Rádio Tabajara, antes subordinada à Secretaria do Interior e Segurança Pública, passou, no atual Govêrno, à orbita da Secretaria de Educação, como elemento subsidiário da atividade cultural do Govêrno.

Destarte, foram mobilizadas pela Secretaria de Educação tôdas as entidades oficiais ou particulares que pudessem colaborar na execução de programas artísticos e culturais.

Entre essas entidades se destacam o Conservatório de Canto Orfeônico, a Orquestra Sinfônica da Paraíba, a Escola de Música Antenor Navarro e os orfeons da Capital.

A Rádio Tabajara está colaborando com o Serviço de Orientação e Divulgação Educacionais, Instituido pela Secretaria de Educação.

XI — Serviço de Orientação e Divulgação Educacionais (S.O.D.E.)

1. Principais Objetivos

Foi criado, êste ano, na Secretaria de Educação e Saúde, o Serviço de Orientação e Divulgação Educacionais, que tem os seguintes objetivos principais: a) promover a difusão, através dos meios de publicidade ao seu alcance, de todos os assuntos que se relacionem com o ensino; b) proporcionar ao povo o conhecimento exato de tôdas as instituições, serviços, iniciativas, leis, etc., no setor da educação, permitindo aos interessados receber os benefícios que deles poderão auferir; c) incentivar o debate dos proble-

mas educacionais, de modo geral, e particularmente os que possuem interêsse regional.

Cabe ao Secretário de Educação e Saúde supervisionar o S.O.D.E., tendo a cooperação duma Comissão Executiva, especialmente designada para êsse fim.

O S.O.D.E., além de suas atividades ordinárias, mantidas diretamente pela Secretaria de Educação, mantera duas secções: a) Revista de Ensino; b) Programas radiofônicos.

2. Revista do Ensino

Voltará a circular êste ano a Revista do Ensino, cujos objetivos se ajustam ao plano do Serviço de Orientação e Divulgação Educacionais.

XII — Orquestra Sinfônica da Paraíba

A Orquestra Sinfônica da Paraiba deve ao Govêrno do Estado o mais eficaz apôio para sua organização e funcionamento. No atual exercício foi-lhe concedido o auxilio de Cr$ 200.000,00, em virtude da Lei nº. 1.178, de 29 de março de 1955.

Apesar de entidade privada, está a Orquestra Sinfônica da Paraíba em articulação com o Conservatório de Canto Orfeônico e a Secretaria de Educação. Recentemente, foi contratado o violoncelista Juarez Johnson, ex-integrante da Orquestra Sinfônica do Recife, para o Conservatório de Canto Orfeônico, a Rádia Tabajara e a Orquestra Sinfônica da Paraiba. Outrossim, ficará afeta a esta organização artística parte do programa educativo traçado pela Secretaria de Educação, para ser executado junto aos educandários desta Capital e à Rádio Tabajara. Além dessas atividades, a Sinfônica realizará no corrente ano quinze concertos, inclusive cinco de música de câmera.

XIII — Bibliotéca Pública

A Biblioteca Pública passou por vários melhoramentos durante o atual Govêrno. Encontrada em condições as mais precárias, foi o prédio restaurado e pintado, substituidas suas instalações elétricas. Os móveis tiveram de ser consertados e envernizados. Organizou-se uma Secretaria para contrôle do acêrvo. Adquiriram-se em 1952 400 novos volumes, além de várias peças de mobiliário. Realizou-se, ainda, sob a orientação dum técnico contratado pelo Govêrno, um curso

de Biblioteconomia, cujas aulas práticas foram dadas na Biblioteca Estadual. Concluiram o curso 17 funcionários, inclusive alguns procedentes dos municipios de Areia, Souza e Santa Luzia. Dos concluintes foram aproveitados os atuais bibliotecários das Faculdades de Dirceito e Filosofia.

A reforma projetada pelo técnico a que se fez refcrência linhas atrás, só foi concretizada parcialmente, objetivando, de modo especial, a classificação dos livros existentes. Mais de 4.000 volumes, correspondendo a um terço do acêrvo, foram classificados pelo sistema decimal de Dewey. Tôdas essas obras se encontram à disposição do público, em modernas estantes confeccionadas nas oficinas do Departamento de Obras Públicas.

Atendendo à falta de espaço do prédio atual, foi projetada pelo Govêrno a construção de novo edifício, o que não pôde ser levado a efeito por falta de disponibllidades do erário estadual. A exiguidade de espaço é a razão de não se ter feito a revisão de atualização do acêrvo.

Apesar de deficiências da Biblioteca Pública, o número de leitores, em 1954 elevou-se a 24.439 e o de obras consultadas, a 5.484.

Cumpre ressaltar que o Govêrno continua realizando melhoramentos relacionados com as suas condições de instalação e funcionamento.

XIV — Conselho de Educação

Instituido em 1949 como órgão consultivo da Secretaria de Educação e Saúde, o Conselho de Educação teve existência efêmera. Foi restaurado em 1954, tendo-se em vista o papel que poderá desempenhar no conjunto das atividades educacionais daquele departamento do Estado.

Em correspondência com a atual situação do ensino na Paraíba, foi proposta revisão na composição do Conselho, através de mensagem dirigida à Assembléia Legislativa. De acôrdo com o novo plano poderá êsse órgão da Secretaria de Educação articular-se com todos os gráus e modalidades do ensino oficial.

XV — Museu e Teatro

O Museu Estadual da Paraíba tem merecido, igualmente, as atenções do Govêrno do Estado, que lhe cedeu o predio onde está sediado, e vem proporcionando os meios necessários à sua instalação.

Com relação às atividades teatrais, vale ressaltar o

apôio do Govêrno, notadamente ao Teatro do Estudante da Paraíba. No início da atual administração, e graças ao seu empenho, esteve nesta Capital o Teatro do Estudante do Brasil, dirigido pelo teatrólogo Pascoal Carlos Magno.

Em 1952, criada a Divisão Artística do Departamento de Educação (Lei nº. 838, de 28 de novembro de 1952), incorporou-se a êle o Teatro Santa Rosa, em coordenação com outros setôres artísticos.

Em 1954 foram realizados vários serviços no Teatro, Santa Rosa, inclusive a limpeza do prédio, revisão nas instalações elétricas e sanitárias, aquisição de nova rotunda, além de cortinas nas principais portas de acesso à platéia.

XVI — Casa do Estudante

Compreendi que a política educacional empreendida, em larga escala, pelo meu govêrno, não poderia vir desacompanhada do amparo devido ao estudante. O problema não era só dar-lhe escolas, como também criar condições de fixação na Capital, convertida em centro universitário. Daí o meu continuado esfôrço, ao longo do Govêrno, em favor da Casa do Estudante, instituição sujeita, em outras administrações, às mais duras vicissitudes, por falta de assistência dos poderes públicos.

Pelo decreto 764, de 3 de março do corrente ano, abriu o Govêrno o crédito de um milhão de cruzeiros para a construção dos prédios onde deverão instalar-se a Casa do Estudante de João Pessoa e a de Campina Grande, ambas em construção. Por outro lado foi elevada para 20 mil cruzeiros a subvenção mensal que lhe era destinada. Para a sua manutenção, proporcionou-lhe o Govêrno facilidades de aquisição de gêneros na Cooperativa dos Servidores Públicos.

XVII — Auxílios Diversos

Foram as seguintes as instituições contempladas com auxílio do Estado, no corrente exercício: Externato São José, escola primária mantida pelo Seminário Arquidiosesano, Cr$ 50.000,00; Escola de Serviço Social, Cr$ 100.000,00; Escola de Comércio, de Guarabira, Cr$ 18.000,00; Ginásio Nossa Senhora da Luz, de Guarabira, Cr$ 50.000,00; Ginásio Santo Antônio, de Guarabira, Cr$ 30.000,00; Orquestra Sinfônica da Paraíba, Cr$ 200.000,00; Casa do Estudante, de João Pessoa, Cr$ 85.000,00; Instituto Histórico e Geográfico

Paraibano (Decreto 763, de 13.4.1955), Cr$ 150.000,00; Acro Club da Paraiba (Lei nº. 1.190, de 2.4.1955), Cr$ 300.000,00.

Vale destacar, também, a Lei nº. 1.202, de 4 de abril de 1955, que autoriza a abertura do crédito de Cr$ 100.000,00 destinados à publicação das obras inéditas do escritor Alfyrio Meira Wanderley.

Vários auxilios a estudantes tem concedido o atual Govêrno, através de consignações orçamentárias ..... (Cr$ 287.335,00) como também através de creditos especiais.

XVIII — Mês de Arte e Cultura

O Mês de Arte e Cultura, realizado, sob os auspicios do Govêrno do Estado, de 7 de novembro a 7 de dezembro do ano passado, constituiu um dos mais expressivos movimentos culturais já realizados na Paraiba. Ao que, principalmente, visava o certame, era evidenciar as possibilidades artisticas e intelectuais da Provincia, projetando-se instituições e iniciativas que estavam retraidas a uma injusta obscuridade e encorajar as atividades culturais, para que se integrassem no clima de renovação e soerguimento que se vem operando na Paraiba.

Foram realizadas várias conferências, inclusive por destacadas figuras dos meios intelectuais do Nordeste e mobilizados todos os setôres artisticos, como o Centro de Artes Plásticas, o Conservatório de Canto Orfeônico, a Orquestra Sinfônica e inúmeros outros.

Êste ano, o Mês de Arte e Cultura terá um sentido essencialmente regional. O maior interêsse se fixará no estudo e apresentação de vários aspectos da arte e da cultura, na Paraiba. Pretende o Govêrno atrair escritores e artistas paraibanos que residem fora do Estado, para participarem ativamente do certame, visando, com isto, entre outros objetivos, homenagear as mais representativas figuras da Paraiba que militam nas letras e nas artes.

XIX — Merenda Escolar

Foi, recentemente, firmado um convênio entre o Ministério de Educação e Cultura e o Govêrno do Estado, para a realização do Programa de Merenda na Paraiba.

De conformidade com o plano aprovado, o "Programa de Merenda" será acompanhado de outras atividades, visando a educação alimentar, as quais se desenvolverão, progressivamente em todo o Estado, sob a orienta-

ção técnica e com a ajuda financeira da Divisão de Educação Extra-Escolar do Ministério de Educação e Cultura.

Departamento de Publicidade

O Departamento de Publicidade, responsável pela edição do jornal "A UNIÃO" e pela Imprensa Oficial, constituiu uma das constantes preocupações do Govêrno, em face da situação em que foram encontrados os setôres de trabalho a seu cargo. Desde logo, atendendo à conjuntura do momento e com os limitados recursos de uma fase de crises, encetei um programa de recuperação dos planos de atividades desses serviço público, onde tudo dependia, antes de mais nada, de reequipamento e de renovação de grande parte do maquinário existente, além de outros trabalhos de conservação e conserto do prédio, mobiliário, água, esgôto e luz.

O que foi feito àquela época consta das Mensagens anteriores, merecendo que se destaque aqui a amplitude do plano estabelecido, tendo sido atacado, então, o que de mais urgente impunha uma ação imediata do Govêrno.

Reassumindo a Chefia do Executivo em setembro último, encontrei adquirido pelo meu substituto legal um conjunto de estereotipia, parte do programa acima referido, composto de fundidora e secadora elètricas, e calhandra, para os serviços da Imprensa Oficial, faltando uma frezadora para entrar em funcionamento esse conjunto, o que adquiri logo em dezembro. Representa esse equipamento não só a economia calculada de 50% nos servicos de impressos e avulsos fornecidos pela Imprensa Oficial às repartições públicas, mas também uma renovação de métodos de trabalho em que a rotina mais primária, de mais de 50 anos, foi substituida por uma técnica racional, que atende da maneira mais rápida e eficiente às crescentes obrigações do Departamento de Publicidade. O conjunto fundidora, secadora e calhandra custou Cr$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) e a frezadora Cr$ 68.000,00 (sessenta e oito mil cruzeiros), além de mais Cr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) de material suplementar.

Também em dezembro, continuando os trabalhos de recuperação dêsse Departamento, foram adquiridas duas máquinas impressôras automáticas para a Imprensa Oficial cujo equipamento antiquíssimo, constante de máquinas de fabricação até de 1904 e 1921, sendo tôdas de alimentação manual, obrigava o Estado a mandar confeccionar em oficinas de particlares a maior parte dos seus impressos, representando um ônus injustificável de cêrca de dois milhões

de cruzeiros anuais para o Tesouro. As duas máquinas automáticas, uma Frontex e uma Eickhoff, têm capacidade, cada uma, para 5.000 (cinco mil) impressos por hora, enquanto a média horária das máquinas existentes até àquela data, considerando-se o fato de serem de alimentação manual e o longo desgaste a que foram submetidas em mais de quarenta anos de serviço, não se elevam a mais de 500 impressos por hora, cada. Além disso, as duas automáticas têm a rama de 38x58 cm, enquanto as Minervas citadas têm apenas 28x30 cm. Na base do exposto, o cálculo de produção atual revela uma elevação que dá bem a profundidade da reforma que se realizou nesse plano do serviço público: a produção das duas máquinas automáticas é de 160.000 (cento e sessenta mil) impressos médios por dia, enquanto a das seis Minervas juntas era de apenas 24.000 (vinte e quatro mil), em idêntica jornada de trabalho. Por outro lado, como é óbvio, reverteu em benefício dos funcionários a adoção dêsses modernos métodos, já que o intenso trabalho e fadiga a que se achavam submetidos foram trocados, com vantagem para o serviço público, pela tarefa especializada de contrôle, ajustamento e manutenção das máquinas.

Custaram as duas automáticas Cr$ 849.316,00, sendo dispendidos ainda Cr$ 19.000,00 com fretes e seguros, por ter a repartição optado pelo transporte terrestre, via rodoviária, que abreviaria o tempo de entrega dêsse maquinário. E já produziram, essas máquinas, até 31 do mês de maio findo, trabalho no valor de Cr$ 1.051.097,60, atingindo assim em 5 meses uma produção maior do que durante dois anos (1953 e 1954), que foi apenas de Cr$ 751.057,90, relativos a material destinados às repartições públicas. Foram ainda dispendidos com material de impressão, isto é, cunhas, lingões de ferro, espátulas, escôvas, chaves de cunha e outros suplementos Cr$ 32.054,00, e Cr$ 17.212,00 na aquisição de massas para rolos tanto das automáticas como da rotoplana Duplex que imprime atualmente "A União" e o Diário Oficial. Com "Flans" e metal para o conjunto de estereotipia foram dispendidos Cr$ 16.900,00, tendo entrado em funcionamento êste conjunto dêsde dezembro último.

Outro setor que merece as atenções do programa estabelecido em 1951 foi o da seção de linotipos, tendo àquela época promovido a recuperação de diversas máquinas. Empunha-se, entretanto, uma ação mais ampla, que havia reservado para dias melhores que chegaram. Foram adquiridos, inicialmente, Cr$ 264.504,10 de material de linotipos, constante de 14 jogos de matrizes, 50 matrizes suplementares, 41 peças e 3 medidas de 7 pontos, com que imediata-

mente foram reequipadas algumas máquinas que se achavam paradas. Além disso, foram adquiridas duas máquinas de linotipos à Linotipo do Brasil S|A, sendo um tituleira "Super-relâmpago", modêlo 32, com refrigeração automática, equipada com 8 (oito) fontes de tipos, de 8 a 64, para a confecção dos títulos do jornal "A União", no valor de Cr$ 560.000,00, e uma outra máquina linotipo, de composição corrida, equipada com Teletypesseter, igualmente de refrigeração automática, no valor de Cr$ 650.000,00, com duas fontes de tipos, de 7 e 8 pontos. Merece que se assinale aqui destinar-se êste equipamento, que é o mais moderno no gênero, à substituição de duas antigas máquinas que se achavam paradas há quase oito anos, tôdas elas com mais de vinte anos de serviços, que foram trocadas, depois dos trâmites legais, por 148 peças de linotipos, 6 medidas de 7 pontos e 1 jôgo de matrizes, no valor de Cr$ 51.127,00, sendo inteiramente contra-indicado tentar sua recuperação, pois o preço do material de que necessitavam para entrar em funcionamento se elevava ao valôr de duas máquinas novas. Por outro lado deve-se aqui destacar a importância da aquisição dêsse novo maquinário — a Teletypesseter — nos trabalhos de "A União", já que, operando sem linotipista, sua capacidade de prdução se eleva ao alto nível de 12 linhas de composição por minuto, em 24 horas seguidas, enquanto a média de uma linotipo de operação manual, com os operadores que dispomos, é de menos de 1 linha por minuto, no máximo, numa jornada de 8 horas. Vê-se, portanto, que além de economia de pessoal — no caso, pelo menos dois linotipistas e dois mecânicos, para os turnos do dia e da noite — representa também um índice de trabalho que só a mecânica moderna poderia oferecer, e com as despêsas reduzidas apenas à manutenção. Conforme contrato firmado com a Linotipo do Brasil S|A, aliás a única firma fabricante de linotipos, um engenheiro eletro-mecânico, especcializado no assunto, veio a esta Capital, sem ônus para o Estado, onde permaneceu um mês preparando a primeira turma de teletipistas de "A União", já se encontrando em funcionamento esse moderno maquinário desde março do corrente.

Ainda na execução do programa para o Departamento de Publicidade, adquiriu o Govêrno uma rotoplana "Cox-O-Type", de fabricação americana, para impressão do jornal e do Diário Oficial, em substituição à antiga Duplex, inaugurada pelo saudoso Presidente João Pessôa em 22 de outubro de 1929, cujo estado de conservação e funcionamento não satisfazem às obrigações de um matutino moderno do Diário Oficial. Tem a "Cox-O-Type" capacidade para 5

(cinco) mil impressos por hora, dobrados, contados, de 4, 6 e 8 páginas, de oito colunas de 10 ciceros, com altura de 57,2 cm de altura, tendo custado Cr$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros), e já se acha nesta Capital, aguardando-se apenas a conclusão dos trabalhos da construção da base, que custaram Cr$ 24.000,00, para entrar em montagem.

Também foram adquiridos cinco grupos de extintores de incêndios, num total de 11 unidades, cobrindo todas as areas de incêndio do edificio, de forma a oferecer a segurança necessária ao prédio onde se acham depósitos de gasolina, papel, trapo, álcool e óleo, e que é todo forrado de madeira. O custo destes extintores foi de Cr$ 28.000,00.

Outros setôres do Departamento de Publicidade mereceram, igualmente, atenção do Govêrno, tendo sido criada uma pequena enfermaria para serviços de urgência, que já vem servindo aos funcionários da casa desde o ano passado. Por outro lado, com aquisição de madeira e de um alhambrado para proteção da linotipo equipada com Teletypesseter e das perfuradoras do mesmo equipamento, foram gastos Cr$ 9.336,60, e com material elétrico para renovação de parte da rêde e dos serviços de "A União" e da Imprensa Oficial, Cr$ 12.019,00, incluindo-se dois transmissores.

A fim de modernizar a secção de fotografia foi adquirida uma máquina "Rolleiflex" último modêlo, por ..... Cr$ 19.000,00, que, além de oferecer melhores condições de operação ao reporter fotográfico, tem a vantagem de trabalhar com filmes de 12 peliculas, enquanto as máquinas de que dispunha aquele setor do Departamento de Publicidade operavam com filmes de 8 peliculas, o que representa uma vantagem de meio filme sôbre cada filme operando pelas máquinas existentes. Levando-se em conta as responsabilidades e o montante anual dêsse serviço, a economia do novo equipamento é de cêrca de 24.000,00 anuais. Também foi adquirido um "Flash Eletrônico" por Cr$ 7.600,00 com capacidade para operar 25 mil chapas com um único Flash, o que representa uma economia de Cr$ 18,68 (dezoito cruzeiros e sessenta e oito centavos) por cada "Flash" feito, resultando um total de Cr$ 18.680,00 por milheiro. Recorda-se que o "Flash Eletrônico" tem capacidade para 25 mil chapas, de onde serão fáceis outras condições.

As despêsas acima referidas com equipamento e melhorias dos serviços do Departamento de Publicidade, num total de Cr$ 4.231.941,60 (quatro milhões duzentos e trinta e um mil novecentos e quarenta e um cruzeiros e sessenta

centavos), já foram pagas, nada devendo dêsses gastos o Departamento de Publicidade às firmas fornecedoras.

CAPÍTULO NONO

COOPERATIVISMO E CRÉDITO

I — DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO

Encarrega-se do contrôle, registro e assistência às cooperativas, o Departamento de Assistência ao Cooperativismo, órgão da administração estadual, destinado, também, a estimular o desenvolvimento do cooperativismo, em regime de acôrdo com o Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, do qual recebeu, no ano de 1954, a importância de Cr$ 100.000,00.

1. ATIVIDADES

Movimento do Cadastro

Cooperativas, segundo a finalidade

Existentes em 31|12|1953	De produção	14
	De consumo	13
	De crédito	54
	Escolares	66
	Mistas	31
	TOTAL	178
Fundadas durante o ano	De consumo	1
	De crédito	1
	Mistas	2
	TOTAL	4
Dependentes de registro no Serviço de Economia Rural	De crédito	1
	Mistas	1
	TOTAL	2
Em funcionamento em 31|12|54	De produção	6
	De consumo	10
	De crédito	39
	Escolares	10

	Mistas	17
	TOTAL	82

2. Movimento Financeiro (Cr$)

Valor de uma quota-parte	Máximo	100,00
	Mínimo	10,00
Capital	Mínimo	3.085.250,00
	Subscrito	15.696.021,00
	Realizado	13.560.140,70
Valores patrimoniais		1.456.771,40
Fundos (de reserva e diversos)		3.888.893,90
Depósitos do Govêrno nas diversas cooperativas		1.141.500,00
Dinheiro em caixa e em bancos		17.460.633,20

II — COOPERATIVA MISTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Preocupado em melhorar as condições dos servidores públicos atingidos duramente em seu orçamento doméstico pelo encarecimento crescente dos gêneros de primeira necessidade e desvalorização da moeda, viu o Govêrno, nesta Cooperativa, um meio de amenizar o desequilíbrio decorrente dessas causas, criando-lhe condições para transformar-se num centro abastecedor — capaz de fornecer aos seus associados por preços sem competência no comércio local.

Para alcançar êsse fim, importava dota-lo com recursos de modo a ampliar os seus negócios e permitir-lhe aquisições de gêneros em melhores condições.

Portanto, tomou o Govêrno iniciativa transformada na Lei n.º 887, de 3 de março de 1953, que lhe concedeu autorização para financiar a Cooperativa visando alcançar tal objetivo.

Assim, no uso da autorização legislativa, foi baixado o Decreto nº. 711, de 21 de outubro de 1954, abrindo o crédito de Cr$ 500.000,00, e depositado em seguida, a importância na Caixa de Crédito ao dispôr da organização beneficiada.

A especificação abaixo demonstra o destino dado a essa quantia:

Maquinismo Adquirido

ESPECIFICAÇÃO	DESPÊSA (CR$)
1. cangiqueira sem motor	9.153,80
1. moinho de fubá, sem motor	16.653,80
1. torrador de café, completo	33.626,50
1. moinho para café, completo	15.000,00

Instalações das Máquinas

Material e mão de obra	14.206,60
12.000 quilos de açúcar a Cr$ 5,00	60.000,00
13.750 quilos de milho a Cr$ 1,17	16.087,50
6.860 quilos de feijão mulatinho a Cr 5,00 ..	34.300,00
3.000 quilos de feijão macássar a Cr$ 3,25 .	9.750,00
1.800 quilos de arroz da terra a Cr$ 6,70 ..	12.060,00
2.250 quilos de batatinha a Cr$ 4,40	9.900,00
Aquisição embalagem — fubá e café	14.130,50
Motor para a cangiqueira, motor para o moinho, material elétrico para instalação perifásica, empregado em mercadorias	155.131,30
Na Caixa Mobiliária da Paraíba	100.000,00
TOTAL	500.000,00

Além dêsse auxílio financeiro direto, foi a Cooperativa beneficiada pelo Govêrno com o pagamento da importância de Cr$ 83.075,90, devida pela Casa do Estudante da Paraíba, o que muito concorren para a ampliação do seu movimento comercial.

A nova localização da rua Santo Elias lhe foi permitida pelo Govêrno, que adquiriu o prédio pela importância de.. Cr$ 170.000,00 e nele inverteu perto de Cr$ 100.000,00 em melhoramentos e preparação das instalações.

Revitalizada pelo auxílio financeiro, equipada com torrefação de café, maquinária para moagem de milho e fabricação de fubá, silos para armazenamento de cereais, encontra-se a Cooperativa em condições de atingir seus fins, permitindo à numerosa classe dos servidores do Estado a aquisição de gêneros a preços mais baixos.

III — CRÉDITO AO PEQUENO AGRICULTOR

Fundada em 1952 por Lei nº. 730, de 5 de setembro daquele ano, com a finalidade exclusiva de distribuir crédito para a produção, operando na zona rural, a Caixa de Crédito Mobiliário da Paraíba prosseguiu a sua tarefa de

levar ao pequeno agricultor os recursos financeiros que não lhe seria possivel obter, ou obter em condições menos favoráveis.

Os empréstimos realizados em 1954 atingiram a ..... Cr$ 9.211.190,00; sendo Cr$ 8.675.020,00 representados por fundos conseguidos no Banco do Brasil S.A e Cr$ 536.170,00 representados por recursos próprios.

1. Fundo Patrimonial

O fundo patrimonial da Caixa, constituido por 50% do produto das taxas de classificação, registro e fiscalização de produtos agro-pecuários e pelo resultado das vendas de amostra para classificação e de gêneros de produção do Estado, elevou-se no exercicio findo a Cr$ 4.350.590,80.

2. Situação Econômica

Ao encerrar-se o balanço do exercício constatou-se a boa situação econômico-financeira em que se encontra a Caixa. O seu ativo realizável era de Cr$ 5.171.487,00 e mais uma disponibilidade de Cr$ 1.543.508,10, perfazendo um total de Cr$ 6.714.995,10, contra um passivo de Cr$ 2.449.500,09, indicando, assim, um superávit de Cr$ 4.265.495,10.

3. Conclusão

Operando através das Cooperativas registradas no Departamento de Assistência ao Cooperativismo, estendeu a Caixa a sua atividade a grande número de municípios, levando a ajuda do crédito, ao lado da ajuda mecânica feita pelo Departamento da Produção, ao pequeno agricultor.

O qudro abaixo especifica a distribuição feita.

FINANCIAMENTO EFETUADOS DURANTE O ANO DE 1954
Com fundos fornecidos pelo Banco do Brasil S/A

NOMES	EMPRÉSTIMOS	
	Número	Valor (Cr$)
Coop. de Crédito Agrícola de Alagoa Nova	69	299.000,00
Coop. Agrícola Mista de Alhandra	66	237.500,00
Coop. Agrícola Mista de Araçagí .	106	445.000,00
Coop. Agrícola Mista de Boa Vista	40	200.000,00
Coop. de Crédito Agrícola de Brejo		

do Cruz	51	208.000,00
Coop. Agrícola Mista de Cajazeiras	42	142.800,00
Coop. Agro-Pecuária de Caiçara ..	65	273.000,00
Coop. Agrícola Mista de Conceição .	116	403.300,00
Coop. de Crédito Agrícola de Cuité	69	399.000,00
Coop. de Crédito Agrícola de Cubati	71	293.000,00
Coop. Agro-Pecuária de Cuité .. .	52	349.000,00
Coop. Agrícola Mista de Fagundes	23	115.000,00
Coop. de Crédito Agrícola de Gurinhém	54	265.000,00
Coop. Banco Rural de Ingá Ilimitada	77	378.000,00
Coop. de Crédito Agrícola de Itaporanga	127	593.000,00
Coop. Agrícola Mista de Itatuba ..	82	390.000,00
Coop. de Crédito Agrícola de Juarez Távora	48	158.500,00
Coop. de Crédito Agrícola de Mamanguape	52	255.000,00
Coop. de Crédito Agrícola de Prin- Princesa Isabel	90	444.000,00
Coop. Banco Rural de Picuí	76	252.000,00
Coop. de Crédito Agrícola de Sapé	149	740.000,00
Coop. Agrícola Mista de Serraria.	108	471.000,00
Coop. Agrícola Mista de Serra Redonda	89	445.000,00
Coop. de Crédito de Souza	37	185.000,00
Coop. Agrícola Mista de São Boaventura	43	215.000,00
Coop. de Crédito Agrícola de Tapcroá	226	378.920,00
Coop. Agrícola Mista de Tavares.	28	140.000,00
TOTAL	2.053	8.675.620,00

COM FUNDOS PRÓPRIOS

NOMES	EMPRÉSTIMOS	
	Número	Valor (Cr$)
Coop. Agro-Pecuária de Cuité	11	90.000,00
Coop. de Crédito Agrícola de Monteiro	129	149.070,00
Coop. de Crédito Agrícola de Santa Luzia	43	182.500,00

Coop. Agrícola Mista de Serraria	13	64.000,00
Coop. de Crédito Agrícola de Esperança	10	50.000,00
TOTAL	206	536.170,00

Para o corrente exercício já foi encaminhada ao Banco do Brasil S.A um pedido de financiamento, que corre os trâmites para próxima solução.

CAPÍTULO DÉCIMO

SERVIDORES PÚBLICOS

O Departamento do Serviço Público, órgão encarregado do contrôle das atividades do funcionalismo, apresentou elevada contribuição no exercício de que se ocupa esta Mensagem, para aperfeiçoamento do Serviço Público e o atendimento, pelo Govêrno, das reivindicações dos servidores do Estado, promovendo estudos que serviram de orientação no encaminhamento das medidas legislativas levadas a efeito.

I — PESSOAL

Durante o ano de 1954 prestaram serviço ao Estado 6.595 servidores: 3.094 funcionários e 3.501 extranumerários.

O quadro a seguir publicado indica a distribuição dêsses servidores pelas diversas categorias.

1. Funcionários

a) Segundo as condições de exercício

Efetivos	homens	1.151	mulheres	962
Interinos	homens	554	mulheres	396
Comissionados	homens	28	mulheres	3

b) Segundo a jurisdição funcional

Na Capital	homens	923	mulheres	604
No Interior	homens	792	mulheres	691
Em outra unidade federada	homens	3	mulheres	5

c) Segundo os setôres da administração

Administração Geral	homens	54	mulheres	45
Saúde Pública	homens	143	mulheres	123
Educação	homens	169	mulheres	1.084
Obras Públicas	homens	106	mulheres	7
Agricultura	homens	38	mulheres	4
Justiça	homens	271	mulheres	24
Polícia Civil	homens	424	mulheres	3
Outros setôres	homens	552	mulheres	38

d) Segundo o vencimento mensal

Até 900 cruzeiros	homens	517	mulheres	700
De 901 a 1.000	homens	133	mulheres	143
De 1.001 a 1.200	homens	93	mulheres	198
De 1.201 a 1.400	homens	276	mulheres	130
De 1.401 a 1.600	homens	139	mulheres	67
De 1.601 a 1.800	homens	57	mulheres	25
De 1.801 a 2.000	homens	126	mulheres	10
De 2.001 a 2.200	homens	62	mulheres	3
De 2.201 a 2.400	homens	31	mulheres	3
De 2.401 a 2.600	homens	21	mulheres	10
De 2.601 a 2.800	homens	8	mulheres	1
De 2.801 a 3.000	homens	18	mulheres	1
De 3.001 a 3.500	homens	56	mulheres	17
De 3.501 a 4.000	homens	54	mulheres	1
De 4.001 a 4.500	homens	24	mulheres	—
De 4.501 a 5.000	homens	22	mulheres	—
De 5.001 e mais	homens	108	mulheres	—

2. Extranumerários

a) Segundo as condições de exercício

Contratados	homens	119	mulheres	44
Mensalistas	homens	375	mulheres	2.006
Diaristas	homens	654	mulheres	303

b) Segundo a jurisdição funcional

Na Capital	homens	653	mulheres	707
No Interior	homens	324	mulheres	1.645
Em outra Unidade Federada	homens	—	mulheres	1

c) Segundo os setôres da administração

Administração Geral	homens	141	mulheres	57
Saúde Pública	homens	124	mulheres	191
Educação	homens	227	mulheres	2.054
Obras Públicas	homens	165	mulheres	40
Agricultura	homens	197	mulheres	19
Justiça	homens	2	mulheres	2
Outros setôres	homens	296	mulheres	49

d) Segundo o salário mensal (Cr$)

Até 600 cruzeiros	homens	421	mulheres	2.328
De 601 a 900	homens	315	mulheres	115
De 901 a 1.000	homens	74	mulheres	5
De 1.001 a 1.200	homens	53	mulheres	4
De 1.201 a 1.400	homens	33	mulheres	—
De 1.401 a 1.600	homens	17	mulheres	—
De 1.601 a 1.800	homens	13	mulheres	—
De 1.801 a 2.000	homens	1	mulheres	—
De 2.001 a 2.200	homens	—	mulheres	—
De 2.201 a 2.400	homens	2	mulheres	—
De 2.401 a 2.600	homens	7	mulheres	1
De 2.601 a 2.800	homens	—	mulheres	—
De 2.801 a 3.000	homens	34	mulheres	3
De 3.001 e mais	homens	98	mulheres	2

II — MOVIMENTAÇÃO

Verificou-se em 1954, a seguinte movimentação de pessoal:

1. Funcionários

a) Ingresso

Em caráter efetivo	26
Interinamente	166
Em comissão	12

b) Vacância

Exonerações	(a pedido	50
	(a critério do Govêrno	18
Demissões	(por abandono de cargo	4
	(Em virtude de processo	5
Aposentadorias		90
Falecimento de funcionários		3

c) Promoções, segundo as carreiras

Agrônomo	10
Agente Fiscal	55
Fiscal de Rendas	6
Inspetor Tecnico	11
Assessor Administrativo	3
Oficial Administrativo	22

Escriturário 44
Auxiliar de Escritório 62

2. Extranumerários

a) Ingresso

Admissões .. .. ..) (de Contratados 64
de Mensalistas 407
de Diaristas 95
(de Tarefeiros .... —
Readmissões 6

b) Vacância

Dispensa .. ..) (de Contratados 10
de Mensalistas 100
de Diaristas 35
(de Tarefeiros .... —
Aposentadorias 24
Falecimento de servidores 5

c) Melhorias de salário, segundo as séries funcionais

1 Auxiliar de Serviço de 11 para 13 (Referências)
1 " " " " 15 para 17
1 " " " " 10 para 11
1 " " " " 9 para 10

1	Auxiliar de Serviços de	8 para	9
1	Servente de	3 para	6
1	Servente-Porteiro de	2 para	4
1	Auxiliar de Escrita de	VI para	VII
2	Auxiliares de escrita de	IV para	VI
1	Datilógrafo de	IV para	VI
3	Datilógrafos de	II para	IV
2	Praticantes de Escritório de	II para	III
3	Praticantes de Escritório de	I para	III
1	Contabilista Auxiliar de	VIII para	X
1	Arquivista de	III para	IV
1	Praticante de Escritório de	III para	VIII
1	Praticante de Escritório de	IV para	V

III — LICENÇAS CONCEDIDAS

O total de licenças concedidas durante o ano foi de 1.341, assim especificadas:

1. A funcionários

Para tratamento de saúde	571
A funcionária gestante	104
Para tratamento de pessoas da familia	2
Para tratamento de interêsses particulares	4
Licença especial	70

2. A extranumerários

Para tratamento de saúde	352
A funcionária gestante	228
Para tratamento de pessoa da família	1
Para tratamento de interêsses particulares	—
Licença especial	9

IV — REESTRUTURAÇÕES

Promoveu o D.S.P. estudos para a reestruturação de diversas carreiras, que posteriormente foram transformados em Lei.

Foram as seguintes as reestruturações providenciadas:

1. Cargos criados, segundo as carreiras

CARREIRA DE ME'DICO — Lei nº. 1.041, de 2.4.1954: 5 cargos na classe S; 5 cargos na classe R; 3 cargos na classe Q e 5 cargos na classe P.

CARREIRA DE GUARDA-SANITA'RIO — Lei 1.041, de 2.4.1954: 2 cargos na classe F e 2 cargos na classe G.

CARREIRA DE ATENDENTE — Lei nº. 1.041, de .... 2.4.1954: 1 cargo na classe D; 1 cargo na classe E; 3 cargos na classe F e 2 cargos na classe G.

CARREIRA DE EDUCADORA-SANITA'RIA — Lei nº. 1.041, de 2.4.1954: 1 cargo na classe E e 1 cargo na classe F.

CARREIRA DE TE'CNICO DE LABORATO'RIO — Lei nº. 1.041, de 2.4.1954: 1 cargo na classe I.

CARREIRA DE ASSESSOR ADMINISTRATIVO — Lei nº. 1.041, de 2.4.1954: 5 cargos na classe M; 10 cargos na classe L; 20 cargos na classe K.

Foram ainda criados

a) pela Lei nº. 1.073, de 12.11.1954, um cargo de Delega-

do Especial padrão P, na Delegacia Especial de Vigilância Geral e Costumes;

b) pela Lei nº. 1.095, de 29.11.1954, um cargo de Diretor da Divisão de Medidas e Orientação Educacional, padrão N;

c) pela Lei nº. 1.104, de 10.12.1954, 69 cargos padrão N, nos Colégios Estaduais de João Pessoa e Campina Grande;

d) pela Lei nº. 1.126, de 28.12.1954, um cargo de Porteiro padrão G e um cargo de Bibliotecário-Arquivista padrão K, na Secretaria do Tribunal de Justiça.

2.Carreiras reestruturadas

a) Por Lei nº 1.041, de 2.4.1954

ASSESSOR ADMINISTRATIVO: 5 cargos da classe M; 10 cargos da classe L e 20 cargos da classe K;

OFICIAL ADMINISTRATIVO: 10 cargos da classe J; 20 cargos da classe I e 30 cargos da classe H;

ESCRITURA'RIO: 15 cargos da classe G; 25 cargos da classe F e 35 cargos da classe E;

AUXILIAR DE ESCRITO'RIO: 40 cargos da classe D, 50 cargos da classe C e 60 cargos da classe B;

ME'DICO: 8 cargos da classe S; 10 cargos da classe R; 12 cargos da classe Q; 20 cargos da classe P e 30 cargos da classe O;

GUARDA-SANITA'RIO: 10 cargos da classe H; 22 cargos da classe G; 32 cargos da classe F e 36 cargos da classe E;

ATENDENTE: 7 cargos da classe G; 18 cargos da classe F; 26 cargos da classe E; 36 cargos da classe D e 42 cargos da classe C;

EDUCADORA SANITA'RIA: 5 cargos da classe G; 11 cargos da classe F; 16 cargos da classe E e 18 cargos da classe D;

TE'CNICO DE LABORATO'RIO: 2 cargos da classe K; 5 cargos da classe J e 5 cargos da classe I.

b) Por Lei nº 1.119, de 28.12.1954

A carreira de Professor (primário) ficou assim reestruturada: 40 cargos da classe G; 60 cargos da classe F; 100 cargos da classe E; 300 cargos da classe D e 880 cargos da classe C.

Pela Lei nº 1.126, de 28.12.1954 os ocupantes dos cargos de Oficial Administrativo, classes L, K, J, I, H e de Es-

criturário, classes G, F, e E, passaram a ocupar, respectivamente, os cargos de Oficial Judiciário, classes O, N, M, L e K e Auxiliar Judiciário, classe J, I e H, do Quadro do Pessoal do Tribunal de Justiça.

3. Dos funcionários

Cargos que tiveram elevação de padrões, segundo as carreiras, a especificar por número:

Procurador Fiscal — Lei nº 1.042, de 3.4.1954

Consultor Jurídico — Lei nº 1.057, de 10.6.1954

Assistente Técnico do Departamento da Fazenda — Lei nº 1.066 de 1.9.1954.

Inspetor da Divisão de Fiscalização e Inspeção do Departamento da Fazenda — Lei nº 1.120, de 28.12.54.

Inspetor da Polícia Marítima e Aérea, do Departamento da Polícia Civil — Lei nº 1.120, de 28.12.1954.

V — CURSO DE APERFEIÇOAMENTO

Com a preocupação de melhorar o nível intelectual dos servidores, foram realizados dois cursos de aperfeiçoamento nos quais se inscreveram 174 alunos e mereceram aprovação 16, de conformidade com a distribuição abaixo:

a) Servidores inscritos, segundo as matérias ministradas

Português	47
Matemática	36
Prática de Administração	8
Estatística	36
Datilografia	10
Contabilidade Pública	16
Direito Fiscal	21

b) Alunos aprovados, segundo as matérias ministradas

Português	10
Matemática	5
Prática de Administração	7
Estatística	8
Datilografia	6
Contabilidade	6
Direito Fiscal	4

VI — EXPEDIENTE

Os dados a seguir indicam o expediente do D.S.P., onde

se devem destacar exposições de motivos, pareceres, portarias expedidas sôbre assuntos de interêsse para a administração e boa marcha do Serviço Público.

Exposições de Motivos	29
Pareceres	1.241
Portarias	19
Ofícios expedidos	2.607
Circulares expedidas	2
Telegramas expedidos	20
Certidões concedidas	2.173
Contagens de tempo	1.661
Processos preparados	1.315

VII — SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

Atividades

Ofícios recebidos	27
Ofícios expedidos	58
Petições entradas	927
Certidões fornecidas	899
Tempo de serviço levantado	940

VIII — MELHORIAS CONCEDIDAS AO FUNCIONALISMO

O funcionalismo público do Estado tem merecido do atual Govêrno a melhor das atenções. Transcorridos três anos do primeiro reajustamento geral dos seus vencimentos, que importou no acréscimo de cêrca de Cr$ 25.600.000,00 à despêsa do pessoal, verificou-se a necessidade de fazer novos estudos para readaptar o nível dos padrões burocráticos às contingências atuais. Desta vez o trabalho foi mais volumoso e, conseqüêntemente, mais avultada a despêsa decorrente dessas providências que atingiram a quase totalidade do funcionalismo. A despêsa anual decorrente dos aumentos concedidos com a Lei nº 1.163, de 17.3.1955, atingiu a Cr$ 40.217.020,00; a despêsa com a criação e aumento de padrões para a Magistratura e o Ministério Público ascendeu a Cr$ 3.788.000,00 e, finalmente, o Abono de Natal custou ao Estado a importância de Cr$ 3.425.170,00.

Além desses benefícios, vale mencionar as vantagens concedidas aos servidores do Estado com o financiamento concedido à Cooperativa Mista dos Servidores Públicos, no valor de Cr$ 500.000,00, de acôrdo com o Decreto nº 711, de 21 de outubro de 1954, o que permitiu a aquisição de maquinaria para suas atividades e de gêneros de primeira necessidade para ser fornecido a preços mais baixos.

IX — MATERIAL

No exercicio de 1954 a Divisão do Material atendeu a 569 requisições das diversas repartições e serviços, tendo realizado 226 concorrência, sendo 4 qúblicas e 222 administrativas. Procedeu, ainda, a Divisão, a três coletas de preços e 1.288 pedidos de fornecimento, dos quais 1.262 expedidos e 26 cancelados.

As compras cfetuadas atingiram a Cr$ 1.194.685,60, de acôrdo com a discriminação abaixo:

a) Govêrno do Estado

Secretaria do Govêrno	27.641,80
Departamento do Serviço Público	44.931,00
Departamento Estadual de Estatistica	20.851,00
Departamento de Classificação de P. Agro-Pecuários	182.916,00
Departamento de Serviço Social	9.898,00

b) Secretaria do Interior e Segurança Pública

Gabinête do Secretário	27.659,10
Departamento de Policia Civil	23.852,00
Polícia Militar	16.110,00
Departamento de Publicidade	21.287,00
Junta Comercial	2.695,00

c) Secretaria de Educação e Saúde

Gabinête do Secretário	27.598,50
Departamento de Educação	48.408,00
Colégio Estadual da Paraíba	40.253,50
Faculdade de Filosofia da Paraíba	6.022,00
Biblioteca Pública	8.734,00
Departamento de Saúde	5.181,00

d) Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas

Gabinête do Secretário	10.615,00
Departamento da Produção	497.593,00
Departamento de Assistência ao Cooperativismo	6.499,20
Departamento de Obras Públicas	101.506,00

e) Secretaria das Finanças

Serviço de Administração	47.333,50

Departamento da Fazenda	13.105,00
Contadoria Geral	390,00
Procuradoria Fiscal	1.243,50
Procuradoria do Dominio do Estado	3.262,50

X — LEIS E DECRETOS QUE BENEFIARAM O FUNCIONALISMO

Em 1954, várias leis referentes ao funcionalismo foram baixadas, destacando-se:

1.006, de 30.12.1954 — Fixa o salário-esposa previsto no parágrafo único do artigo 134, da lei 952, de 5.11.1953.

1.065, de 14.7.1954 — Restabelece matéria vetada na lei nº 952, de 5.11.1953, que dispõe sôbre o Estatuto dos Funcionários.

1.074, de 12.11.1954 — Inclui dispositivo na lei 952, de 5.11.1953 (Estatuto dos Funcionários) — Assegurou ao funcionário que permanecesse na atividade de após 35 anos, a percepção de 20% sôbre os seus vencimentos.

1.084, de 19.11.1954 — Dispõe sôbre a concessão de estabilidade e dá outras providencias.

1.085, de 19.11.1954 — Regula aposentadoria (Tabeliães e Escrivães).

1.112, de 27.12.1954 — Concede abono aos servidores públicos estaduais, ativos e inativos e dá outras providências.

1.118, de 27.12.1954 — Concede gratificação aos oficiais e praças do Serviço de Saúde da Policia Militar do Estado e da outras providências.

1.125, de 28.12.1954 — Cria padrões de vencimentos, fixa os vencimentos da Magistratura, da Justiça Militar do Estado as seguintes:

XI — PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 1955

Várias providências foram determinadas pela administração neste primeiro período do corrente exercício, com referência aos servidores do Estado, sendo de ressaltar a que lhes concedeu aumento de vencimento, quer aos civis, quer aos militares, iniciativa a que foi levado o Govêrno em face do desiquilibrio entre a remuneração e o custo de vida. Foram as seguintes:

1. Promoções

Carreira de Estatístico, 9; carreira de Motorista, 9; carreira de Estatistico-Auxiliar, 11.

2. Criação de cargos

Lei 1.132, de 29.1.1955 — Cria cargos e funções gratificadas na Faculdade de Odontologia da Paraíba e dá outras providências. (14 cargos de Professor Catedrático, padrão "O").

Lei 1.152, de 4.3.1955 — Revoga dispositivo do decreto-lei 477, de 29.9.1943, e dá outras providências. (Prover em caráter efetivo os cargos de Auditor, Promotor e Advogado de Ofício da Justiça Militar).

Lei 1.157, de 16.3.1955 — Extingue funções e cria cargos no Quadro Permanente do Estado e dá outras providências. (Cargos: Diretor da Divisão de Receita e Diretor da Divisão de Despêsa do Departamento da Fazenda).

Lei 1.168, de 28.3.1955 — Cria cargos e funções gratificadas na Secretaria de Educação e Saúde e dá outras providências. (14 cargos de Professor padrão G, da Escola Modêlo)

Lei 1.172, de 28.3.1955 — Cria cargos na Secretaria de Educação e Saúde e dá outras providências. (55 cargos de Orientador Educacional).

Lei 1.173, de 28.3.1955 — Cria quatro cargos de Professor, padrão G. (Escola Profissional Presidente João Pessoa).

Lei 1.188, de 1.4.1955 — Cria no Quadro Permanente do Estado, a carreira de Auxiliar de Enfermagem.

1.193, de 2.4.1955 — Extingue a Série Funcional de Enfermeiras Obstétricas e cria a carreira de Atendente Obstétrica.

1.205, de 6.4.1955 — Divide o Estado em três regiões, cria Delegacias Regionais do Ensino e extingue cargos e funções. (Cria 3 cargos de Delegados Regional do Ensino padrão N).

3. Dotação de cargos

Lei 1.185, de 29.3.1955 — Dota cargos de Delegado Regional de Areia e Guarabira.

Foram dotados, ainda: 5 cargos da classe D e 10 cargos da classe C, da carreira de Guarda Civil; 4 cargos da classe D, 5 da classe C e 26 cargos da classe B, da carreira de Contínuo; 1 cargo da classe H e 1 cargo da classe G, da carreira de Estatístico Auxiliar; 1 cargo da classe E, da carreira de Arquevista e 1 cargo de Tesoureiro do Departamento de Serviço Social.

No artigo 2º da mencionada lei foram reclassificados diversos cargos do Quadro Permanente do Estado, inclusive os de direção.

4. Benefícios ao funcionalismo

Lei 1.138, de 3.2.1955 — Dispõe sôbre a aposentadoria aos 28 anos de serviço. (Aos motoristas).

Lei 1.140, de 3.2.1955 — Concede vantagens aos funcionários portadores dos certificados de cursos ministrados pelo Departamento de Saúde. (Efetivação).

Lei 1.143, de 8.2.1955 — Fixa a gratificação dos escrivães do Juri e do Crime.

Lei 1.166, de 26.3.1955 — Dispõe sôbre tempo de serviço da Polícia Militar do Estado. (Contados, para percepção de adicionais o tempo dobrado de serviço em campanha).

Lei 1.186, de 1.4.1955 — Estende aos Guardas-Civis, Inspetores de Trânsito, Investigadores de Polícia, Carcereiros, Guardas-Presídio e a funcionários da Colônia Getúlio Vargas, os benefícios da lei 876, de 30.1.1953. (Na contagem de tempo para aposentadoria, atingidos 10 anos serão acrescidos de 1).

Decreto 751, de 2.2.1955 — Altera o pagamento de diárias e ajudas de custo de que trata o decreto 242, de 30.8.1950. (Percepção das diárias superiores às constantes da tabela anexa ao referido decreto).

Lei 1.163, de 17.3.1955 — Aumenta vencimentos de funcionários civis, dos oficiais e praças da Polícia Militar do Estado, salários dos extranumerários, cria, extingue, reestrutura e dota cargos isolados e de carreira e dá outras providências.

5. Criação de cargos

2 cargos de Merceologista padrão M, lotados, 1 na Colônia Getúlio Vargas e outro no Departamento de Saúde; 1 cargo de Secretário do Colégio Estadual de João Pessoa, padroã N; 1 cargo de Datiloscopista, padrão F, lotado no Instituto de Polícia Técnica; 1 cargo de Fiscal do Patrimônio do Estado, padrão L; 1 cargo de Diretor de Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento, padrão Q, lotado no D.S.P.; 1 cargo de Técnico de Mecanização padrão N, lotado na Secretaria das Finanças, todos isolados de provimento efetivo. Nas carreiras abaixo discriminadas foram criados os seguintes cargos: 1 cargo de Almoxarife classe I, 2 cargos de Arquivista, classe G, 4 cargos de Contabilista, classe G; 10 cargos de Fiscal de Trânsito, classe E; 10 cargos de Guarda

Civil, classe E; 10 cargos de Investigador, classe E; 3 cargos de Motoristas, classe H.

Foi criado ainda o Quadro do Pessoal dos Gabinête Civil e Militar do Governador.

6. Reestruturação de carreiras

As carreiras a seguir ficaram assim reestruturadas: AGRÔNOMOS, 3 cargos da classe S; 2 cargos da classe R; 2 cargos da classe Q; 6 cargos da classe P; 6 cargos da classe O. ESTATÍSTICO: 2 cargos da classe M; 2 cargos da classe L; 2 cargos da classe K; 3 cargos da classe J e 5 cargos da classe I. ESTATÍSTICO AUXILIAR: 2 cargos da classe H; 3 cargos da classe G; 4 cargos da classe F; 5 cargos da classe E e 10 cargos da classe D.

As carreiras de Atendente, Educandora Sanitária, Guarda Sanitário e Técnico de Laboratório voltaram a ter a seguinte estrutura: Atendentes classes A, B, C, D, e E; Educadora Sanitária: B, C, D e E; Guarda Sanitário: classes: C, D, E e F; Técnico de Laboratório classes: G, H e I.

A carreira de Dentista ficou também reestruturada dêste modo: 2 cargos de classe Q; 2 cargos de classe P; 4 cargos da classe O (3 vagos); 6 cargos da classe N (1 vago); e 16 cargos da classe M.

XII — O FUNCIONALISMO E AS PROMOÇÕES

As vantagens concedidas aos servidores públicos pela Lei nº 1.163, de 17 de março dêste ano, não se limitaram a aumento de vencimentos e reestruturação de cargos e carreiras. Com efeito, além dêstes e outros benefícios, trouxe a mencionada Lei a muitos funcionários a oportunidade de uma promoção.

Fazia anos que não se processavam promoções dentro de várias carreiras, porque os seus quadros não apresentavam claros suficientes. Assim acontecia, por exemplo, aos Almoxarifes e Arquivistas, cujas últimas promoções datam do ano de 1946. Não era muito diferente a sorte dos Fiscais de Trânsito, imobilizados nas suas letras desde 1949, bem como a situação dos Investigadores e Guarda-Civis, a contar de 1953.

A tôdas as classes dêsses servidores o atual Govêrno assegurou a oportunidade de novos acessos, já dotando cargos vagos, já acrescentando uma letra ao ápice da carreira. Tudo foi feito no sentido de que os funcionários in-

tegrantes dos quadros mais numerosos e modestos tivessem garantida a melhoria periódica de suas condições.

Recentemente foram promovidos 9 Motoristas e 11 Estatísticos-Auxiliares, o que não se verificava desde 1953, além de 57 Contínuos.

No Departamento do Serviço Público já estão em preparo outras promoções, tais como de Almoxarifes, Arquivistas, Fiscais de Trânsito, Guardas-Civis, Investigadores, Contabilistas e Contabilistas-Auxiliares

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO

SERVIÇO SOCIAL

I — ATIVIDADES

Durante o ano de 1954, o Departamento do Serviço Social do Estado preencheu, tanto quanto possível, as finalidades para que foi criado. Numa ação conjunta com entidades assistenciais particulares e oficiais, procurou o D. S. S. atender à complexidades dos problemas que se apresentaram, desafiando a precariedade de recursos, não só materiais como de pessoal especializado para a execução das suas tarefas. Essa última contingência constituiu, sem dúvida, o maior dos entraves a um programa de ação, de que pudesse resultar melhor soma de benefícios para a comunidade. A alta vertiginosa verificada nos gêneros de primeira necessidade, elevando de maneira assustadora o custo de vida, determinou dificuldades de ordem econômica às famílias menos favorecidas, o que aumentou, de muito, o número daqueles que recorreram ao D.S.S. procurando uma solução para os seus angustiantes problemas econômicos. Sòmente os desajustados nessas condições, que se multiplicaram às centenas e encontraram na ação do D. S. S., quando não uma ajuda total, pelo menos um lenitivo, podem aquilitar a extensão dos benefícios que o Estado levou à população atingida por dificuldades de todo o gênero. Muitos tuberculosos tiveram garantida a sua medicação; casebres em ruínas foram recuperados pela turma de operários que durante tôdo o ano prestou seus serviços ao D. S. S., casas e mais casas de palhas foram cobertas; doentes e mais doentes foram hospitalizados e voltaram sadios aos lares, nos mais distantes pontos do Estado; muitos doentes dos olhos receberam óculos; estudantes pobres puderam concluir os seus estudos pela ajuda oportuna que lhes foi proporcionada; crianças tiveram acolhimento durante todo o ano nas escolas reunidas do Núcleo da Rua Diôgo Velho; menores transviados foram internados na Colônia Agrícola de Pindobal e desamparados, no Abrigo Jesús de Nazaré; centenas de moças de diversos bairros conseguiram, nos Cursos de Corte e Costura, Culinária, Puericultura e Trabalhos Manuais, profissão segura e rendosa, de par com boa orientação para a vida familiar. Milhares de metros de tecidos foram doados aos pobres. Passagens marítimas foram fornecidas em casos de extrema necessidade,

O Departamento abriu as suas portas, possibilitando campos de estágio às alunas da Escola de Serviço Social. A despeito do volume de atividades na Capital e apesar de não ter sido possível, ainda, objetivar o seu programa de cobertura de todos os municípios com a instalação de novas unidades, o Departamento já está presente e repete a mesma ação em várias cidades, como Campina Grande, Areia, Guarabira e vila de Cabedêlo, e vem desenvolvendo-se em Bananeiras e Mamanguape. Mais do que palavras fala a eloqüência dos números.

II — MOVIMENTO DE ASSISTIDOS

O número de assistidos atendidos nos diversos setôres de trabalho do Departamento excedeu a 35.000, sendo de mencionar que só o Albergue do S. S. do Estado internou durante o ano 2.320 pessoas.

Foram cobertas 222 casas, fornecidas 1.881 passagens de trens, não só para dentro do Estado como para os vizinhos do norte e do sul. O Departamento proporcionou, durante o ano, auxílio a 495 famílias, de forma permanente, em face de casos impossíveis de serem reajustados. Só com essa natureza de auxílio o Estado dispendeu a importância de Cr$ 468.000,00. Foram fornecidas 1.309 receitas com medicamentos os mais diversos, resolvendo situações difíceis no seio de muitas famílias, tendo sido dispendida, só com êsse tipo de auxílio, a importância de Cr$ 40.814,30. Os auxílios transitórios, para amenizar situações de urgência, beneficiaram mais de 25.000 pessoas. Quinze casas receberam grandes consertos, alguns dos quais redundando em verdadeiras reconstruções. Entre as beneficiadas, acham-se as seguintes: Rua Padre Rolim, 50, Rua Des. Pinho, 241, Av. 4 de Outubro, 797; Av. da Pedra, 738; Rua Xavier Júnior, 187; Av. José Tavares, 357; Rua Xavier Júnior, 193; Av. da Pedra, 764; Av. da Redenção, 531; Av. Aragão e Melo, 745; Rua Barão de Mamanguape, 316; Rua Feliciano Dourado, 623, 629, 705 e 711; Av. Carneiro da Cunha, 231; Rua Geminiano da Franca, 211; além de socorros prestados, quando da ocorrência de incêndios, na recomposições das habitações desfeitas pelo fogo.

III — O NÚCLEO DA DIOGO VELHO

O núcleo de S. S. da Rua Diogo Velho teve mais um exercício cheio de trabalho, com elevado rendimento. Foram entregues os seguintes certificados às alunas que concluiram os seus cursos.

Corte e Costura 116
Arte Culinária 79
Flores 6
Bordado à máquina 12

TOTAL 213

Nos cursos de alfabetização foram matriculadas 454 crianças de ambos os sexos. Foram fornecidos 61.153 copos de leite, igual número de pratos de sopa e 47.393 merendas, além de 160 roupas para crianças, 59 pares de sapatos e ainda farta distribuição de brindes, durante a passagem do Natal. Nos clubes do núcleo da Diogo Velho foram proporcionadas aulas de Puericultura, Educação Doméstica, Formação Familiar e Educação Moral e Cívica, num começo promissor de serviço da comunidade.

Em Cabedêlo grande foi o rendimento do S. S. e inestimável a colaboração recebida da Escola de Serviço Social da Paraiba, cuja Diretoria não poupou esforços no sentido de uma atuação altamente eficiente, o que permitiu a objetivação de uma experiência nova, que veio valorizar as atividades do D.S.S., naquele campo de ação.

Os cursos de Corte e Costura do D.S.S. em Cabedêlo diplomaram 79 costureiras; o Núcleo amparou mais de duas centenas de desajustados, realizou auxilios diversos, além do intenso movimento dos clubes de noivas, donas de casa, mães, como da diplomação de 50 jovens auxiliares do Serviço Paroquial de Cabedêlo.

O Abrigo de Menores Jesus de Nazaré apresentou, no ano de 1954, resultado que excedeu, de muito, a capacidade se suas instalações. Estiveram internadas 252 crianças, além de 120 acolhidas na creche. A Irmã Diretora, apesar de ligeiras perturbações do estado sanitário do estabelecimento, no correr do ano, realizou as festividades do Natal com uma criançada feliz e sadia.

Os núcleos de Serviços Social da Ilha Indio Piragibe, Mandacarú, Jaguaribe e Varjão funcionaram com tôda regularidade, sendo grande o movimento de alunas que freqüêntaram os seus cursos de mulheres que utilizaram as suas máquinas na confecção de roupas destinadas à familia ou como trabalho remunerado ajudaram na manutenção dos lares.

IV — NÚCLEO DO INTERIOR

Como os Núcleos do S. S. do Interior, dispendeu o Estado a importância de Cr$ 686.600,00, sendo que, em Campina Grande gastou Cr$ 383.000,00. Dos Núcleos do interior destacou-se o de Campina Grande, não só pelo número de

casos individuais, como também pela contribuição à tentativa de serviço de grupo.

Os clubes funcionaram com regularidade e, no mês de setembro, foi diplomada uma turma de 92 jovens daquela cidade. O Núcleo do Departamento de S. S., na cidade de Areia, tem realizado um trabalho digno de nota. Atendeu a mais de 900 assistidos, tendo mais de 30 beneficiados permanentes. Auxílios a cobertura de casas para assistidos, distribuiu fazendas e medicamentos. Essa unidade desenvolveu interessante trabalho de grupo atraves dos seus clubes de mães, noivas e com os cursos de Corte e Costura, Trabalhos Manuais, Culinária e outros. Diplomou, no mês de novembro, 22 jovens e realizou uma grande exposição na sede do Grupo Escolar Álvaro Machado.

O Núcleo de Guarabira também teve um ano de louváveis empreendimentos, sôbretudo no campo da educação das jovens que freqüentaram os seus diversos cursos, tendo diplomado duas turmas de costureiras além de amparar a pobreza da progrissista cidade do Brejo.

V — O ALBERGUE

O Albergue do S. S. do Estado, localizado no bairro de Mandacarú, proporcionou grandes benefícios durante o ano de 1954, acolhendo 2.320 doentes providos dos pontos nos mais diversos do Estado e de Estados vizinhos, que ali não só receberam tratamento, como triagem, medicamentos e passagens de retôrno aos seus pontos de partida. O quadro abaixo dá uma demonstração do movimento dessa unidade do Departamento de S. S. do Estado.

Internou durante o ano, 2.320 pessoas, tendo socorrido e feito retornar aos seus pontos de origem 2.252.

Os doentes internados no Albergue, além dos de João Pessoa, em número de 238, procederam de:

Nova Cruz	258
Bananeiras	234
Guarabira	218
Caiçara	187
Mamanguape	164
Araruna	120
Campina Grande	118
Sapé	158
Espirito Santo	78
Ingá	66
Alagoa Grande	61
Pilar	58

Santa Rita	54
Alagoinha	23
Picuí	8
Serra Redonda	8
Itaporanga	2
Duas Estradas	8
Solânea	3
Recife	32

VI — ASSISTÊNCIA JURÍDICA

A Assistência Jurídica continua em franca atividade, sendo que no curso do período de que se cogita, entre soluções de caráter suasório e ações civis ajuizadas, atendeu a mais de 400 pessoas inclusive casos no interior do Estado.

VII — CINEMA EDUCATIVO

O Departamento manteve, com tôda regularidade, um serviço de Cinema Educativo, tendo realizado projeções semanais no Abrigo de Menores Jesús de Nazaré, no Albergue, nos Núcleos da Rua Dôgo Velho, Jaguaribe, Ilha do Bispo, Mandacarú, no Orfanato D. Ulrico, no Núcleo do S. S. de Cabedêlo, na Casa de Detenção e na Escola Presidente João Pessoa, de Pindobal.

Foram realizadas duzentas e quinze sessões cinematográficas, com uma assistência calculada de 30.000 pessoas. Os filmes projetados, uns cedidos pelo Serviço de Informações dos Estados Unidos, outros alugados nas Casas Mesbla e Novarel, todos rigorosamente escolhidos, em grande parte focalizando problemas de higiêne, educação organização da comunidade e serviço social.

VIII — A ESCOLA DE PINDOBAL

A Escola Profissional Presidente João Pessoa, atualmente sob a direção de uma técnica em Assistência Social, vem passando por acentuada transformação no setor educacional, de modo a melhor ajustá-la aos objetivos visados quando de sua instalação.

O Govêrno do Estado não tem poupado esforços no sentido de possibilitar venha o estabelecimento a preencher o seu papel de órgão recuperador da infância transviada.

Nesse sentido já se encontra em plena execução o seguinte programa de obras elaborado para elevar o nível educativo e de produtividade da Escola.

1.Programa de Obras

Criação de um quadro de professores, diplomados pela Escola de Formação de Professores;
— Nomeação de um Técnico Agrícola;
— Funcionamento do Serviço de Assistência Médica;
— Eletrificação das oficinas de carpintaria;
— Revisão do Serviço de Abastecimento dágua;
— Instalação de um Grupo Diesel de 130 H.P.;
— Instalação de nova prensa para a Casa de Farinha;
— Aquisição de novos colchões para o dormitório dos alunos;
— Aquisição de novas camas para a enfermaria;
— Aquisição de novos fardamentos;
— Aquisição de novos cobertores;
— Instalação de um Clube de Mães;
— Construção de pavilhões, forno e galpões da olaria;
— Organização de uma banda rítmica;
— Funcionamento semanal de cinema recreativo e educativo;
— Funcionamento de aulas de música e canto orfeônico;
— Construção de quatro casas de moradores;
— Aproveitamento de áreas cultiváveis;
— Entendimento com a Secção de Fomento Agrícola Federal para a execução de um plano conjunto de culturas das terras disponíveis;
— Consêrto geral das máquinas da alfaiataria;
— Aquisição de material para a sapataria;
— Funcionamento da padaria;
— Caiação e pinturas dos pavilhões da escola;
— Construção de uma cabine para a instalação do grupo Diesel;
— Construção de um pavilhão recreativo;
— Mudança do madeiramento do fôrro das Enfermarias;
— Entendimento com o Departamento de Educação para a fundação de Clubes Agrícolas;
— Organização de hortas particulares pelos funcionários e moradores da Colônia Agrícola com a instituição de prêmios;
— Estágio de funcionários da Escola, na Capital, junto a entidades sociais e instituições escolares;
— Realização de reuniões periódicas com os moradores da Colônia, funcionários, etc;
— Acompanhamento dos casos dos egressos da Escola Profissional com a concessão de documentos, passagens, emprêgos, etc.;
— Comunicação constante com as famílias dos internos.

No corrente ano várias medidas administrativas foram tomadas, inclusive de maior incentivo à agricultura e de reforma da rêde elétrica com aquisições de novos geradores.

2. Movimento

Foi o seguinte o movimento do estabelecimento:

a) Diversos

Alunos matriculados	256
Alunos desligados	68
Alunos existentes	188
Alunos matriculados no Curso Primário	162
Alunos em diversos campos de atividades	167
Carpintaria	13
Sapataria	4
Campos Agrícolas	22
Enfermaria	4
Refeitório	8
Capela	2
Almoxarifado	2
Cozinha	10
Secretaria	3
Serviços elétricos	2
Casa de Farinha	8
Horticultura	8
Estábulo	6
Pocilga	4
Padaria	2
Clube Esportivo	2
Olaria	4
Construção	8
Caiação e Pintura	6
Roupparia	2
Transportes	3
Alojamento	14
Limpeza em geral	22
Barbearia	3

b) Correspondência expedida

Ofícios	164
Telegramas	26
Cartas diversas	18
Cartas a famílias de alunos	604

c) Correspondência recebida

Ofícios	224
Telegramas	8
Cartas de famílias de alunos	209

d) Visitas recebidas

Famílias de alunos	86
Obras sociais	27
Embaixadas de estudantes	4
Embaixadas de professores	3

e) Visitas realizadas

No município de Mamanguape	8
A João Pessoa	1

f) Intercâmbio com entidades diversas

Médicas	5
Culturais	4
Recreativas	12
Religiosas	2
Operárias	2

g) Reuniões diversas

Com funcionários	24
Com lavradores	3
Com senhores	14
Com alunos chefes de grupos	48
Com alunos em geral	22

h) Atividades religiosas

1a. comunhão dos alunos	102
1a. comunhão dos filhos de lavradores	54
1a. comunhão dos filhos de funcionários	12
Missas festivas	5
Missas dominicais	18
Missas semanais	8

i) Programação cinematográfica e musical

Exibições cinematográficas	31
Programas musicais	22

j) Serviço Médico e Odontológico

O Serviço Médico do Departamento teve um movimento que excedeu o dos anos anteriores. Foram inscritas 3.710 pessoas, batidas 278 chapas radiográficas (filmes pagos pelo Departamento); tratados 665 doentes dos olhos; matriculados no Ambulatório Anti-Rábico, 187; encaminhados ao gabinête de Otorinolaringologia 278; realizados 370 exames de urina, 278 de fezes, 26 de sangue e 40 de escarro. No Ambulatório do Albergue do S. S. foram feitos 2.138 curativos Odontológico realizou durante o ano 275 extrações, além de pequenos curativos e abertura de abcessos.

IX — BARBEARIA

O Serviço de Cabeleiro e Barbeiro, que até 1953 ficava limitado ao Albergue, no corrente ano estendeu-se, também, à sede do Departamento, dando oportunidade a todo e qualquer assistido ao corte de cabêlo e barba.

X — COOPERAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS

Foi cada vez mais intensa a cooperação do Departamento com órgãos oficiais e particulares da Assistência Social. Entre êsses destacam-se a Organização das Voluntárias, cuja atuação, em nosso meio, tanto se tem feito notar, o Instituto São José, o Orfanato D. Ulrico, a Obra de Amparo ao Berço, o Preventório Eunice Weaver e o S. A. M.

XI — O MONTANTE DAS DESPÊSAS

A soma de benefícios proporcionados à comunidade só pôde ser levada a bom têrmo em face de despêsas de certo vulto, que aparecem fracionadas, como benefícios, mas, que, somadas, já constituem importância respeitável dispendida com o intuito de amenizar as dificuldades das classes menos favorecidas. Assim o D. S. S. aplicou as seguintes verbas:

Em Núcleos do interior do Estado ....Cr$	686.600,00
Em cobertura de casas	43.776,00
Em passagens	72.000,00
Com familias fichadas	468.000,00
Com auxílios de diversa natureza, como amparo a viúvas de familia numerosa; a espôsa abandonadas pelos maridos; despêsas fortuitas com casas incendiadas, restauração de habitações, fornecimento de roupas e apetrêchos de	

trabalho; assistência jurídica; enterramentos de indigentes; fornecimento de registros a escolares pobres; custeio de casamento; fornecimento de madeira de construção; tijolos, cal, cimento; transportes de mendigos apanhados na via pública 1.062.349,00
Com medicamentos 40.814,30

Com o Albergue do Serviço Social do Estado foi dispendida a importância de Cr$ 276.000,00.

Assim, o Estado, através do Departamento de Serviço Social, proporcionou, durante o ano de 1954, incalculável soma de benefícios às populações menos favorecidas.

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO

PREVIDÊNCIA SOCIAL

MONTEPIO DO ESTADO

I — MOVIMENTO FINANCEIRO

A promissora situação econômico-financeira dessa autarquia é devida ao apôio, e à colaboração do Govêrno, que vem procedendo, regularmente, ao recolhimento das contribuições e amortizações dos segurados e, ainda, atualizando aquelas que se encontravam retiradas no Tesouro do Estado e provenientes de administrações anteriores.

No ano 1954 o número de contribuintes atingiu a 9.248, sendo 4.609 homens e 4.639 mulheres, que concorreram para a tesouraria da instituição com uma contribuição (prêmio de seguro) no valor de Cr$ 5.397.483.70.

Foram beneficiadas 6.382 pessoas, sendo 5.244 prôponentes e 1.138 pensionistas.

À vista da análise do movimento financeiro das diversas carteiras pode-se constatar que o Montepio se tornou, nos últimos anos, um ativo colaborador do funcionalismo do Estado e de algumas Prefeituras nessa difícil conjuntura econômica por que atravessa o País.

O exercício financeiro foi encerrado com um saldo de Cr$ 3.616.146,00. A receita atingiu a Cr$ 21.266.969,90 para uma despêsa de Cr$ 17.650.823,90, na forma da seguinte demonstração:

1. RECEITA	CR$
Prêmio de seguro	5.397.483,70
Empréstimos ràpidos	1.878.872,60
Empréstimos a longo prazo	4.292.629,10
Amortização de seguro para compra de casa	2.743.454,40
Taxas e emolumentos	124.682,30
Juros de empréstimos rápidos	101.712,10
Vendas de casa a prazo	36.443,00
Devedores diversos	361.877,10
Vendas de terrenos a prazo	184.470,50
Aluguéis de próprios do M. E. P.	20.810,00
Empréstimos hipotecários	234.437,30
Juros de empréstimos a longo prazo	737.337,90

Credores diversos	3.928.744,80
Juros e vendas diversas	1.224.015,10
TOTAL	21.266.969,90

2.DESPÊSA	CR$
Empréstimos rápidos	1.948.267,00
Empréstimos a longo prazo	5.082.188,50
Amortização de seguros para compra de casa	40.239,90
Vendas de casa a prazo	20.529,20
Devedores diversos	685.579,70
Compra de terrenos	852.000,00
Empréstimos hipotecários	738.082,20
Móveis e utensilios	23.347,00
Casas construidas	2.318.543,00
Despêsas administrativas	1.171.149,00
Pensões	1.489.233,80
Auxilio funeral	18.000,00
Aposentadorias	90.918,00
Salário-família	65.972,60
Ampliações de casas	40.120,00
Credores diversos	3.062.069,00
Pecúlio	686,40
Despêsas com imóveis-utilidades do M.E.P	3.898,60
TOTAL	17.650.823,90
SALDO	3.616.146,00

Para melhor atendimento ao pequeno funcionário mais atingido pela crise, foi elaborado um programa de construção de casas populares, que vem sendo executado a contento.

A análise das atividades dos diversos setôres, confirma a afirmação inicialmente feita.

II — EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO

A carteira de Empréstimos a Longo Prazo, que vinha operando, nos anos de 1949 e 1950, com um movimento de Cr$ 2.126.841,30 e Cr$ 2.054.920,90, respectivamente, passou a atender aos associados com as seguintes cifras:

1951	Cr$	4.617.125,60
1952		3.790.517,00
1953		4.600.033,50
1954		5.057.555,40

Constata-se assim que, tomado por base o ano de 1950, os empréstimos para consumo se elevaram num percentual de 116%, alcançando o seu número, em 1954, a 1.334.

III — EMPRÉSTIMOS RÁPIDOS

No tocante aos empréstimos denominados "Rápidos", que eram reembolsados "in-totum", mensalmente, em virtude de uma modificação no nosso regulamento, aprovada por decreto do Govêrno do Estado, passaram a ser amortizados em dez prestações mensais e renovados de cinco em cinco meses. Essa medida, além de amenizar a bolsa dos associados, reduziu consideràvelmente as despêsas administrativas na respectiva carteira. O número de mutuários duplicou, havendo, por conseguinte, uma melhor distribuição dos empréstimos para atender com mais regularidade e com mais eficiência aos contribuintes do interior.

Êsses empréstimos atingiram a 3.325.

IV — PENSÕES

O pagamento de pensões vem se processando normalmente, se bem que o seu volume tenha crescido em proporções nunca dantes constatadas na instituição.

Tomando-se por base o ano de 1950, quando o M.E.P. dispendeu Cr$ 804.637,60, e a cifra de pagamento atual de Cr$ 1.706.512,60, verifica-se um percentual, a mais de 112%.

Cumpre salientar que, no presente exercício, por sugestão do Govêrno, procedeu-se ao reajustamento das pensões inferiores a Cr$ 200,00, medida que vem tendo a melhor repercussão entre os associados e que constituia velha aspiração.

V — CARTEIRA IMOBILIÁRIA

A evolução dos preços das locações ocasionou incessante procura de casa própria, forçando, no ano de 1954, a inversão, em imobilizações residenciais, de cifra superior a..... Cr$ 3.000.000,00.

Essa situação ditou a política do M.E.P. na atual administração, visando principalmente a construção de casas de tipo popular para o pequeno e modesto funcionário. No período compreendido entre 1951 a 1954 o M.E.P. dispendeu em imobilizações para seus associados a respeitável ci-

fra de Cr$ 7.066.341,50, assim distribuida segundo o número de construções:

UNIDADES

1951	20
1952	44
1953	54
1954	89

Cumpre ressaltar que no exercício em curso já foram dispendidos mais de Cr$ 1.000.000,00, com construções e aquisição de casas. Em março último o M.E.P. distribuiu 6 casas recém-construídas à Avenida Desembargador Bôtto, em ótima situação de confôrto e higiêne.

VI — AQUISIÇÃO DE TERRENOS

Durante o período de 1951 a 1954, a instituição dispendeu a importância de Cr$ 1.340.401,50 na aquisição de terrenos nesta Capital, para construção e venda aos associados.

VII — SITUAÇÃO PATRIMONIAL

O Patrimônio do M.E.P. atinge, no momento, aproximadamente, Cr$ 38.917.720,20, constatando-se uma elevação de 55,7% em relação à situação patrimonial no início da administração.

H I S T Ó R I C O

FINANCIAMENTO IMOBILIA'RIO

Casas Construídas
Casas residenciais .....
Casas compradas .....
Casas ampliadas .....
Terrenos para construções .....
TOTAL .....

EMPRE'STIMOS
Empréstimos rápidos .....
Empréstimos a longa prazo .....
Empréstimos hipotecários .....
TOTAL .....

BENEFÍCIOS
Pensões e auxílios ....
Abono de Natal a Pensionistas ....
TOTAL ....
PATRIMÔNIO ....

R E S U M O

Em 1951	12.901.188,20
Em 1952	13.740.056,80
Em 1953	12.509.115,00
Em 1954	15.594.767,30
TOTAL	54.745.127,30

VIII — PRÊMIOS DE SEGUROS

No ano de 1950, a receita de prêmios de seguros atingia a casa dos Cr$ 3.623.295,90, sendo que, para o corrente exercício, as previsões ultrapassam a casa dos ..... Cr$ 7.200.000,00, havendo um percentual de majoração, nessa receita, de 95,4%.

IX — DIVERSOS ÓRGÃOS DO M.E.P.

Durante o período de que se ocupa esta exposição funcionaram normalmente, e com eficiência, os órgãos da administração do M.E.P., compreendendo o Conselho Deliberativo e a Comissão de Tomada de Contas.

X — FUNCIONALISMO

O M.E.P. vem funcionando com estabilidade relativa no que diz respeito ao número de seus servidores, preocupando a administração evitar o mal do funcionalismo numeroso, improdutivo e oneroso aos cofres da instituição.

O Ambulatório que funciona no edifício sede do M.E.P., organizado para atender aos seus segurados, registrou o apreciável movimento adiante indicado, que vem depôr em favor de sua criação.

XI — MOVIMENTO DO AMBULATO'RIO

1. Assistência Médica

Matrículas novas	251
Comparecimento para consultas ou exames	1.707

2. Assistência Dentaria

Matriculas novas	171
Obturações definitivas	287
Extrações	571
Curativos	246
Pequena cirurgia e outros	826

XII — CONTRIBUIÇÕES ATRASADAS

Como já foi exporto acima, o Tesouro do Estado recolheu as contribuições atrasadas da administração anterior. No ano de 1954 foi recolhida à Tesouraria da instituição, pelo Govêrno, Cr$ 10.363.509,70. De 1 de janeiro de 1954 a fevereiro do corrente ano o Tesouro do Estado recolheu, de constribuições e amortizações relativas a exercícios anteriores a 1950, a importância de ..... Cr$ 1.019.722,80.

XIII — ATIVIDADES DIVERSAS

O quadro demonstrativo a seguir publicado, melhor evidencia, pela eloqüência de seus números, o que realizou a instituição.

Exercícios (Cr$)			
1951	1952	1953	1954
846.514,20	2.513.575,30	2.305.622,80	2.318.788,50
524.596,00	1.156.615,20	1.959.348,70	3.070.029,40
100.718,40	329.920,00	66.264,00	40.120,00
487.680,00	—	—	852.721,50
1.959.508,60	4.000.110,50	4.331.235,50	6.281.659,40
4.617.128,60	4.470.051,00	1.879.107,20	1.949.146,00
5.088.318,50	3.790.516,00	4.600.033,50	5.091.829,70
187.513,80	319.244,50	309.959,10	738.082,20
9.892.960,90	8.579.811,50	6.789.099,80	7.779.057,90
1.048.718,70	1.160.134,80	1.388.779,70	1.507.233,80
—	—	—	26.816,20
1.048.718,70	1.160.134,80	1.388.779,70	1.534.050,00
24.990.471,20	29.438.079,20	33.802.224,10	38.917.720,20

CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO

RELAÇÕES COM OS OUTROS PODÊRES

Manteve-se, dentro da linha tradicional a que se reservou, a conduta do Govêrno quanto à legalidade democrática, concorrendo para o funcionamento harmônico dos podêres do Estado e garantindo o exercicio normal dos direitos individuais.

I — COM PODER JUDICIA'RIO

As boas relações com o Poder Judiciário, mantidas pelo Executivo, teve sua manifestação mais destacada com o Tribunal Regional Eleitoral, por ocasião das últimas eleições, em face dos entendimentos mantidos visando a normalidade do pleito. Foi êsse acontecimento civico que, mais uma vez, demonstrou o gràu de educação politica do povo paraibano e a atitude do Govêrno primando por assegurar um clima de garantias, onde cada cidadão pôde manifestar livremente a sua preferência.

II — COM O PODER LEGISLATIVO

Com o Poder Legislativo, o reflexo dessa politica de harmonia pode bem ser ajuizado pelo acêrvo de proposições de origem governamental, indispensável ao progresso do Estado e à execução do plano de trabalho da administração, votadas pelo órgão legislativo.

III — PROJETO ENVIADOS AO LEGISLATIVO

1. Diplomas sancionados

No período a que se refere esta exposição foi realmente intensa a ação legislativa, sendo de destacar os diplomas em seguida relacionados, constribuição do Poder Executivo para solução e encaminhamento dos problemas da administração:

Nº DO PROJETO	EMENTA	Nº e Data da Lei
207/53	Autoriza o Govêrno do Estado a doar terreno ao Banco de Leite Humano, de Cruz das Armas	1.038, de 2|4|54
7|54	Autoriza o Govêrno do Estado a	

prestar fiança a Caixa de Crédito Mobiliário da Paraíba .... 1.055, de 5|5|54
49|53 Dispõe sôbre as funções graticaficadas .... 1.058, de 15|6|54
9|54 Cria a Escola de Enfermagem da Paraíba .... 1.064, de 10|7|54
95|52 Restabelece a igualdade de padrão de vencimentos de cargos na Secretaria das Finanças .... 1.066, de 1º|9|54
5|54 Reajusta os proventos da inatividade dos oficiais e praças da P.M. E. reformados antes de 31 de dezembro de 1930 .... 1.069, de 17|9|54
75|54 Abre o crédito especial de .... Cr$ 96.000,00 para cobrir o total das despêsas com o fornecimento de gêneros alimenticios a Casa do Estudante da Paraíba .... 1.076, de 12|11|54
22|54 Abre o crédito especial de Cr$.. 70.000,00 para pagamento de Ajuda de Custo dos magistrados promovidos magistrados promovidos em 1952 e 1954 .... 1.079, de 19|11|54
45|54 Concede isenção de impostos à Editora Teone Ltda. .... 1.080, de 19|11|54
76|54 Fixa o efetivo da F.M.E. para o exercício de 1955 .... 1.086, de 25|11|54
1|54 Abre o crédito especial de Cr$.. 163.200,00 para custear as despêsas com a criação das 4a. e 5a. varas em Campina Grande e João Pessoa e 2 cargos de Oficiais do Registro Civil, padrão A .... 1.091, de 29|11|54
40|54 Abre o crédito especial de Cr$.. 150.000,00 para aquisição de transporte policial .... 1.092, de 29|11|54
96|54 Suspende, pelo prazo de seis meses, a cobrança dos impostos estaduais que incidem sôbre o gado abatido, e da outras providências .. 1.097, de 29|11|54
101|54 Autoriza abertura do crédito especial de Cr$ 129.660,00, para promover a desapropriação dos terrenos loteados sob os nºs. 9, 10 e 11 a Av. Epitácio Pessoa .... 1.099, de 29|11|54
78|54 Orçamento do Estado para o

exercício de 1955 .... 1.100, de 30|11|54

91|54 Cria e extingue cargos de Professor Catedrático nos Colégios Estaduais de João Pessoa e Campina Grande .... 1.104, de 10|12|54

116|54 Concede abono aos servidores públicos estaduais, ativos e inativos . 1.112, de 17|12|54

112|54 Dispõe sôbre a dotação de cargos no Quadro Permanente. (Assessor Administrativo) .... 1.113, de 27|12|54

106|54 Autoriza a abertura do crédito especial de Cr$ 40.000,00, destinado ao Natal dos Pobres .... 1.114, de 27|12|54

38|54 Autoriza a abertura de um crédito especial de Cr$ 200.000,00 para o fim que especifica (Destinando a atender às despêsas de consêrto e conservação de grupos escolares e escolas situadas no interior do Estado). .... 1.115, de 27|12|54

92|54 Dá nova estrutura à carreira do Professor do Ensino Primário e dispõe sôbre a situação dos atuais interinos e dos Regentes de Classe Referência II .. .. 1.119, de 28|12|54

123|54 Abre, pela Secretaria de Educação e Saúde, o crédito especial de Cr$ 106.300,00 para fazer face às despêsas com a criação da Divisão de Pesquisas e Orientação Educacional .... 1.122, de 28|12|54

118|54 Cria padrões de vencimentos, fixa os vencimentos da Magistratura, da Justiça Militar do Estado e do Ministério Público e dá outras providências .... 1.125, de 28|12|54

85|54 Cria cargos e funções gratificadas na Faculdade de Odontologia da Paraíba .... 1.132, de 29|1|55

107|54 Autoriza o Govêrno do Estado a utilizar parte do saldo de que trata a Lei nº. 891, de 3.3.1953, para fim que especifica. (Construção da sede da Assembléia) .... 1.133, de 31|1|55

109|54 Abre crédito especial para fins que especifica. (Destinado às despêsas de transporte, pousada, ali-

mentação e outros encargos, com o serviço volante de saúde pública a ser organizado pelo Departamento de Saúde — Cr$ 208.800,00) .... .. 1.134, de 31|1|55

113 54 Abre crédito especial de Cr$.... 1.500.000,00 destinado à construção da Usina de Pasteurização .. .. .. 1.136, de 3|2|55

108 54 Abre, pela Secretaria das Finanças, o crédito especial de Cr$.... 13.000,00 para fazer face as despêsas com o entêrro do ex-deputado dr. João Lelis de Luna Freire .... 1.137, de 3|2|55

117 54 Concede vantagens aos funcionários portadores de certificados de cursos ministrados pelo Departamento de Saúde .... 1.140, de 3|2|55

88 54 Altera a Lei nº 1.000, de 23.12. 1953, que criou a Bolsa de Valores da Paraíba .... 1.142, de 3|2|55

28 55 Autoriza o Executivo a abrir o crédito de Cr$ 1.000.000,00, destinanado a auxiliar a construção das Casas do Estudante da Paraíba e de Campina Grande .... 1.150, de 3|3|55

15 55 Autoriza o Executivo a abrir o crédito de Cr$ 313.278,00. (Serviços de reparos e consertos do Colégio Estadual de João Pessoa) .... 1.154, de 10|3|55

22 55 Extingue funções e cria cargos no Quadro Permanente do Estado e dá outras providências. (Departamento da Fazenda) .... 1.157, de 16|3|55

48 55 Abre, pela Secretaria do Interior, o crédito especial de Cr$ 90.000.,00, destinado à cxecução de Lei nº. 1.073, de 12.11.1953. (Transforma a Guarda Civil em Delegacia Especial de Vigilância Geral e Costumes e dá outras providências) .... 1.158, de 16|3|55

10 55 Abre o crédito especial de Cr ... 4.000.000,00 para o Serviço Especial de Abastecimento .... 1.159, de 16|3|55

17 55 Abre pela Secretaria de Educação o crédito especial de Cr$ 600.000,00 (Destinado a ocorrer às despêsas com o reequipamento do Hospital de Pronto Socorro da Capital ..... 1.160, de 16|3|55

41|55 Lei 1.163 — Aumenta vencimentos de funcionários civis, dos oficiais e praças da Policia Militar do Estado, salários dos extranumerários, cria, extingue, reestrutura e dota cargos isolados e de carreira e dá outras providências .... 1.163, de 17|3|55

13|55 Cria cargos e funções gratificadas na Secretaria de Educação e Saúde e dá outras providências ... 1.168, de 28|3|55

54|55 Abre, pela Secretaria das Finanças, o crédito especial de Cr$..... 2.392.027,40 (Destinado à liquidação de débitos do Departamento dos Serviços Elétricos da Capital)... 1.169, de 28|3|55

62|55 Abre, pela Secretaria do Interior e Segurança Pública, o crédito especial de Cr$ 1.500.000,00 para completar os serviços de reequipamento e de recuperação do Departamento de Publicidade .... 1.170, de 28|3|55

9|55 Revoga o art. 1º da Lei 1.097, de 29 de novembro de 1954 .... 1.171, de 28|3|55

11|55 Cria cargos na Secretaria de Educação e Saúde e dá outras providências .... 1.172, de 28|3|55

14|55 Cria quatro (4) cargos de Professor, padrão G .... 1.173, de 28|3|55

53|55 Abre, pela Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr$ 12.000.000,00 destinado ao Saneamento, Serviços Elétricos e Cadeias Públicas .... .. 1.174, de 28|3|55

56|55 Autoriza o Govêrno a contratar professoras substitutas para as escolas isoladas .... 1.175, de 28|3|55

110|54 Autoriza o Govêrno do Estado a contrair empréstimo, até a importância de Cr$ 6.000.000,00 .... 1.176, de 28|3|55

46|55 Abre, pela Secretaria de Educação e Saúde, o crédito especial de Cr$ 200.000,00 destinado à Orquestra Sinfônica da Paraíba .... 1.178, de 29|3|55

64|55 Concede um auxílio de Cr$..... 50.000,00 ao Externato Diocesano São José, desta Capital .... 1.179, de 29 3|55

67	55 Autoriza o Eexecutivo a fazer doação de 200 hectares de terras da Colônia de Mangabeira, para o fim que especifica	1.180, de 29|3|55
2	53 Autoriza a abertura do crédito especial de Cr$ 60.000,00, destinado a aquisição de terreno para doação ao Sindicato dos Estivadores de Cabedêlo, para construção de casas ..	1.181, de 29|3|55
47	55 Cria no Quadro Permanente do Estado a carreira de Auxiliares de Enfermagem	1.188, de 1º|4|55
65	55 Abre, pela Secretaria de Educação e Saúde, o crédito especial de Cr$. 300.000,00 para ampliação da Escola de Enfermagem da Paraíba	1.189, de 1º|4|55
40	55 Abre pela Secretaria das Finanças, o crédito especial de Cr$ ..... 300.000,00, destinado ao Aéro Clube da Paraíba	1.190, de 2|4|55
77	55 Abre o crédito especial de Cr$... 100.000,00, destinado ao reajustamento de salários de professores contratados e novos professores para o Colégio Estadual de Campina Grande	1.191, de 2|4|55
122	54 Institui a Loteria do Estado da Paraíba	1.192, de 2|4|55
55	55 Extingue a Série Funcional de Enfermeiras Obstétricas e cria a carreira de Atendente Obstétrica ..	1.193, de 2|4|55
79	55 Cria Serviço na Secretaria de Educação	1.203, de 4|4|55
45	55 Abre o crédito especial de Cr$.. 500.000,00 para criação de estabelecimento de ensino e dá outras providências	1.204, de 4|4|55
12	55 Divide o Estado em três regiões, cria Delegacias Regionais do Ensino e extingue cargos e funções ...	1.205, de 6|4|55

2. Projeto em andamento

EMENTA	Nº. do Ofício
Reduz a 50% o débito para o Estado, dos proprietários beneficiados com	

o serviço de pavimentação .. .. . 256, de 25|11|54
Dispõe sôbre a aposentadoria facultativa dos componentes da Guarda Civil do Estado .... 34, de 5|2|55
Cria o Serviço Central de Orçamento . 41, de 14|2|55
Dispõe sôbre o pagamento da contribuição de melhoria relativa aos serviços de calçamento realizados nesta Capital .. .. 43, de 15|2|55
Concede favores fiscais às indústrias que foram instaladas no Estado ... 54, de 25|2|55
Cancela dívidas provenientes de impôsto territorial dos exercícios de 1952 e 1953 .... 98, de 16|3|55
Cria cargos de Vice-Diretor dos Colégios Estaduais de João Pessoa e Campina Grande .... s|n, de 9|3|55
Modifica a Lei nº 320, de 8.1.1949, que criou o Conselho de Educação .. .. s|n, de 10|3|55
Institui na Secretaria de Educação e Saúde, a Campanha de Ensino Secundário .... s|n, de 7|3|55
Abre crédito especial para o reajustamento no padrão de vencimentos de professores de Canto Ofeônico.. s|n, de 16|3|55

CAPÍTULO DÉCIMO QUARTO

VISITANTES ILUSTRES

Figuras de real valor nas letras, artes, ciências, administração pública e vários outros setôres, e missões militares, têm visitado constantemente a Paraíba, dando, assim, uma prova da consideração que desfruta o nosso Estado. A relação a seguir, colhida nos sete últimos meses, melhor demonstra essa assertiva:

MINISTROS DE ESTADO

Costa Pôrto, da Agricultura e
Lucas Lopes, da Viação

GOVERNADORES

Gal. Cordeiro de Farias, de Pernambuco
Antônio Balbino, da Bahia, e Sr.
Juscelino Kubitschek, de Minas Gerais

PARLAMENTARES

Senador Dinarte Mariz, do R. G. do Norte

DEPUTADOS FEDERAIS

Aluízio Alves, do R. G. do Norte e
Carlos Lacerda, do Dist. Federal

DEPUTADA ESTADUAL

Maria Elisa Viegas, de Pernambuco

PREFEITO

Ademar Rezende de Andrade, do município de Juiz de Fora, Minas Gerais.

DIPLOMATAS

Cônsul Afonso Arinos de Melo Franco Filho, Oficial de

Gabinête do Presidente da República
Cônsul João Cabral de Melo Neto
Sr. Elnick Schurman, Embaixador da Holanda no Brasil

MILITARES

Gal. Alcides Etchigoyen, Presidente do Clube Militar
Gal. Aristóteles de Souza Dantas, Comandante da Zona Militar do Norte
Contra-Alm. Américo Jacques Mascarenhas, Comandante do 3.º Distrito Naval
Vice-Alm. Nelson Noronha de Carvalho, Inspetor Geral da Marinha de Guerra.
Gal. William A. Beiderlinder, da U.S. Army, veterano da Ia. e 2a. Guerras Mundiais, servindo, atualmente, na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, no Rio de Janeiro.
Membros da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos: Cel. Seth F. Hudgins, Cel. Richard G. Seitz (organizador do Primeiro Núcleo de Paraquedistas do Exército Americano e combatente da 2a. Guerra Mundial e da Coréia), Ten.-Cel. Weyne C. Hume, Ten.-Cel. R. Paul West, Ten.-Cel. Ermal A. Black e Capitão Artur Santos Moura, intérprete do General Beiderlinder.
Fizeram parte dessa comitiva, ainda, o Tte.-Cel. de Artilharia J. V. Portela F. Alves (oficial de ligação do Estado Maior do Exército Brasileiro e a Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos) e um oficial superior do Gabinête do Ministro da Aeronáutica.
Cel. Rodrigo Otávio, ex-Ministro da Viação e atual superintendente dos Serviços de Construção do Nordeste.
Cel. L. Coutinho, diretor geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas.
Cel. Francisco das Chagas de Melo Soares.

ALTAS AUTORIDADES FEDERAIS E ESTADUAIS

Dr. João Falcão, diretor do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.
Dr. Antônio Andrade Coelho, diretor do Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério da Agricultura.
Dr. Murilo Salgado, Inspetor do Serviço de Defêsa Sanitária Animal, em Pernambuco.

Dr. José Augusto de Farias, Técnico Especializado em Pesquisas Agro-Industriais do Ministério da Agricultura.
Dr. Ferreira Lima, Chefe da Divisão de Defêsa Sanitária Vegetal, do Ministério da Agricultura.
Dr. Jefferson Rangel, Técnico do Ministério da Agricultura.
Dr. José Clóvis de Andrade, diretor da Divisão do Fomento da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.
Dr. Childerico Bevilaqua, diretor do Instituto de Fermentação.
Dr. Alfredo Valente, diretor do Pôsto de Análises de Vinhos de São Paulo.
Dr. Michel Karem, chefe do Pôsto de Análises de Vinhos de Pernambuco.
Dr. Hugo Vasconcelos, chefe da Secção de Pesquisas Industriais do Ministério da Agricultura.
Drs. Eldo Caldeira Andrade e Florêncio da Cunha, Inspetores do Ensino Superior do Ministério da Educação.
Prof. Armando Hildebrand, diretor do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura.
Dr. Amilcar Barca Pelon, diretor da Divisão de Organização Sanitária do Ministério da Saúde.
Dr. Gilberto Costa Carvalho, Delegado Federal de Saúde.
Dr. Plínio Aguiar, diretor do programa do Serviço Especial de Saúde Pública para o Nordeste.
Dr. Joir da Fonte, Chefe da Secção de Epidemiologia do Serviço Nacional da Lepra.
Dr. Gilberto Canedo Magalhães, diretor geral do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais.
Dr. Camilo de Menezes, diretor geral do Departamento de Obras de Saneamento.
Sr. Armando Wanderley, da Bolsa Oficial de Valores do Rio de Janeiro.
Dr. José Poggi de Figueirêdo, da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S|A.
Sr. Raul de Góis, Presidente do Instituto Nacional do Sal.
Comissão de Técnicos do Banco do Nordeste: Dr. Diôgo Adolfo Nunes Gaspar, Superintendente do Escritório Técnico; Anísia Daltro da Silva, Jader de Andrade e Rubens Costa, economistas; Aristeu Barreto de Almeida, Carlos Brandão, Fernando de Oliveira Mota, Jairo Martins Bas-

tos, José Cândido Marques Cavalcante, José Nicácio de Oliveira, Leopoldo Fontenele, especialistas; engenheiro Vital da Silva Duarte.

Dr. Eudes de Souza Leão Pinto, Secretério da Agricultura de Pernambuco.

OUTRAS PERSONALIDADES ILUSTRES

Sra. Eunice Weaver, presidente da Federação das Associações de Assistência aos Lázaros e Defêsa Contra a Lepra.

Srta. Ester Assunção, diretora do Instituto "Pestallozzi"

Prof. Silva Novo, catedrático de Canto Coral da Escola Nacional de Música.

Sra. Gertrude Lutz, chefe do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI) no Brasil.

Industriais Virginio e Manoel Veloso Borges, ambos antigos representantes da Paraíba no Senado Federal.

Dr. Genival Londres, Médico do Serviço Social da Armada

Sr. João de Vasconcelos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio.

ESCRITORES E JORNALISTAS

Dr. Eloy de Souza, escritor, jurista e antigo Senador pelo Rio Grande do Norte.

Escritor Olívio Montenegro.

Jornalista Assis Chateaubriand, diretor dos "Diários Associados", senador pelo Estado do Maranhão e antigo senador pela Paraíba.

Jornalista Murilo Marroquim, comentarista politico dos "Diários Associados".

CARAVANAS ESTUDANTIS

Agronomandos da Escola de Agronomia do Nordeste.

Diretoria da Associação dos Odontólogos do Estado da Paraíba.

Diretoria da Sociedade de Medicina e Cirurgia.

Diretoria da Orquestra Sinfônica.

— o —

Aproveito o ensêjo para reafirmar a Vossa Excelência

e aos Senhores Deputados, a segurança do espírito de cooperação que deve reinar entre os podêres constituídos e a expressão do meu mais alto aprêço.

João Pessoa, 1º de junho de 1955.

José Américo de Almeida
GOVERNADOR DO ESTADO

ÍNDICE

		Pags.
	Apresentação	5
I —	Finanças	9
II —	Ordem Pública	19
III —	Produção	29
	Classificação de Produtos Agro-Pecuários	37
IV —	Comunicações	49
	Departamento de Estradas de Rodagem	49
	Porto de Cabedêlo	55
	Serviço Telefônico de João Pessoa	64
V —	Serviços Articulados com o Govêrno Federal	67
	Secção de Fomento Agrícola	67
	Serviço Florestal	72
	Serviço de Defêsa Sanitária Animal	77
VI —	Serviços de Utilidade Pública	83
	Obras Públicas	83
	Abastecimento d'Água e Saneamento	87
	Energia Elétrica e Transportes Urbanos	96
	Departamento de Águas Rurais	99
VII —	Saúde Pública	103
VIII —	Educação e Cultura	116
	Ensino Primário	116
	Ensino Secundário	124
	Ensino Normal	129
	Ensino Superior	130
	Campanha de Educação de Adultos	134
	Escola Profissional "Presidente João Pessoa"	137
	Bolsas de Estudos e Auxílios em Geral	137
	Educação Artística	137
	Educação Física	139
	Rádio Tabajara	139
	Serviço de Orientação e Divulgação Educacional	140
	Orquestra Sinfônica da Paraíba	141
	Biblioteca Pública	141
	Conselho de Educação	142
	Museu e Teatro	142
	Casa do Estudante	143

Auxílios Diversos 143
Mês de Arte e Cultura 144
Merenda Escolar 144
Departamento de Publicidade 145
IX — Cooperativismo e Crédito 153
X — Servidores Públicos 161
XI — Departamento de Serviço Social 177
XII — Previdência Social 189
XIII — Relação com os Outros Podêres 197
XIV — Visitantes Ilustres 207

M. FAZENDA
D.A. - NRA - GB
19992
COM. INVENTÁRIO
PORT. 114 73

Êste livro deve ser devolvido na última data carimbada

Departamento de Imprensa Nacional — DMF — 2736

Biblioteca do Ministério da Fazenda

500-63

353.98133
M548

Paraíba. Governadores
AUTOR

Mensagem 1954
TÍTULO

Devolver em	NOME DO LEITOR

500-63 353.98133
M 548